

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2006

Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Sede Social: Rua de João Távira, 30 - 9 000 Funchal

Capital Social: 240.000.000 Euros

Número único de matrícula e Pessoa Colectiva n.º 511 202 008

ÍNDICE

- I. **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**
 - 1. **Conjuntura Internacional**
 - 2. **Conjuntura Nacional**
 - 3. **Sistema Financeiro**

- II. **ACTIVIDADE DO BANIF, SA EM 2006**
 - 1. **Negócio na Região Autónoma da Madeira**
 - 2. **Negócio no Continente**
 - 3. **Comunicação e Imagem**
 - 4. **Marketing Estratégico**
 - 5. **Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso**
 - 6. **Recursos Humanos**
 - 7. **Sistemas e Tecnologias de Informação**
 - 8. **Controlo dos Riscos de Actividade**
 - 9. **Compliance**
 - 10. **Auditoria**
 - 11. **Actividade Financeira**
 - 12. **Actividade Internacional**
 - 13. **Provedoria do Cliente**

- III. **ANÁLISE ÀS CONTAS**

- IV. **APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

- V. **NOTA FINAL**

- VI. **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
 - 1. **Balanço**
 - 2. **Demonstração de Resultados**
 - 3. **Demonstração de Variações em Capitais Próprios**
 - 4. **Demonstração de Fluxos de Caixa**
 - 5. **Anexo às Demonstrações Financeiras**

- VII. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
 - 1. **Informação nos termos do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais**
 - 2. **Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais**
 - 3. **Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas**

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

O processo de expansão e modernização do Banif – Banco Internacional do Funchal conheceu, durante o exercício de 2006, novos e relevantes desenvolvimentos que trouxeram à nossa Instituição um significativo reforço da sua notoriedade e capacidade de intervenção, quer a nível do sistema financeiro nacional, quer no que se refere à actividade na área internacional.

A actividade desenvolvida durante o período em causa, num contexto macro-económico que continuou sem evidenciar inequívocos sinais de dinamismo, permitiu ao nosso Banco alcançar um *Cash Flow* de 78,5 milhões de Euros, enquanto o Resultado do Exercício se situou em 34,7 milhões de Euros, evidenciando um crescimento de 33% face ao ano anterior

Durante o ano de 2006, a actividade do Banco foi marcada pela expansão e crescimento orgânico, suportados pela qualidade de serviço e racionalização administrativa, por um balanço social positivo e pelo aumento da notoriedade.

Foi prosseguida e acelerada a estratégia de expansão da rede de Agências, tendo, durante o ano em análise, sido abertas 28 novas Agências: Mangualde, Cartaxo, Av. Roma (Lisboa), Laranjeiras (Lisboa), Covilhã, Alta de Lisboa (Lisboa), Arruda dos Vinhos, Marco de Canavezes, Cantanhede, Seia, Seixal, Avis (Porto), Lousã, Antas (Porto), Sta. Maria da Feira, Almancil, Vale de Cambra, Rio Tinto, Parede, Matosinhos/Parque, Almeirim, Seixezelo (Vila Nova de Gaia), Castelo da Maia, Oliveira de Frades, Peniche, Viseu/Viriato, Malveira e Vila Verde. O Banco contava assim, no final do ano, com 193 Agências, tendo, já em 2007, sido inauguradas novas Agências em Nova Leiria, no Restelo (Lisboa), Oeiras e Viana do Castelo. Para o ano em curso foi fixado o objectivo de abertura de 30 novos balcões.

Também na área dos Centros de Empresas foi prosseguida a expansão dos serviços do Banco, tendo sido criadas 6 novas Equipas de Serviço ao Cliente, em Barcelos, Santarém, Caldas da Raíña, Aveiro e Gaia, elevando o seu total para 59. Para 2007 está prevista a criação de 3 novas equipas, em Braga, Torres Vedras e Póvoa de Varzim.

O alargamento da base de Clientes constituiu um dos vectores centrais da actuação do Banco em 2006, tendo, durante o exercício em análise e no âmbito do designado Programa 70/300, sido captados cerca de 80.000 Clientes, assim ultrapassando o objectivo de 70.000 novos Clientes que havia sido fixado. Em 2007 será prosseguida a acção com vista à captação de novos Clientes, sendo, contudo, colocada uma especial ênfase na fidelização dos Clientes e na consolidação do seu relacionamento com o Banco.

No âmbito da qualidade dos serviços prestados aos Clientes e do lançamento de novos produtos, é de destacar a utilização, em todos os cartões de pagamento - débito e crédito - emitidos pelo Banco, da tecnologia EMV, sendo os mesmos dotados de um *chip* que lhes confere um grau de segurança superior aos que apenas dispõem de banda magnética. De referir, ainda, a posição pioneira da nossa Instituição neste aspecto, ao ser o primeiro Banco na Península Ibérica a implementar esta inovação em todos os cartões emitidos.

A actividade na área internacional conheceu um forte impulso, registando uma acentuada dinâmica de crescimento. Assim, o Escritório de Representação em Londres foi significativamente reforçado, encontrando-se em curso medidas com vista à sua transformação em *full branch*, o que lhe permitirá desenvolver uma actuação de âmbito bastante mais vasto. Foi, por outro lado, desenvolvida uma área de *Global Trade Finance* em Londres, Miami e Brasil, tendo em vista o aproveitamento de

oportunidades de negócio emergentes dos fluxos de comércio internacional. Prosseguiu também a operação da Banif Mortgage Company, em Miami, que tem como principal actividade financiar a aquisição e/ou construção de imóveis por parte de Clientes, residentes ou não nos EUA, bem como providenciar aconselhamento neste domínio e originar e desenvolver oportunidades de negócio para o Grupo.

De referir ainda, no âmbito da actividade na área internacional, as iniciativas com vista à criação de um Banco universal em Malta, bem como a constituição de uma parceria em Cabo Verde, em ambos os casos em condições que asseguram ao Banif – Grupo Financeiro participações de controlo nas instituições financeiras em causa.

As notações de Baa1 e BBB+ (longo prazo) e P-2 e F2 (curto prazo), atribuídas ao Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, pelas agências de *rating* Moody's e Fitch, reflectindo a estabilidade e equilíbrio financeiros do Banco, contribuíram para o reforço da sua credibilidade nos mercados financeiros internacionais.

Em resultado do esforço continuamente desenvolvido com vista á melhoria global da qualidade, em todos os domínios da nossa actividade, verifica-se um elevado nível de satisfação global dos Clientes particulares do Banco, sendo que, conforme estudos efectuados, a “Qualidade do Atendimento na Agência” apresentou o maior nível de satisfação sectorial.

Também o *Call Center* do Banif recolheu um importante reconhecimento da sua qualidade ao ser galardoado, uma vez mais, pela Associação Portuguesa de *Contact Centers*, com o prémio de “Melhor Serviço Prestado” em 2006. Por outro lado, foi concluído o Projecto de Certificação da Qualidade do Banco nas áreas da Banca Electrónica, do *Call Center* e, também, do Gabinete de Provedoria do Cliente, tendo sido obtida a respectiva Certificação de Qualidade, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000.

Estes desenvolvimentos positivos no âmbito da qualidade do Banco e dos seus serviços constituem, para nós, motivo de satisfação, desde logo na medida em que resultam da acção que persistentemente vem sendo desenvolvida naquele domínio, mas sobretudo por serem factores de grande e mesmo decisiva importância para a capacidade competitiva do Banco, num mercado onde a qualidade constitui um factor determinante de sucesso.

O processo conducente a uma cada vez maior capacidade competitiva da nossa Instituição vai, pois, ser prosseguido, desde logo através do desenvolvimento de diversos projectos sectoriais, nomeadamente no âmbito da evolução dos sistemas de informação de gestão mas, também, através da fusão, em estudo, do Banif e do Banco Comercial dos Açores, que virá dar origem a um único Banco comercial com uma capacidade de actuação significativamente aumentada.

Como factor da maior relevância para o sucesso da actividade do Banco, há do mesmo modo que destacar a qualidade dos seus recursos humanos, cuja evolução tem igualmente registado desenvolvimentos positivos, designadamente, ao nível da respectiva qualificação e atitude de pertença ao Grupo, assinalando-se um crescente grau de satisfação no trabalho.

O empenhamento, dedicação e competência dos Colaboradores da nossa Instituição continuaram a constituir factores decisivos do seu sucesso, facto pelo qual aqui expressamos o nosso reconhecimento. Dentro deste espírito foi, aliás, instituído o prémio *Dignitas*, destinado a distinguir Colaboradores que evidenciam um desempenho de excelência e que, em 2006, foi atribuído a 25 empregados do Banif e 7 do Banco Comercial dos Açores.

Prosseguiu, em 2006, o crescente envolvimento da nossa Instituição em iniciativas no âmbito da Responsabilidade Social de Empresa, tendo o nosso Banco aderido, no exercício em apreciação, ao BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

As iniciativas com projecção mediática levadas a cabo no âmbito da solidariedade social – designadamente a Banif Solidário - bem como outras de apoio à área do desporto, ou simplesmente de natureza comercial, vieram, no seu conjunto, contribuir para ganhos muito expressivos de visibilidade para a nossa Instituição, cujo Índice de Notoriedade Total Declarada registou, em 2006, um significativo crescimento.

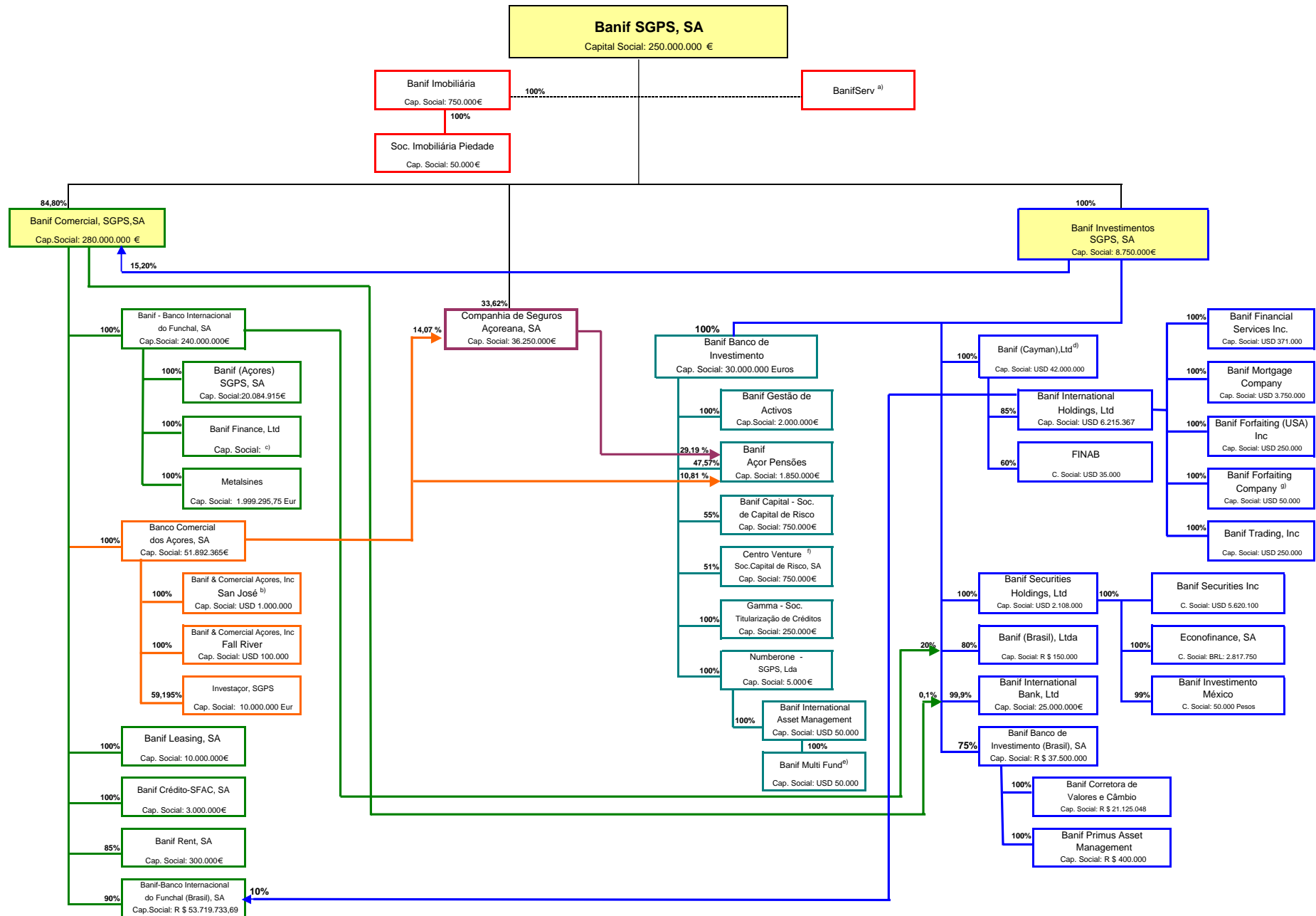
O exercício findo traduziu-se assim, para o nosso Banco, em novo e importante passo no sentido de um posicionamento cada vez mais relevante no contexto dos mercados em que desenvolvemos a nossa actividade, caminho que iremos continuar a percorrer, com ambição e determinação.

É pois com inteira confiança nos destinos da nossa Instituição que encaramos o futuro, seguros da nossa capacidade para enfrentar os desafios que ele não deixará de nos apresentar e, também, da nossa determinação em ultrapassar esses desafios, procurando servir, sempre melhor, os nossos Clientes.

Joaquim Filipe Marques dos Santos
Presidente da Comissão Executiva

Horácio da Silva Roque
Presidente do Conselho de Administração

GRUPO BANIF
DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES
 em 31-12-2006



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.
 b) Capital Social Realizado USD 100
 c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 1.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e 75.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 0,01.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.
 e) Capital Social Realizado USD 100.
 f) Não iniciou actividade
 g) Não iniciou actividade

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1 Conjuntura Internacional

O ano de 2006 ficou marcado por uma aceleração do crescimento económico mundial, embora pautado por uma maior divergência entre os diferentes blocos económicos. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, a economia mundial terá registado um crescimento de 5,1%, face a 4,9% em 2005, com a economia americana a assistir a uma desaceleração do crescimento para níveis próximos do seu ritmo potencial, enquanto a Europa e a Ásia atingiram um crescimento económico mais forte do que o esperado inicialmente.

O ano findo assinala também o fim do período de deflação no Japão, com o Banco Central a anunciar o fim da política de taxa de juro zero; a permanência de um crescimento robusto na América Latina, num ano em que se realizaram eleições no Brasil e no México; a depreciação do Dólar face às principais divisas internacionais, no contexto de um menor diferencial de taxas de juro entre os EUA e os restantes blocos mundiais e de menor atractividade dos activos denominados em Dólares e a entrada em funções de Ben Bernanke como Presidente da Reserva Federal Americana (FED).

Estima-se que a economia americana tenha registado um crescimento de 3,4% em 2006, ligeiramente acima da taxa de 3,2% registada em 2005. Depois de um primeiro trimestre marcado por um crescimento económico robusto (5,6% em termos anualizados), impulsionado pelo desempenho da indústria transformadora, e por uma tendência de aceleração da inflação subjacente, em resposta ao sobreaquecimento do mercado de trabalho, a partir do 2º trimestre, a economia começou a evidenciar sinais de abrandamento económico. O ritmo de crescimento desacelerou para cerca de 2,6%, reflexo do arrefecimento do mercado imobiliário, da subida de taxas de juro e de preços do petróleo e de outras matérias-primas mais elevados.

Em Agosto, com o preço do petróleo a ultrapassar o patamar de USD 75 por barril, a FED decidiu manter a taxa directora em 5,25%, interrompendo um ciclo de subida que acumulava 425 pontos base desde Junho 2004, revelando maior preocupação com a desaceleração económica do que com a pressão sobre os preços. No 3º trimestre, a correcção do mercado imobiliário tornou-se evidente, perante a desaceleração das vendas de casas usadas, o aumento do nível de inventários e a queda abrupta do índice de confiança dos construtores imobiliários. Num contexto de maior incerteza económica, assistiu-se à realocação do investimento em activos de risco (acções, crédito e dívida de mercados emergentes) em favor de dívida pública (sem risco de crédito associado), com a *yield* dos 10 anos da dívida pública americana a transaccionar abaixo de 5,00%.

No último trimestre, perante a desaceleração da actividade industrial, a robustez do mercado de trabalho revelou-se determinante para a manutenção da confiança dos consumidores americanos. A taxa de desemprego atingiu o nível mínimo do actual ciclo económico (4,4% em Outubro), os rendimentos salariais registaram um crescimento anual de 3,6% o que, aliado à queda do preço dos combustíveis, sustentou o rendimento disponível das famílias.

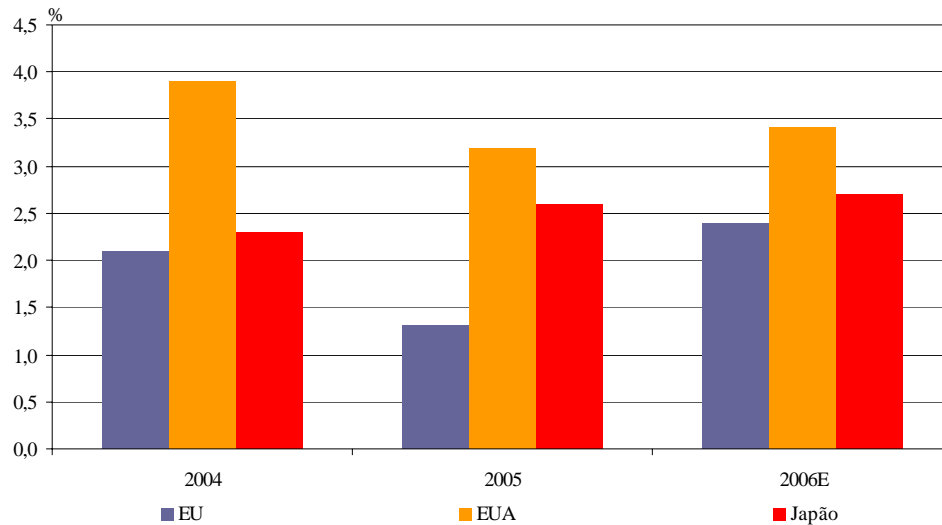
No que respeita ao comportamento dos preços nos EUA, estima-se que a taxa de inflação corrente tenha aumentado 3,6% em 2006, face a 3,4% em 2005, resultado essencialmente da subida do preço do petróleo (17%, em termos anuais). A taxa subjacente, que exclui o efeito do preço dos bens alimentares e energéticos, permaneceu acima do nível considerado confortável pela Reserva Federal e sempre acima de 2,5% ao longo dos últimos sete meses do ano.

Na Europa, o ano de 2006 ficou marcado por uma recuperação económica largamente superior ao inicialmente esperado, o que levou os principais organismos internacionais a rever sucessivamente em alta as suas previsões de crescimento e inflação. Depois de um início de ano vigoroso, a economia da Zona Euro registou, no 2º trimestre, o maior crescimento dos últimos seis anos (0,9% face ao trimestre

anterior e 2,4% em termos homólogos), ultrapassando o registado nos EUA e na OCDE. No 2º semestre, a generalidade dos indicadores reforçou a convicção de que a recuperação económica assumia uma configuração cada vez mais estrutural e não meramente conjuntural. Estima-se que a Zona Euro tenha crescido 2,4% em 2006 (face a 1,3% em 2005), assente na recuperação da procura doméstica (crescimento anual de 2,0%), e a taxa de inflação tenha subido de 2,2% para 2,3%. Perante os progressos no mercado de trabalho, os fundos acumulados pelo sector empresarial, o forte crescimento da massa monetária e de crédito e com a taxa de inflação acima do objectivo de 2,0%, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu a política de normalização monetária, elevando a taxa directora em 125 pontos base (pb) para 3,50%.

CRESCIMENTO DO PIB

Taxa de variação real



Estima-se que o Japão tenha apresentado em 2006 um ritmo de crescimento de 2,7%, em linha com o registado em 2005, baseado no maior dinamismo da procura interna (+0,2 pontos percentuais para 2,5%) e estimulado pela procura externa, em particular, pela China. Os progressos estruturais no tecido empresarial, com destaque para as reformas desenvolvidas no sector financeiro, e a resolução do problema do crédito mal-parado, possibilitaram um crescimento mais sustentado. Neste contexto, a economia japonesa conseguiu finalmente dissociar-se do processo de deflação, com a taxa de inflação homóloga a registar uma variação positiva de 0,3%. Perante a subida generalizada dos indicadores de confiança empresarial e com o crescimento do emprego (a taxa de desemprego diminuiu de 4,4% para 4,1%) a conferir suporte à expansão do consumo privado, o Banco do Japão abandonou, em Julho de 2006, a política de taxa de juro zero, em vigor desde 2001, elevando a taxa directora para 0,25%.

As principais economias asiáticas terão registado um crescimento acima do patamar de 8,0% ligeiramente abaixo da taxa de 8,5% observada em 2005, em resultado do forte dinamismo da China (10,0%) e da Índia (8,3%), cujas procuras internas têm por sua vez ajudado a incrementar significativamente o volume de trocas comerciais a nível global.

Estima-se que a América Latina tenha registado uma aceleração do crescimento de 4,3% em 2005 para 4,8% em 2006, com a taxa de inflação a diminuir de 6,3% para 5,6%, no mesmo período. A procura doméstica foi o grande motor de crescimento do bloco latino-americano, enquanto o crescimento da economia americana e o estímulo da procura externa da China, assim como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas, beneficiaram o sector exportador.

O Brasil terá apresentado uma aceleração do ritmo de crescimento, acompanhada da redução da inflação e da diminuição da taxa de desemprego. Estima-se que o PIB tenha crescido 3,6% face a

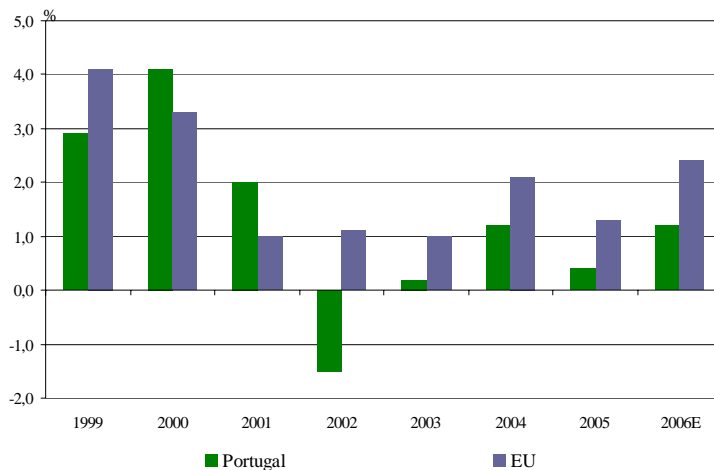
2,3% no ano anterior, com a inflação homóloga a diminuir 2,4 pontos percentuais para 4,5%. Merece igualmente referência o facto de o Brasil ter atingido o objectivo de manter o saldo primário em 4,25% do PIB. O Banco Central prosseguiu a política de redução de taxas, iniciada em Setembro de 2005, com cortes de 475 pb, colocando a taxa Selic em 13,25% no final do ano. A melhoria das contas públicas e da balança externa, aliada à maior estabilidade política, conduziram à apreciação do Real face ao Dólar (cerca de 8,5% no ano, para 2,13 Reais/Dólar) e ao estreitamento do spread do principal referencial de risco Brasil (o índice EMBI+) para um nível historicamente baixo: 169 pb, face a 245 pb no final de 2005.

1.2 Conjuntura Nacional

O ano de 2006 assinala o início da recuperação da economia portuguesa. Segundo estimativas do Banco de Portugal, a economia terá registado uma aceleração no seu ritmo de crescimento, com o PIB a crescer a 1,2% face a 0,4% no ano transacto, assente essencialmente no dinamismo das exportações, impulsionadas por um forte crescimento dos mercados externos.

CRESCIMENTO do PIB

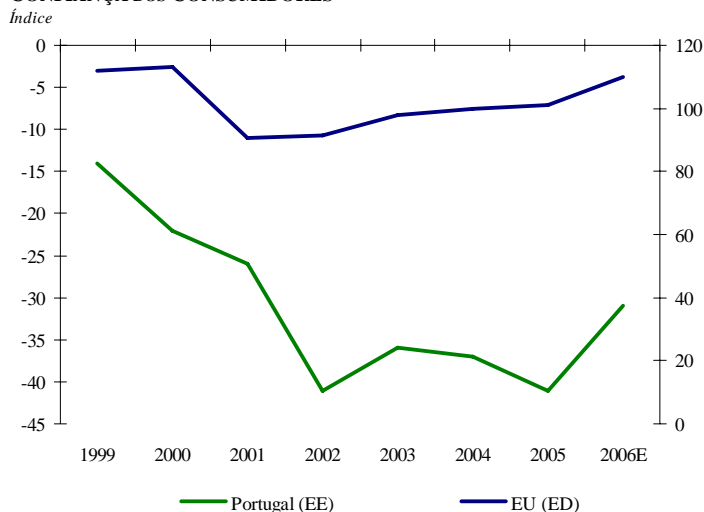
Taxa de variação real



Uma análise mais atenta às principais componentes do PIB revela que o consumo privado terá desacelerado de 1,7% em 2005 para 1,2% em 2006, afectado essencialmente pela subida gradual das taxas de juro, pela alta dos preços do petróleo e pela contenção salarial. Também o investimento registou um desempenho negativo, estimando-se que tenha caído cerca de 3,1% durante o ano. Inversamente, estima-se que a procura externa líquida tenha tido um contributo positivo para o crescimento nesse período (+1,1 pontos percentuais face a -0,3 pontos percentuais, em 2005), compensando o abrandamento da procura interna. As exportações deverão ter crescido 9,3%, um dos ritmos mais elevados da última década, só superado pelo crescimento de 11,7% observado em 2000.

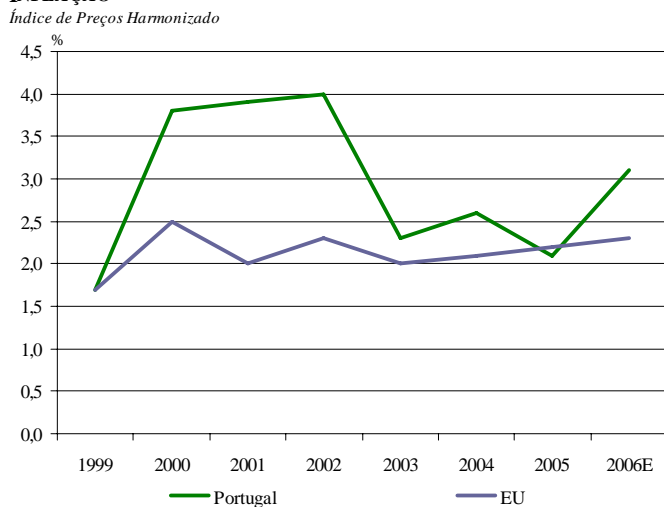
Em termos de finanças públicas, a necessidade de cumprir os objectivos de consolidação orçamental penalizou a evolução dos gastos do Estado, que terão diminuído cerca de 1,1% em termos reais. Importa ainda sublinhar que o início da recuperação económica verificada em 2006 foi acompanhada por uma efectiva consolidação orçamental, com o défice a diminuir de 6,0% para 4,6%.

CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES



No que diz respeito à inflação, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) deverá ter registado um crescimento de 3,1% face a 2,1% em 2005. Este aumento de cerca de um ponto percentual terá sido determinado não apenas pela aceleração significativa dos preços de importação de bens não energéticos, como terá ainda reflectido o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Tabaco e os efeitos desfasados associados ao aumento da taxa normal do Imposto sobre o Valor Acrescentado, introduzido em Julho de 2005.

INFLAÇÃO



O forte crescimento da procura externa teve por vantagem adicional mitigar o desequilíbrio das contas externas portuguesas. No que diz respeito às necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo saldo conjunto da Balança de Transacções Correntes e da Balança de Capital, estas deverão ter-se reduzido para -7,6% do PIB face a -8,1% em 2005.

1.3 Sistema Financeiro

1.3.1 Situação Global

O ano de 2006 revelou-se bastante importante para o sector financeiro português por um conjunto de razões variadas: do ponto de vista conjuntural, o BCE consolidou o processo de normalização monetária, subindo a sua taxa de referência de 2,25% para 3,5%, com impacto nas margens financeiras dos bancos, e a economia portuguesa deu, pela primeira vez em vários anos, sinais bastante encorajadores, que se reflectiram numa aceleração do crescimento do crédito concedido ao sector empresarial. Este contexto de melhoria das condições operacionais do sector levou entidades financeiras, entre os quais o Banco Espírito Santo e a própria Banif SGPS, SA, a avançar com operações de aumento de capital.

Por outro lado, em Março, o sector assistiria ao lançamento, por parte do Millennium BCP, de uma Oferta Pública de Aquisição sobre o BPI, da qual pode resultar o maior banco português, caso a operação se venha a revelar bem sucedida. A dimensão das partes envolvidas – a entidade fundida poderá vir a ter quotas de mercado em torno de um terço em vários segmentos - levou a Autoridade da Concorrência a optar por uma investigação aprofundada, pelo que o processo não conheceu desenvolvimentos relevantes no remanescente do ano.

Do ponto de vista financeiro, o sector continuou a beneficiar de taxas de crescimento de crédito ligeiramente acima de 10%; embora o sector empresarial se tenha destacado face a anos anteriores (crescimento acumulado de 6% até Novembro), os segmentos de crédito hipotecário e ao consumo mantiveram ritmos de crescimento perto de 15%. Apesar de o mercado se ter caracterizado novamente por um ambiente concorrencial bastante agressivo, a subida das taxas de juro ajudou a mitigar esse efeito, permitindo um crescimento mais expressivo da margem financeira. Por outro lado, o bom ambiente vivido nos mercados de capitais, nomeadamente no segmento de acções, também proporcionou um contributo superior à média dos ganhos em operações financeiras.

Do lado dos depósitos, o desempenho foi modesto, apesar da subida de taxas de juro, com os depósitos de particulares em instituições financeiras a aumentarem 1,9%, uma ligeira aceleração face ao crescimento de 1,2% verificado em 2005.

O fraco crescimento dos depósitos contrasta com os volumes investidos por particulares e entidades na área de fundos, numa tendência de desintermediação financeira cada vez mais sustentada. Assim, o volume total gerido por fundos de pensões ascendeu a 20 601,0 milhões de Euros no final de 2006, 12,4% acima do ano anterior. Quanto aos activos geridos pelos Fundos de Investimento Imobiliário, apresentaram um crescimento de 19,5% em termos homólogos para 9 757,7 milhões de Euros. Por seu lado, valor dos activos geridos pelos Fundos de Investimento Mobiliário ascendeu a 29137,7 milhões de Euros, o que traduz um crescimento de 3,0% relativamente ao ano anterior.

O ano ficou ainda marcado pelos preparativos para a introdução do processo de Basileia II, que implicará novos critérios de cálculo dos requisitos de capital. 2007 será o primeiro ano de implementação, embora o período de transição permitido aos bancos sediados na União Europeia decorra até 2017 para o tratamento de algumas posições em risco na metodologia IRB. Ainda assim, não é todavia claro qual o impacto último de Basileia II em termos da posição de capital dos vários bancos, tendo em conta a esperada libertação de capital ao nível do risco de crédito, por um lado, e a absorção de capital ao nível do risco operacional, por outro.

1.3.2 Mercado de Retalho

A tendência de subida das taxas por parte do BCE, inteiramente incorporadas pelo mercado e seus intervenientes em 2006, reflectiu-se nas taxas praticadas pelas instituições bancárias nos novos

empréstimos concedidos. No segmento empresarial, as grandes empresas e as PME's viram a sua taxa média agravada em 70bps e 88bps, respectivamente, enquanto que, no segmento dos particulares, os aumentos foram bem mais expressivos. No crédito à habitação, a taxa média passou de 3,53% para 4,38%, um agravamento de 85bps, enquanto que nos novos empréstimos para crédito pessoal, a taxa praticada se agravou 235bps para 10,6%.

Já no que diz respeito às taxas passivas praticadas pelas instituições bancárias, verificou-se um acréscimo significativo das mesmas, à medida que os bancos procuravam reforçar o peso dos depósitos na sua base de financiamento tendo em conta o cenário de subida de taxas de juro. No segmento dos particulares, a taxa passou de 1,99% em Dezembro de 2005 para 3,08%, um aumento de 109bps. Já no segmento empresarial, as taxas médias de remuneração dos depósitos aumentaram 104bps para 3,44% no mesmo período.

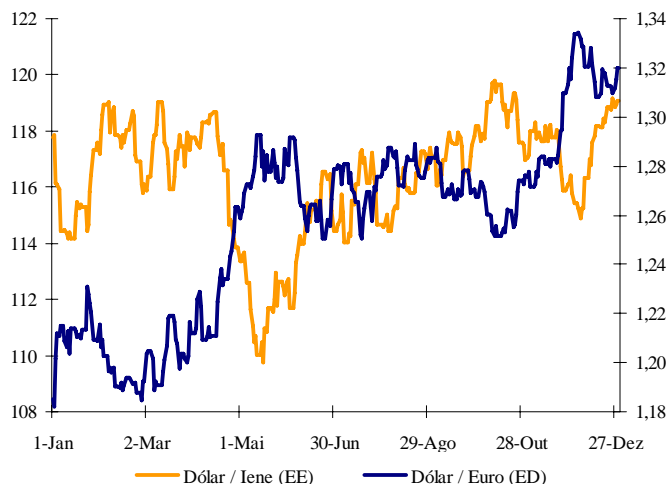
1.3.3 Mercados Monetário e Cambial

No que respeita aos mercados cambiais, o ano de 2006 ficou marcado pela significativa depreciação do Dólar face ao Euro e pela elevada volatilidade registada face ao Iene.

Factores como a incerteza em torno do andamento da economia americana, face ao carácter cada vez mais sustentado da retoma do bloco europeu, e a crescente procura dos Bancos Centrais estrangeiros por activos denominados em Euros, em detrimento de dólares, motivaram a depreciação de 11% do Dólar face ao Euro, terminando o ano no patamar de 1,32 Dólar/Euro face a 1,18 Dólar/Euro em finais de 2005.

No que respeita à evolução do Dólar/Iene, numa primeira fase, o anúncio do fim da política de taxas de juro zero no Japão motivou a apreciação do Iene face à moeda americana, atingindo em 14 de Maio, o máximo intra-anual de 110,02 Ienes/Dólar. A partir do segundo semestre, a divulgação de dados económicos indiciando um abrandamento da economia japonesa face a trimestres anteriores conduziu à inversão da tendência de apreciação do Iene registada no primeiro semestre, com o Iene a fechar o ano em 119,07 Ienes/Dólar face a 117,75 Ienes/Dólar no ano transacto.

TAXAS DE CÂMBIO

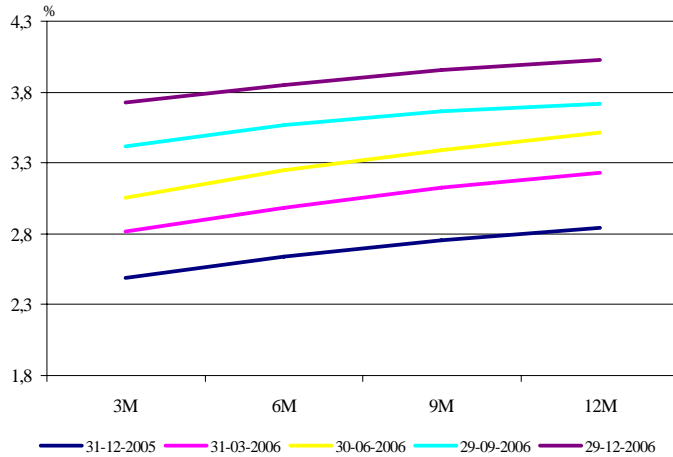


No que diz respeito à evolução das taxas Euribor, os sinais de recuperação económica verificados no primeiro semestre reforçaram a expectativa de subida de taxas por parte do BCE. No segundo semestre, nem a apreciação do Euro, com repercussões negativas ao nível do sector exportador, nem o esperado aumento da carga fiscal (IVA) a partir de Janeiro, na Alemanha, abalaram a confiança empresarial. Na expectativa de que o BCE prosseguiria a política de normalização monetária, o

aumento de taxas constituiu um padrão comum a todas as maturidades, os 3 meses a fecharem o ano em 3,73% (+ 124 pb), os 6 meses em 3,85% (+ 122 pb) e os 12 meses em 4,03% (+ 118 pb).

TAXAS EURIBOR

Curvas de rendimento

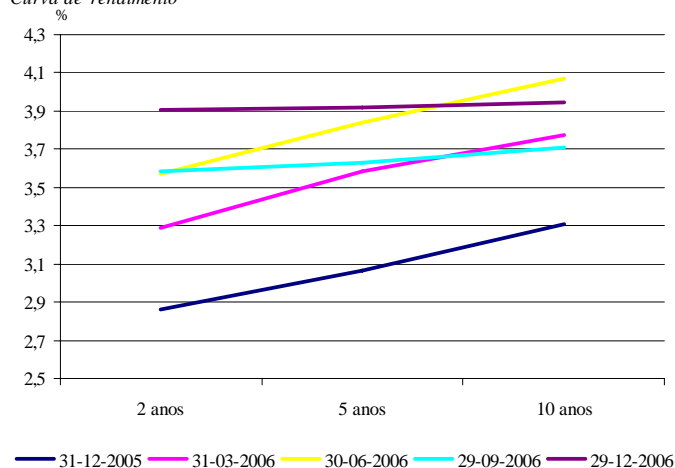


1.3.4 Mercado de Obrigações

A evolução do mercado de obrigações, em 2006, não assumiu um comportamento linear. Enquanto que o primeiro semestre ficou marcado pelo aumento da inclinação da curva de rendimentos, em resposta a um crescimento económico acima do seu ritmo potencial, os últimos seis meses do ano assinalaram a interrupção da subida de taxas de juro pela Reserva Federal Americana, com o mercado a antecipar que o próximo movimento seria no sentido de descida. Perante os sinais de abrandamento do mercado imobiliário e o receio de que a robustez do mercado de trabalho não fosse suficientemente forte para evitar uma correcção abrupta do consumo privado, a curva de rendimentos nos EUA registou uma inclinação negativa, incorporando a expectativa de abrandamento económico acentuado. A rentabilidade das obrigações a 10 anos oscilou no intervalo de 3,3% a 4,1%, terminando o ano em 3,9% face a 3,3% em finais de 2005.

OBRIGAÇÕES DO TESOIRO ALEMÃO

Curva de rendimento



Na Europa, perante os sinais de crescimento económico superior ao esperado, o mercado começou a antecipar uma subida de taxas de juro mais agressiva por parte do Banco Central. Assistiu-se a uma diminuição da inclinação positiva da curva de rendimentos, com o diferencial entre as taxas de juro das maturidades de 2 e 10 anos a diminuir de 44,7 pb para 4,5 pb. Assim, a perspectiva de que as economias americana e europeia estão explicitamente em fases distintas do ciclo económico levou à redução do diferencial entre a rentabilidade das obrigações a 10 anos nos EUA e Alemanha, de 108 pb para 75 pb, no final de 2006.

A curva de rendimentos portuguesa acompanhou os movimentos do bloco Euro, nomeadamente a subida observada durante o primeiro semestre, num movimento de antecipação da subida da taxa de juro por parte do Banco Central Europeu. A rentabilidade da Obrigação do Tesouro a 10 anos terminou o ano em 4,1% (subida de 65 pb face a 2005), com o diferencial relativamente ao título alemão equivalente a situar-se nos 11 pb.

1.3.5 Mercado de Acções

Em 2006, os principais mercados accionistas mundiais apresentaram valorizações expressivas, apesar de terem apresentado uma grande volatilidade intra-anual. O Eurostoxx50, o índice de referência europeu, encerrou o ano com um ganho de 15,12%, ligeiramente acima do Standard&Poors (13,29%) mas aquém do Dow Jones (16,29%). Ainda assim, algumas praças europeias apresentaram valorizações superiores, a começar pelo mercado português, que registou o seu melhor ano desde 1997, ao valorizar 29,92%, desempenho ao qual não foram alheias as duas Ofertas de Aquisição lançadas sobre a Portugal Telecom (Fevereiro) e o BPI (Março) pela Sonaecom e Millennium BCP, respectivamente. A dimensão e implicações das duas transacções, ambas de carácter hostil, viriam a dominar a atenção da maioria dos investidores ao longo do ano, para lá de terem naturalmente atraído vários investidores estrangeiros para o mercado português. Por outro lado, as privatizações da GALP e da Portucel, já no último trimestre do ano, contribuíram também para o grande dinamismo evidenciado pela bolsa portuguesa em 2006.

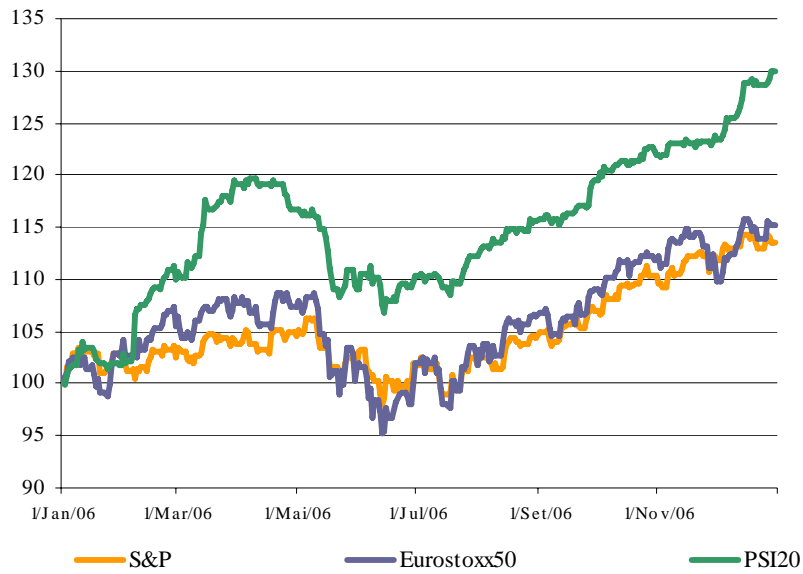
Nos mercados europeus, merece ainda destaque o principal índice espanhol, o IBEX35 que avançou 31,79% impulsionado pela boa performance económica do país, mas principalmente pelos vários movimentos de consolidação, com especial relevância do sector energético.

Na Ásia, os mercados encerraram positivos embora bastante abaixo dos valores apresentados pelas restantes praças mundiais. Em 2006, o Nikkei apresentou um retorno bastante modesto de 6,92%, depois de, no ano anterior, ter sido um dos melhores a nível mundial.

A abundância de liquidez decorrente das baixas taxas de juro em termos históricos continua a ser um dos factores principais a justificar a preferência dos investidores pelo segmento accionista. Por outro lado, a solidez das tendências de consolidação na Europa, transversais a todos os sectores, constitui, simultaneamente, um elemento de interesse do lado dos investidores e um forte factor de suporte das cotações, com as empresas potencialmente apetecíveis a registarem valorizações superiores aos índices de referência.

Em termos intra-anuais, há a destacar a forte correcção que o mercado accionista sofreu em meados de Maio, em resultado de uma alteração de perspectivas quanto a um fim mais tardio do ciclo de subida de taxas por parte da Reserva Federal Norte-Americana. No entanto, a solidez dos resultados empresariais divulgados entretanto e a persistência de um ambiente de liquidez favorável resultariam numa tendência sustentada de subida, que levaria os mercados a bater os máximos de 2001 já durante o mês de Dezembro. A descida do preço do petróleo, mais evidente no final do ano, contribuiu também para manter um nível de optimismo elevado.

MERCADOS ACCIONISTAS



Num contexto favorável, em virtude dos movimentos de Fusões & Aquisições e das privatizações da Portucel e da Galp, o volume transaccionado no mercado accionista português registou um aumento de 59,6%, de €31,5 mil milhões para €50,3 mil milhões.

II. ACTIVIDADE DO BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA EM 2006

No âmbito da actividade comercial, o Banif deu continuidade, em 2006, aos Programas de Gestão Global de Clientes, na sequência dos sucessos obtidos no Programa 50.000 realizado em 2004 e no Programa 60.000 realizado em 2005.

O Programa 70/300 estabeleceu, para 2006, um duplo objectivo:

- Captação de 70.000 novos Clientes;
- Atingir uma base de 300.000 Clientes activos (conceito que tem em conta o património financeiro e o perfil transaccional do Cliente).

O objectivo de captação foi largamente superado, tendo sido captados cerca de 81mil novos Clientes, o que proporcionou um crescimento de 34% da base de Clientes relativamente a 2005.

No final de 2006, o Banco apresentava uma base total de cerca de 299 mil Clientes activos, a que corresponde um grau de cumprimento do objectivo de 99,6%.

O sucesso do Programa 70/300 baseou-se num amplo conjunto de iniciativas comerciais, das quais são de destacar:

- Aproveitamento de sinergias entre a Rede de Retalho e a Rede de Centros de Empresas para a captação de novos Clientes particulares, através da celebração de Protocolos Ordenado com PMEs;
- Dinamização da oferta comercial para o segmento universitário e jovem, com campanhas específicas;
- Redesenho da conta ordenado Triplus e lançamento de campanha publicitária;
- Dinamização dos contributos da Rede de Canais Agenciados;
- Iniciativa *Employee Get Member* (em que cada Colaborador não-comercial do Grupo é recompensado pela captação de novos Clientes);
- Campanhas de fidelização e retenção da base de Clientes activos;

Os resultados assim alcançados vieram, deste modo, sublinhar a capacidade para desenvolver mecanismos cada vez mais eficazes de captação, fidelização e retenção de Clientes.

1. Negócio na Região Autónoma da Madeira

A actividade desenvolvida pela Direcção Comercial da RAM (DCRAM) em 2006, pautou-se pela prossecução do objectivo estratégico de manutenção do crescimento do negócio e consolidação da posição de liderança alcançada no mercado regional.

Apesar da conjuntura económica adversa e do ambiente fortemente competitivo, a DCRAM revelou um dinamismo assinalável nas principais rubricas do balanço, face ao período homólogo do ano anterior.

Para o crescimento sustentado dos resultados contribuiu o alargamento da base de Clientes (+12.407 novos clientes) e a actuação concertada das Unidades de Negócio (retalho, *private* e empresas), na prestação de um serviço de qualidade e diferenciado, que proporcionou, simultaneamente, o acréscimo de valor á carteira de Clientes, o aumento do comissionamento e a evolução selectiva e sustentada do crédito.

O crédito concedido a Clientes registou um crescimento de 11%, face a 2005. Para este resultado foi decisivo o acréscimo no volume de contratação de crédito ao consumo (+33%) e de crédito imobiliário (+20%).

Condicionalizada pela evolução desfavorável dos mercados cambiais (forte desvalorização do Dólar face ao Euro), a rubrica de recursos de Clientes registou o crescimento moderado de 4%, face a 2005.

A variação homóloga da contribuição financeira total, cifrou-se num crescimento de 16%, fortemente estimulada pelo crescimento na cobrança de comissões (+22%), e pela evolução positiva registada na contribuição financeira de recursos (+8%) e de crédito (+23%).

A par do crescimento sustentado da actividade bancária, o enfoque na qualidade do serviço prestado contribuiu igualmente para a consolidação da posição de liderança no mercado regional.

Com o duplo objectivo de incrementar os níveis de eficiência da actividade desenvolvida e corresponder às crescentes necessidades dos Clientes, concluiu-se a remodelação do Edifício Sede, na Rua de João Tavira, e a implementação do projecto para “gestão de filas” naquela Agência. Procedeu-se também à remodelação de várias Agências, nomeadamente, Boaventura, Santa Porto Moniz, Santana, São Vicente, Luís Camões, Monumental e, ainda, à deslocalização da Agência do Estreito de Câmara de Lobos.

A expansão do parque de ATM's *free-standing* (+14 no território regional) e a criação de uma nova Equipa de Serviço ao Cliente no Centro Banif Privado contribuíram para a expansão dos canais de distribuição da DCRAM.

No âmbito do crescimento da actividade do Banif-Grupo Financeiro na RAM e com o objectivo de potenciar a captação de novos negócios de crédito, *leasing* e *renting*, a DCRAM passou a contar com uma maior colaboração do núcleo regional de Crédito Especializado do Grupo.

Consciente da importância do papel assumido ao longo dos últimos 19 anos no desenvolvimento da Região, foi reafirmado o apoio a um abrangente conjunto de iniciativas enquadráveis no projecto de Responsabilidade Social do Banco e desenvolvidos contratos de patrocínio com entidades de diversos quadrantes da sociedade.

O permanente apoio a Instituições Públicas de Solidariedade Social e Associações Culturais e Recreativas e demais entidades colectivas que desenvolvem a sua actividade na RAM, contribuiu para reafirmar a participação do Banco na envolvente sócio-cultural da Região.

No quadrante desportivo, celebrou-se um novo contrato de patrocínio com o Clube Naval do Funchal e consolidaram-se os contratos já existentes com o Clube Sport Marítimo, Clube Desportivo Nacional, Clube de Golfe do Santo da Serra e Clube de Golfe do Porto Santo.

Na vertente cultural, o nosso Banco, além de apoiar o Festival Funchal Jazz 2006, associou-se uma vez mais às comemorações dos 500 Anos da Cidade do Funchal, patrocinando o concerto de Martinho da Vila.

No seio da comunidade escolar, com o objectivo de promover o valor da poupança e divulgar o papel da actividade bancária na economia, o Banif dinamizou mais uma edição do “Concurso Geração Mais” e um ciclo de conferências alusivo ao tema “Experiências Empresariais”.

Para além disso, foram lançadas Campanhas dirigidas à comunidade escolar e desportiva, “Banif Jovem” e “Banif Equipa”, de forma a continuar a fomentar a poupança neste segmento e a identificação desta jovem população madeirense com o nome BANIF.

A realização de colóquios sobre a actualidade económico-financeira, pelo Centro Banif Privado e Centro de Empresas, em parceria com o Banif - Banco de Investimento, conferiram especial destaque ao segmento de clientes de *private banking* e empresas, no plano de actividades da DCRAM.

A realização do 1º Torneio de Golfe Banif no Porto Santo e de mais um Torneio de Golfe Banif no Santo da Serra, e a participação no “V Encontro de Gerações” na Venezuela, permitiram aprofundar a ligação do nosso Banco aos diferentes segmentos de Clientes, projectando a imagem do Banif - Grupo Financeiro no espaço internacional.

Rubrica	Variação 2006/2005
Crédito	+ 11%
Recursos	+ 4%
Base de Clientes	+ 6%
Contribuição Financeira Total	+ 16%

2. Negócio no Continente

2.1 Negócio no Segmento de Empresas e Médio/Alto de Particulares

A Direcção de Empresas e Banca Privada (DEP) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de médias e grandes empresas, institucionais e particulares de médio-alto rendimento. Para além das Unidades de Negócio integra, também, o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *factoring* e *confirming* do Banco.

A actividade desenvolvida pela DEP em 2006, pautou-se pela prossecução da estratégia de gestão eficiente das suas Unidades de Negócio, com vista ao incremento da quota de mercado e dos níveis de satisfação global dos Clientes.

Neste contexto, a reestruturação orgânica da Direcção, a expansão da rede de canais de distribuição e a adopção de políticas de gestão eficiente, contribuíram para o crescimento sustentado da carteira de Clientes e dos principais indicadores de *performance*, face ao ano anterior. Em 2006, na DEP, o crédito concedido a Clientes atingiu os 2.206 milhões de Euros, cifrando-se em 879 milhões de Euros o saldo final de recursos de Clientes desta Direcção.

No âmbito da reestruturação orgânica, iniciou-se, no segundo semestre de 2006, o projecto de integração de Directores Particulares nos Centros de Empresas. Este novo modelo organizacional veio permitir a prestação de um serviço global ao Cliente-Empresa e, simultaneamente, corresponder às necessidades específicas do segmento de particulares de rendimento médio-alto.

Paralelamente, e com o intuito de acrescentar valor ao desempenho e à actividade das Unidades de Negócio, foi criado um novo departamento técnico – o Núcleo de Controlo e Marketing Operacional.

No âmbito do segmento de empresas e com o duplo objectivo de captar novos Clientes e incrementar os níveis de serviço prestado, procedeu-se à expansão da rede de Centros de Empresas, obtendo uma maior cobertura geográfica.

A extensão de Viana do Castelo autonomizou-se, passando a Centro de Empresas, abriram-se três novas extensões (Caldas da Rainha, Santarém e Barcelos) e criaram-se novas equipas de serviço ao

Cliente na extensão de Vila Nova de Gaia e no Centro de Empresas de Aveiro. No final de 2006, a DEP passou a contar com 13 Centros, 11 extensões e 59 Equipas de Serviço dedicadas ao segmento de Clientes Banif Empresas.

2.1.1 Negócio no Segmento de Empresas

Apesar da evolução da conjuntura económica, conseguiu-se, com uma gestão rigorosa e selectiva da carteira de crédito, que a rubrica crédito concedido a Clientes registasse um crescimento assinalável, face ao mesmo período do ano anterior, atingindo os 17% no final de 2006.

O ritmo de captação de recursos junto dos Clientes-Empresa manteve-se semelhante a 2005, registando um ligeiro abrandamento, mas em face da subida de taxas de juro do mercado e da margem financeira dos recursos, o seu contributo para a rentabilidade da Direcção foi muito significativo.

No que concerne à contribuição financeira total, registou-se uma variação homóloga positiva, fortemente estimulada pelo crescimento da contribuição financeira de recursos (+42%), da rubrica de comissões (+24%), e pela evolução positiva da contribuição financeira de crédito (+5%).

No âmbito do Programa 70/300, os Centros de Empresas contribuíram para o crescimento da base de Clientes do Banco com a celebração de Protocolos-Ordenado com empresas suas Clientes, e abertura de novas contas para a Direcção de Rede de Agências.

Rubrica	Varição 2006/2005
Crédito	+ 17%
Recursos	-1%
Base de Clientes	+ 9%
Contribuição Financeira Total	+ 12%

2.1.2 Negócio no Segmento Médio/Alto de Particulares

A captação de novos Clientes de rendimento médio-alto, o reforço do envolvimento com os actuais Clientes e o melhoramento dos níveis de serviço prestado, foram as principais linhas de actuação dos Centros Banif Privado ao longo de 2006.

Estruturados em 12 Equipas Comerciais, os Centros Banif Privado, em articulação com os Centros de Empresas, prosseguiram a estratégia de captação de contas dos sócios e accionistas das empresas Clientes do Banco, alavancando o número de contas activas geridas por este segmento em 2006.

A rubrica Recursos de Clientes apresentou um forte crescimento de 31% face ao ano anterior. A captação de recursos através de produtos de investimento permitiu uma evolução positiva de 4% na rubrica Recursos fora de balanço. Por seu turno, a evolução no crédito concedido a particulares, neste segmento de mercado, manteve-se constante face ao período homólogo.

No que concerne à contribuição financeira total, com um crescimento de +52% relativamente a 2005, registou-se uma inversão face ao ano anterior, fortemente estimulada pela evolução positiva da contribuição financeira de recursos e de crédito.

A disponibilização de novas ferramentas informáticas de apoio à acção comercial, nomeadamente, o Gestor de Oportunidades, permitiu aos Directores de Particulares um melhor planeamento da sua actividade.

Rubrica	Varição 2006/2005
Crédito	0%
Recursos	+31%
Base de Clientes	+ 10%
Contribuição Financeira Total	+52%

2.2 Negócio no Segmento de Retalho

A Direcção de Rede de Agências (DRA) continuou a missão de captar recursos e colocar produtos e serviços no seu segmento alvo: particulares, pequenas empresas e profissionais liberais, no Continente.

Pela sua dimensão, a DRA é a principal responsável pela comercialização dos produtos estratégicos do Banco: Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal, Conta Gestão de Tesouraria, cartões de crédito e débito. Mantém um papel de destaque na captação de recursos e no desenvolvimento do *cross-selling*, colocando cada vez mais outros produtos do Grupo, designadamente *leasing*, fundos e seguros.

O ano de 2006 foi caracterizado pela concretização de dois grandes projectos do Banco:

- Expansão da Rede no Continente, com a abertura de 28 novas Agências, elevando o número de Agências de 131 para 159 no final do ano;
- Captação de 70.000 novos Clientes, contando com a colaboração directa de duas outras Direcções: a Direcção de Empresas e Particulares (DEP) e a Direcção de canais Agenciados (DCA).

Simultaneamente, reforçaram-se algumas áreas de actuação prioritárias:

- Alargamento a cada vez mais Clientes da adesão à Banca Electrónica (Banif@st), aumentando a fidelização e contribuindo para a redução dos custos.
- Melhoria da qualidade do atendimento aos Clientes, com índices de melhoria claros evidenciados nos vários inquéritos de satisfação efectuados e nos relatórios do *Mystery Shopping*.
- Alargamento da ferramenta disponibilizada às Agências – GOP (Gestor de Oportunidades) – potenciadora da acção comercial, permitindo maximizar a exploração das oportunidades de negócio e aprofundar o conhecimento da carteira de Clientes.

Ao longo do ano manteve-se o processo de modernização das Agências mais antigas, melhorando-se o *lay out* de 10 Agências.

A DRA encerrou o ano com 1.517 milhões de Euros de recursos, conseguindo-se um acréscimo absoluto de 143 milhões de Euros, isto é, um crescimento de 10%. No crédito total, a carteira atingiu, no final do ano 1.960 milhões de Euros, com um crescimento de 15% em termos líquidos. No crédito, particular destaque para o crescimento de 13% no Crédito Imobiliário, atingindo-se no final do ano uma carteira de 1.435 milhões de Euros.

Em termos de contas abertas, a DRA conseguiu um crescimento de 19%, representando 67.361 novas contas captadas, detendo uma carteira total, no final do ano, de 413.544 contas.

Em termos de Clientes activos, o crescimento foi de 16%, terminando o ano com 192.000 Clientes activos.

O contributo financeiro total registou em 2006 um acréscimo de 17%, destacando-se o contributo das comissões para aquele desempenho.

Rubrica	Varição 2006/2005
Crédito	+ 15%
Recursos	+ 10%
Base de Clientes activos	+ 16%
Contribuição Financeira Total	+17%

2.3 Crédito Imobiliário

No ano de 2006, apesar da conjuntura económica não ter revelado alterações expressivas, e num contexto em que o facto mais relevante para actividade foi a subida das taxas juro, o Banco continuou a registar uma evolução positiva no domínio do Crédito Imobiliário.

As grandes linhas de orientação, ao longo do ano de 2006, foram a qualidade do serviço, a rapidez de resposta, o fortalecimento do nosso posicionamento em nichos de mercado, a aposta contínua na inovação e o desenvolvimento de novos projectos e soluções centrados no Cliente.

O saldo da carteira de Crédito Imobiliário (incluindo a carteira securitizada), que no início do ano representava 1.597,4 milhões de Euros (Continente: 1.284,3 milhões de Euros e Madeira: 313,1 milhões de Euros) correspondentes a aproximadamente 30.300 contratos, ascendia, no final de 2006, a 1.826,1 milhões de Euros (Continente: 1.450,4 milhões de Euros e Madeira: 375,7 milhões de Euros) correspondentes a aproximadamente 33.300 contratos.

O referido saldo cresceu 14,3% em 2006, correspondente a um aumento de 228,7 milhões de Euros, tendo superado o crescimento verificado em 2005.

Na formação do resultado alcançado, destacou-se o comportamento da produção anual bruta de contratos novos, a qual, aumentou 71,3 milhões de Euros (+ 21,2 % que no ano transacto), sendo por outro lado de destacar o aumento de 14,5% no contributo financeiro do crédito imobiliário.

De referir que, no final do exercício de 2006, o total da carteira securitizada ascendia a 319,0 milhões de Euros.

Ao nível da contratação, obtiveram-se indicadores muito positivos, conseguindo-se uma cobertura média de 71% no rácio *loan-to-value* para uma exposição média por cliente de 108 milhares de Euros, situando-se o prazo médio mutuado em 28 anos e a média de idades em 41 anos.

Na concessão de crédito, perante uma procura que aumentou 34% relativamente a 2005, foram mantidos os critérios de rigor na apreciação e decisão, os quais resultaram numa taxa de aprovação de 72% do crédito proposto, fixando-se a média de crédito aprovado por Cliente em cerca de 116 milhares de Euros.

No que respeita às transferências de crédito, registou-se um saldo positivo, que demonstra inequivocamente a competitividade das condições do produto disponibilizado para esta finalidade, cujas vantagens para o Cliente foram reforçadas durante o exercício.

Durante o ano de 2006, Banco investiu na melhoria da sua proposta de valor junto do segmento de não residentes, conseguindo mais que duplicar a produção verificada no ano anterior. A articulação com o escritório de Londres, pretende reforçar o nosso posicionamento neste negócio nos mercados do Reino Unido e Irlanda.

Tendo em vista aproveitar novas oportunidades de negócio, foram lançados, durante o ano, 2 novos produtos com características específicas, que contribuíram para a *performance* alcançada: o Banif Crédito Habitação – Amortização Final Residual e o Crédito Habitação para Não Residentes – Residual Value. Muito embora se destinem a segmentos diferentes, ambos os produtos procuram oferecer ao Cliente a possibilidade de diferir uma parte da amortização do capital do empréstimo para o final do contrato.

Durante 2006, implementou-se a colocação de crédito ao consumo e de cartão de crédito com base no crédito imobiliário, medida de *up-selling* que se revelou impulsionadora do negócio e de acréscimo de valor.

2.4 Crédito ao Consumo - Cartões de Pagamento

O ano de 2006 foi marcado pelo aumento de fraudes na área dos cartões de pagamento. O Banif, contudo, praticamente não foi afectado, dado ter já implementado a tecnologia “*chip*” em toda a sua carteira de cartões, sendo aliás o único banco da Península Ibérica a fazê-lo, o que se traduziu num forte crescimento de notoriedade para o Banco, possibilitando um aumento superior a 20% na carteira de cartões, enquanto a taxa de activação cresceu 7%

Os resultados provenientes da área de cartões cresceram 24% (o que corresponderia a 46% se aplicadas as *interchange fees* de 2005), sendo os juros e comissões as rubricas que mais contribuíram para este significativo aumento.

Estes resultados foram obtidos através do desenvolvimento de três grandes áreas:

- Lançamento de novos produtos que visam adaptar melhor a oferta a cada segmento do Banco (ex. Cartão Business CGT);
- Desenvolvimento de um programa de fidelização que permita acumular pontos e posteriormente trocá-los por um leque de prémios;

- Desenvolvimento de acções de *marketing*, como o lançamento da revista “Vantagem Banif”, que visa informar os nossos Clientes de todas as vantagens que podem usufruir ao serem titulares de cartões de crédito Banif (ex. divulgação de parceiros e respectivos descontos, divulgação de campanhas e respectivos vencedores, programa de fidelização, entre outras ofertas exclusivas para Clientes Banif).

Durante 2007 dar-se-á início à implementação do Sistema de Administração de Cartões - uma solução informática orientada para o utilizador e que dará suporte operativo às operações decorrentes da actividade do negócio de cartões. Este novo sistema disponibilizará aos seus utilizadores funcionalidades vocacionadas para a gestão e administração dos serviços, suporte aos meios de pagamento electrónicos, nomeadamente, pedidos de cartão, alteração de estados de cartão, consulta de extractos, etc, proporcionando um melhor serviço ao Cliente.

- **Crédito Pessoal**

A actividade de 2006 (excluindo a parceria com o Banco Cetelem) traduziu-se na produção de 8.359 novos contratos no valor de 89,7 milhões de Euros, face a 7.864 contratos e 77,7 milhões de Euros em 2005, registando-se acréscimos de 6% e 15% respectivamente no número de contratos e no montante.

As campanhas de Crédito Pessoal lançadas no 2º semestre do ano, destinadas a Clientes Banif, com condições promocionais e relevante incidência ao nível do *Call Center*, foram determinantes no incremento da produção.

O valor médio do contrato, face a 2005, subiu de 10.180 de Euros para 10.730 de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo da carteira de Crédito Pessoal atingia o montante de 160,9 milhões de Euros e evidenciava um acréscimo de 30% face ao ano anterior.

2.5 Crédito Especializado

- **Factoring**

Com apenas três anos, a actividade do Núcleo de Factoring findou o ano com 201 contratos activos, os quais geraram, face ao ano anterior, um crescimento de 21% no volume de cessões e de 18% no saldo médio de antecipações. Comparativamente a 2005, os proveitos financeiros e as comissões registaram um crescimento de 23%.

- **Crédito a Pequenos negócios**

Na prossecução das decisões estratégicas tomadas em 2005, no sentido de alargar a base e aumentar a carteira de crédito junto de Clientes do segmento de “pequenos negócios”, depois de criados os novos produtos “Soluções CGT”, a carteira registou um comportamento consentâneo com os objectivos definidos para este produto.

Em termos de produção de novas contas, o ano de 2006 registou uma evolução ao mesmo nível de 2005, com um total de 2.577 contas Soluções CGT abertas ao longo do ano. A carteira de Clientes CGT fixava-se no final do ano em 18.286 contas, o que representa um acréscimo de 6,3% relativamente a 2005.

Ao nível da carteira de recursos e de crédito, verificaram-se acréscimos de 7,8% e 11,6% respectivamente, traduzindo uma evolução dos saldos de 38,1 milhões de Euros e 249,6 milhões de Euros em Dezembro de 2005, para 41,1 milhões de Euros e 278,6 milhões de Euros registados no final de 2006.

Durante o ano em apreciação, concluiu-se um significativo investimento em tecnologias de informação, o que irá potenciar uma flexibilização da oferta deste produto, o qual continuará a ser estratégico para o segmento de “pequenos negócios”, durante o ano de 2007.

2.6 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

2.6.1 Actividade do Call Center

O ano de 2006 confirmou, uma vez mais, o forte dinamismo comercial do *Call Center* do Banco junto dos nossos Clientes, com um maior enfoque nas campanhas relacionadas com a vertente de crédito. No âmbito desta estratégia comercial, realizaram-se campanhas de Crédito Pessoal Pré-Concedido e Conta Gestão Tesouraria com taxas de concretização de, respectivamente, 12,5% e 19%.

A Direcção de Rede Directa (DRD) realizou ao longo do ano vários inquéritos com o objectivo de avaliar o grau de satisfação dos clientes do Banif e do BCA, iniciativas essas que vão manter-se regularmente.

Na vertente *outbound* realizaram-se 880.000 chamadas ao longo do ano, o que reflecte um crescimento de 17% face a 2005. O número de chamadas atendidas na Linha Banif sofreu uma evolução de 55% face ao período homólogo e, na Linha Banifone (serviço telefónico associado ao Banif@st), o crescimento foi superior aos 150%. Para este aumento em muito contribuiu o envolvimento da DRD no processo de activação dos cartões de crédito e débito do Banif.

Desde Janeiro de 2006, a DRD passou a integrar na sua actividade à recuperação não contenciosa, através do canal telefónico, do crédito a particulares. Os produtos de crédito alvo destas acções foram o Crédito Pessoal, o Crédito Imobiliário e a Conta de Gestão de Tesouraria. Neste âmbito, tomaram-se algumas medidas no sentido de adequar tanto os procedimentos como a logística ao tipo de canal.

No que ao BCA diz respeito, a acção da DRD centrou-se no Crédito Pessoal Revolving cuja taxa de concretização se situou nos 16%, assim como no Crédito Pessoal no Ponto de Venda que evidenciou uma variação no número de propostas de 11% face a 2005.

Ao nível do crédito especializado, promoveu-se no início do ano a comercialização de equipamentos em regime de *leasing* e, já no final do primeiro semestre, uma campanha da Banif Rent. Como reconhecimento pela qualidade do atendimento e à semelhança do ano anterior, a DRD foi distinguida com o prémio “Melhores Serviços Prestados 2006” pela Associação Portuguesa de Contact Centers (APCC).

A certificação dos Serviços de Banca Telefónica e Banca Electrónica, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000, resulta do cumprimento dos requisitos de qualidade pelo Banif nestas áreas e pretende-se que esta seja o garante da prestação de um serviço de referência, enquadrado nos objectivos estratégicos do Banco

Na área da Banca Electrónica a DRD manteve o seu propósito de oferecer um serviço de qualidade e na colocação de funcionalidades que fossem ao encontro das necessidades e expectativas dos Clientes.

Com o novo grafismo e modo de navegação do serviço pretendeu-se harmonizar a imagem do canal Internet com a do *site* Banif e acompanhar a rápida e continua evolução do mercado nesta área. Conseguiu-se, igualmente, alargar o leque de soluções a oferecer aos utilizadores, bem como simplificar e otimizar a utilização.

Relativamente, à captação e utilização do serviço BaniF@st, deu-se continuidade ao esforço de colocação do serviço nos actuais Clientes e ao incentivo à utilização, através do lançamento de um conjunto alargado de novas opções.

O Programa 70/300 contribuiu fortemente para alcançar estes objectivos e no final do ano 67% dos Clientes do Banco tinham acesso ao BaniF@st. A percentagem de Clientes do Banco que utilizam frequentemente o serviço cresceu 35% face ao ano de 2005. Igualmente significativo foi o crescimento dos proveitos gerados por este canal, mais 62% comparado com o ano anterior. A captação de recursos registou resultados muito positivos, com um crescimento de 345% face a 2005. Este sucesso deveu-se essencialmente à conjuntura das taxas de juro do mercado e às campanhas promocionais do Super Depósito BaniF@st realizadas mensalmente.

2.6.2 Canais Agenciados

Ao completar o seu quinto ano de actividade, a Direcção de Canais Agenciados (DCA) consolidou a sua posição enquanto importante canal de captação de negócio nas vertentes do crédito estratégico e dos recursos.

É de referir o trabalho que foi sendo desenvolvido ao longo do ano no sentido da segmentação dos mercados - alvo, tendo em vista conseguir uma associação cada vez mais completa dos padrões de qualidade do negócio ao da melhor rentabilidade.

O segmento de “clientes não residentes” foi abordado, em território nacional, com um enfoque particular no negócio de crédito imobiliário, através da promoção efectuada por promotores estrangeiros. Em simultâneo foram criadas, com significativo sucesso, as necessárias condições para que a abordagem a este mercado tão específico fosse também acessível a promotores nacionais, até então confinados a uma actuação exclusivamente dedicada à promoção de negócios com clientes nacionais.

Esta rede, seguindo as boas práticas anteriormente adquiridas e assumidas, registou um crescimento de produção de 52% face ao ano anterior.

O volume global de produção conseguido foi de aproximadamente 200 milhões de Euros, representando um crescimento de 58% no crédito estratégico, enquanto na captação de recursos, em depósitos à ordem e em diversas aplicações a prazo, foi alcançado um crescimento de 65%, relativamente a 2005.

No âmbito do “Programa 70/300”, a DCA apresentou igualmente um significativo aumento face ao ano anterior, contribuindo com a angariação de aproximadamente 9.000 novos Clientes.

No que respeita ao número de promotores que constituem a Rede de Canais Agenciados e que se elevava a cerca de 1000 no final de 2006, foi prosseguida uma política de crescimento sustentado, privilegiando um forte contributo para a elevação dos níveis de notoriedade e visibilidade da marca BaniF, através de uma rede que se pretende caracterizada pela qualidade da prestação de serviços, o desempenho ético e profissional e um elevado grau de eficácia no seu contributo para a promoção de negócios.

Os indicadores referidos foram conseguidos com recurso a várias acções de formação junto dos promotores, que decorreram ao longo do ano, bem como através de um acompanhamento sistemático dos seus diferentes níveis de actuação, fornecendo-lhes o necessário apoio e actualizando sistematicamente as regras de conduta comercial, factores indispensáveis ao bom desempenho neste mercado tão concorrencial.

A exemplo de anos anteriores realizou-se a “V Convenção Anual de Promotores”, tendo como particularidade a presença, pela primeira vez, de vários promotores estrangeiros. Com um painel de discussão altamente motivado, cabe referir as sinergias que, no decorrer deste encontro, foram desenvolvidas entre os promotores e os colaboradores do Banco presentes no evento, no propósito permanente de atrair melhor negócio para o BaniF.

2.6.3 Canais e Meios de Pagamento Electrónicos

No segundo semestre de 2006, os canais ATM e TPA (Terminais e Pagamento Automático) foram incorporados na área de cartões e *cross-selling* do Banco, por forma a permitir uma gestão mais centralizada e uniforme dos canais de meios de pagamento.

No que respeita aos ATM do Banco, registou-se um crescimento de 15% ao nível da sua utilização e de 17% ao nível dos proveitos face ao ano anterior. Em 2007, estará em execução o Plano Anual de Visitas aos ATM do Banco, que visa um acompanhamento mais próximo do negócio, numa perspectiva de melhorar a sua *performance*.

Relativamente aos TPA registou-se, em 2006, um crescimento da carteira de Clientes de cerca de 28%, sobretudo resultante da forte adesão à campanha de colocação que o Banco levou a cabo a partir do segundo semestre, proporcionando condições mais vantajosas aos seus Clientes. Os resultados, por seu lado, registaram um crescimento de 25% face ao ano anterior.

3. Comunicação e Imagem

A consolidação do posicionamento do Banco constituiu o sustentáculo de toda a actividade desenvolvida pela Área de Comunicação e Imagem, ao longo do ano, consubstanciada numa estratégia de comunicação assente no conceito de banca de relação, desenvolvendo um conjunto de campanhas e apoiando o lançamento de produtos e serviços do Banco.

O programa de captação de novos Clientes lançado para o triénio 2004/2006, culminou com o Programa 70/300, que tal como em 2004 e 2005 visou premiar os novos Clientes pela abertura de conta no Banco. A campanha publicitária desenvolvida para este programa assentou, pela primeira vez, sobre um dos produtos âncora do Banco, a Conta Ordenado Banif Triplus, à qual se agregou uma promoção que permitiu premiar, mensalmente, três novos Clientes do Banco com automóveis.

Nesta campanha, que contou com um forte investimento publicitário, foram utilizados novos meios de comunicação (Empenas de prédios, Eléctricos de Lisboa, e BUS TV), o que permitiu ao Banco atingir o maior índice de notoriedade, alguma vez alcançado, situando-se agora nos 13%.

Em termos de comunicação institucional, o Programa 70/300 deu continuidade à *Newsletter* e ao desenvolvimento de um *microsite no Portal Interno*, através dos quais todos os Colaboradores tiveram acesso ao estado de cumprimento dos objectivos da campanha.

A estratégia de abertura de novas Agências do Banco foi igualmente alvo de campanhas publicitárias durante o ano de 2006. A Campanha da Vizinhança e a Campanha Produtos foram desenvolvidas para estarem presentes nas novas Agências, na fase de arranque destas; a primeira habilitava os novos Clientes da Agência a um Televisor LCD e a segunda atribuía prémios imediatos na subscrição de produtos.

No apoio à área comercial merece igualmente destaque o lançamento das Campanhas de Crédito Pessoal (Bite & Byte II), Domiciliação de Pagamentos, Campanha Emigrante e Banifuturo, para as quais foram desenvolvidos novos conceitos e imagens publicitárias.

Na área da Responsabilidade Social, foi dada continuidade ao projecto Banif Solidário lançado em 2005, tendo sido realizado um concerto de solidariedade, no Coliseu de Lisboa, com uma Orquestra dirigida pelo maestro Rui Massena, com Rui Veloso e a Ala dos Namorados, cuja receita de bilheteira reverteu na totalidade para as instituições Fundação do Gil, Acreditar e SIC Esperança, no projecto: "Um sorriso não tem idade".

Estas três instituições receberam igualmente do Banif cerca de 300.000 Euros relativos ao valor apurado na campanha de abertura de contas desenvolvida em 2005.

O Banif esteve também associado à Corrida Lisboa, Mulher e a Vida, prova organizada pelo Maratona Clube de Portugal e que contou com a participação de 5.000 mulheres, destinando-se a verba angariada à aquisição de aparelhos de rastreio do cancro da mama.

Tal como em anos anteriores, o Banco apoiou, no final do ano, 12 Instituições de Solidariedade, das quais 5 são da Região Autónoma da Madeira, distribuindo nesta acção específica 60.000 Euros.

No que respeita à política de patrocínios e donativos, foram analisados cerca de 500 pedidos, dos quais 150 contaram com o apoio do Banco. Os patrocínios ao Marítimo da Madeira, Clube Desportivo Nacional e Federação Portuguesa de Basquetebol, foram igualmente acompanhados, no sentido do cumprimento dos contratos estabelecidos, merecendo destaque a renovação do acordo com o Clube Desportivo Nacional, por mais três épocas desportivas.

Destaque ainda, nesta área, para o acordo firmado com o Maratona Clube de Portugal, no qual o Banif passou a patrocinar, como Banco oficial, duas das maiores manifestações desportivas do país, a Meia-Maratona de Lisboa (Ponte 25 de Abril) e a Meia-Maratona de Portugal (Ponte Vasco da Gama), para os próximos 3 anos.

Em 2006, o Golfe voltou a fazer parte dos eventos Banco, que contou pela primeira vez com um Torneio no Campo de Golfe de Porto Santo. Os outros torneios tiveram lugar no Algarve no Campo da Quinta da Ria, em Tavira e no Clube de Golfe do Santo da Serra, na Madeira, proporcionando aos nossos Clientes, uma vez mais, um agradável convívio.

Relativamente ao *site* do Banco, foram desenvolvidas as actualizações necessárias por forma a acompanhar todas as campanhas, acções e novos produtos disponibilizados e promovidos junto dos nossos Clientes e utilizadores deste canal de comunicação. No intuito de proporcionar mais e melhor informação, foram disponibilizados dois novos simuladores: um para o Crédito Habitação e outro para o produto *Renting*. Esta melhoria no serviço prestado provocaram um aumento dos acessos em cerca de 60% e do número de utilizadores únicos na ordem dos 50%.

No canal específico da Madeira, no *site* Banif, além da actualização contínua dos conteúdos específicos para esta Região, prosseguiu-se a interacção com todos os seus utilizadores, promovendo mais de uma dezena de passatempos para a oferta de bilhetes dos jogos onde participaram o Marítimo e o Nacional, obtendo assim uma valorização de 230% face ao ano de 2005, no acesso a esta área.

No canal Atrium Banif, dedicado à apresentação de conteúdos de lazer não financeiros, fortaleceram-se as parcerias existentes e estabeleceram-se novas com a Vodafone, Chequehotel e Porto Editora, permitindo a oferta de mais vantagens a todos os Clientes Banif.

4. Marketing Estratégico

No âmbito do Marketing Estratégico, o ano de 2006 saldou-se por significativos avanços neste campo de actuação.

Focado na análise sistematizada do mercado bancário, nas suas várias dimensões: concorrentes; produtos; *pricing* e consumidores, o Gabinete de Marketing Estratégico (GME) desenvolveu um conjunto integrado de projectos que, no seu todo, permitem aferir com rigor das condições do mercado e do posicionamento do Banif face à concorrência.

Deste projectos, destacam-se pela sua abrangência os seguintes:

- Produção de diversos estudos de *benchmarking* e de análise comparada do *portfolio* de produtos e serviços do Banco face ao mercado, designadamente no domínio do Crédito Pessoal, Crédito Imobiliário, Comissões e Cheques, entre outros;
- Análise sistematizada das campanhas da concorrência com implicações decisivas para o desenho de novos produtos;
- Gestão estratégica e operacional do Catálogo de Produtos e Serviços oferecidos pelo Banco;
- Gestão estratégica e operacional do Preçário do Banco, designadamente com a realização de uma revisão geral do preçário (actualização de comissões e criação de novas comissões);
- Continuidade do programa permanente de aferição do nível de satisfação dos Clientes particulares do Banco, com o desenvolvimento de um barómetro de resultados, tendo-se iniciado o desenvolvimento de um estudo análogo para os Clientes empresas;
- Monitorização e divulgação de informação relativa ao processo de *Mystery Shopping*, no âmbito do projecto da “Qualidade de Serviço” das Agências Banif;
- Continuidade do Projecto “Dossier de Abertura de uma Agência” que integra a caracterização do mercado de actuação, assim como condições promocionais de lançamento (entretanto actualizadas) e contactos potenciais para facilitação do negócio;
- Proposta e dinamização do Comité de Gestão Estratégica de Produtos, em parceria com Direcções de Produto e DCEI, com cinco objectivos fundamentais: desenvolvimento regular de uma matriz produtos-mercados; detecção de novas áreas de actuação; proposta de reposicionamento de produtos actuais; definição de acções complementares aos produtos nucleares e desenvolvimento de sinergias comerciais entre vários órgãos do Banco;
- Dinamização do Comité de Benchmarking, com a realização de diversos estudos de mercado (ex.: *homebanking*, contas de depósitos à ordem, entre outros), que contribuem, indirectamente, para reflexão interna e fornecimento de informação de relevo para o Comité de Gestão Estratégica de Produtos.
- Análise estratégica ao projecto da subsidiação cruzada, mediante a elaboração de uma proposta de actuação;
- Implementação e estabilização da nova versão do Sistema de Informação de Gestão (SIGnet);
- Desenho e implementação do GOP Private e do GOP Empresas, soluções especificamente desenhadas para apoio à gestão de Clientes do *Private Banking* e Empresas, respectivamente;
- *Upgrade* funcional do GOP Retalho, possibilitando a disponibilização de campanhas com detecção automática de Clientes e a sua disponibilização às Agências numa base diária;
- Definição dos requisitos e do modelo lógico de dados, com vista à criação de um DataWarehouse que suportará os futuros desenvolvimentos do Data mining.

No contexto do Grupo Banif, o GME apoiou ainda, no âmbito das suas actividades, o Banco Comercial dos Açores, a Banif Crédito e a Banif Leasing.

5. Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

No final de 2006, o crédito em incumprimento no Banco ascendia a 84.374 milhares de Euros, dos quais o montante de capital afecto a contencioso representava 68.804 milhares de Euros.

A recuperação de créditos em contencioso atingiu, no final do ano, o valor total de 48.377 milhares de Euros, do qual se regista a recuperação de 5.816 milhares de Euros de créditos já abatidos ao balanço.

As provisões constituídas, em observância das normas do Banco de Portugal, para riscos específicos de crédito (incluindo crédito e juros vencidos e créditos em cobrança duvidosa), ascendiam, no final do ano a 67.500 milhares de Euros, enquanto as provisões totais (riscos específicos e riscos gerais de crédito) eram de 108.318 milhares de Euros, correspondendo estas a 128,37% do crédito vencido total (125,10% em 2005).

Foi assim registada uma melhoria da qualidade da carteira de crédito face ao final do ano anterior, representando o crédito vencido, em 2006, 1,7% do crédito total (1,82% em 2005).

No exercício de 2006 foram efectuados abates ao balanço de créditos considerados incobráveis e já totalmente provisionados, no montante global de 19.039 milhares de Euros.

Regista-se ainda, no ano em apreço, a entrada em funcionamento de uma nova aplicação informática específica para assegurar uma melhor gestão das operações de crédito na situação de vencido.

De referir, relativamente ao exercício de 2006, a realização de uma operação de cessão de créditos hipotecários no montante de 5,59 milhões de Euros. Foi ainda prosseguido, no ano em análise, o esforço na redução dos prazos de incumprimento, assim como na uniformização de procedimentos, com prioridade para a negociação na recuperação dos créditos e recurso a *outsourcing* na cobrança de créditos abatidos e de pequenos montantes.

6. Recursos Humanos

A gestão de recursos humanos foi desenvolvida num quadro de grande expansão do Banco, com a abertura de 28 Agências que determinaram o aumento significativo de admissões, a intensificação da formação profissional, sobretudo ao nível da formação vestibular e um maior aproveitamento do potencial interno para o preenchimento de postos de trabalho mais qualificados.

Do conjunto de acções desenvolvidas merecem destaque as que se relacionam com o desenvolvimento profissional, nomeadamente, a formação contínua pelos modelos tradicionais e o *e-learning*, a gestão de quadros, a reorganização das funções internas e respectivos perfis, os meios de suporte à actividade e à reorganização e aperfeiçoamento dos sistemas de Recursos Humanos com vista à certificação de Qualidade da DRD e da Provedoria do Cliente.

No ano de 2006, foram admitidos 297 colaboradores, dos quais 80 para fazer face a situações sazonais, tais como, o reforço do Quadro das Agências no Verão e o Programa 70/300.

Saíram, durante o ano, 130 colaboradores, sendo o quadro de pessoal, em 31 de Dezembro de 2006, composto por 1.785 colaboradores, contra 1.618 em 2005. A sua idade média mantém-se nos 37 anos e a formação superior em 46%.

A nível do Grupo Banif, no final de 2006, havia 3423 Colaboradores.

No mesmo período, foram realizadas 253 acções de formação, com 3.267 participantes. Destas acções, 200 foram realizadas internamente e 53 externamente.

As acções realizadas enquadram-se nas orientações estratégicas do Banco relativas ao desenvolvimento dos recursos humanos, visando a melhoria dos desempenhos individuais e colectivos, o aumento da produtividade e a preparação dos Colaboradores para fazer face ao futuro.

Merece realce, no contexto do crescimento rápido do Banco, a formação vestibular ministrada após a admissão dos Colaboradores, pela sua importância na aprendizagem dos processos, procedimentos e sistemas do Banco e como meio de aproximação à cultura e aos valores internos.

Foram, também, desenvolvidas acções de formação no domínio da formação técnica e qualificante, de que se destaca a micro-informática, os cursos de Certificação Bancária do IFB e a nova operativa de cartões.

No que respeita à formação para o exercício de novas funções, numa perspectiva de carreira, foram realizadas várias acções, de entre elas os ciclos de Gerentes e de Gestores de Clientes e a Gestão e Animação de Equipas.

Consolidou-se a formação via e-learning como meio muito importante de aquisição e actualização de conhecimentos – 880 colaboradores fizeram formação por este meio, num ou mais dos 20 cursos disponíveis.

Foram desencadeadas outras acções orientadas para o fortalecimento da cultura do Banco e para o aprofundamento dos valores do trabalho, das quais se assinala a criação do prémio DIGNITAS, considerada a mais alta distinção atribuída pelo Banco aos Colaboradores que mais se distingam pelo seu mérito excepcional e pelo exemplo de conduta, dedicação, compromisso e obtenção de resultados acima das expectativas.

Finalmente, e como reconhecimento do papel que os recursos humanos assumem na estratégia da gestão do Banco, foi instituído um Comité de Pessoal onde participam, para além da Comissão Executiva, os Directores de 1ª linha, com reuniões previstas duas vezes por ano.

7. Sistemas e Tecnologias de Informação

No ano de 2006, os projectos de infra-estrutura tecnológica tiveram como denominador comum o suporte ao negócio e o aumento da robustez desse suporte. É neste âmbito que para além das actividades de estabilização da infra-estrutura técnica, merecem referência as seguintes realizações:

- Renovação e estabilização em produção das plataformas integrantes na nova Gateway Internet (*anti-spam* e controlo de acessos *web*);
- *Upgrade* dos *links* (Novis e PT) de acesso à Internet para 6Mbps;
- Estudo de medidas para redução dos custos de chamadas internacionais;
- Evolução da plataforma PRT para TCP/IP;
- Evolução das plataformas Trade Innovation, Corona e SWIFT,
- Reengenharia das infra-estruturas de suporte à Banca Electrónica e portais do Grupo para servidores IBM Blade;
- *Roll out* de impressoras multifuncionais nas agências e serviços centrais Banif, com substituição por uma única unidade física das impressoras de rede, fotocopiadoras, faxes e scanners;
- Reestruturação dos activos de rede do Edifício José Malhoa.

Foram ainda concluídos os processos de definição e segregação dos ambientes de desenvolvimento e produção e foi revista toda a rotina *batch* do sistema central, condição essencial para aumento da janela de disponibilidade das aplicações e sistemas.

Foram lançados projectos de Gestão e Monitorização de Redes e Sistemas, e de Reengenharia dos Postos de Trabalho dos Edifícios Centrais (*Thin Clients*).

Foi feita a integração dos Sistemas de Informação da Banif Leasing e Banif Crédito em termos da infra-estrutura de suporte.

Como habitualmente foram realizados testes de intrusão da infra-estrutura de comunicações e sistemas distribuídos.

8. Controlo dos Riscos de Actividade

A actividade bancária está exposta aos mais diversos riscos. É com o objectivo de os prevenir identificar e accionar os mecanismos de prevenção e mitigação que são desenvolvidas as actividades de gestão de risco. As estratégias e políticas adoptadas em cada um dos principais riscos identificados na actividade são definidas pela Comissão Executiva e difundidas a toda a organização, centralizando-se o exercício da função na Direcção de Gestão Global de Risco (DGR), mas procurando-se que haja uma consciência colectiva da natureza e dimensão dos riscos inerentes a cada função.

As funções e actividades relacionadas com o controlo de risco são exercidas com independência relativamente aos restantes órgãos.

- Risco de Crédito

Os princípios e as regras de concessão e manutenção de créditos, concedidos a Clientes, estão sistematizados no Manual de Crédito, que integra diversas normas como o Regulamento Geral de Crédito, que é de aplicação universal, os regulamentos de crédito aplicáveis a cada uma das áreas de negócio e das suas redes de comercialização, assim como regras referentes à preparação, análise e acompanhamento dos créditos e Clientes.

O Banco tem integrado na sua estrutura de risco Núcleos de análise de risco onde são avaliadas as operações de crédito e propostas condições que possam garantir-lhes mais segurança. Estes Núcleos têm autonomia de decisão até aos limites estabelecidos nos normativos e os seus responsáveis intervêm nos escalões de decisão em conjunto com as áreas de negócio.

O Banif tem uma equipa própria, para o desenvolvimento e acompanhamento dos modelos de notação interna de risco, quer para admissão quer para acompanhamento. Dispõe, assim, destes instrumentos de avaliação de risco, que possibilitam a atribuição a cada contraparte (segmento de empresas) e operação (segmento de retalho) uma nota de risco que corresponde à probabilidade de incumprimento esperada. Estas notações de risco condicionam o processo de aprovação das operações, em montante, preço e órgãos de decisão.

O acompanhamento do crédito na fase pós contratação e na renovação das linhas de crédito é igualmente uma das funções que a DGR mantém com particular atenção. Os sistemas de detecção de sinais de alerta, a informação de gestão referente aos Clientes com evidência de imparidade e as reuniões regulares promovidas entre as áreas comerciais, de recuperação e risco, com o objectivo de acompanhar os “Clientes em Vigilância”, têm-se revelado eficazes.

Estabelecem-se, anualmente, objectivos qualitativos para a carteira de crédito que complementam e visam orientar os objectivos quantitativos definidos para a actividade comercial. São definidos objectivos de notação de risco da carteira, de concentração de exposições em termos geográficos, sectoriais e de grandes riscos assim como são definidos objectivos de reforço de segurança das operações através de colaterais. Estes objectivos são regularmente monitorizados.

Na gestão do crédito não padronizado são estabelecidos limites de crédito por entidade e/ou grupo económico, os quais são revistos e avaliados semestralmente.

- Riscos de Mercado

O risco de mercado ou de preço (taxas de juro, taxas de câmbio, preço das acções), define-se como a possibilidade de incorrer em perdas, devido a variações inesperadas do preço de instrumentos ou operações.

A política do Banif nesta matéria continua a ser prudente e sistemática, através da revisão e adequação dos respectivos limites pelos órgãos de gestão, pautando-se a actuação, neste domínio, por regras de funcionamento e controlo devidamente reguladas pelo normativo interno e pelas normas de supervisão.

As posições registadas na carteira de negociação (*trading book*) do Banif incluem riscos de natureza cambial, taxa fixa e taxa variável, sendo os mesmos contabilizados e reavaliados a preços de mercado. Neste domínio, a acção fundamental tem-se centrado na cobertura de risco nos activos mais voláteis, nomeadamente nos produtos de taxa fixa e taxa de câmbio das operações contratadas com Clientes.

O risco de taxa de juro é periodicamente avaliado em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos, tendo-se mantido ao longo do exercício dentro dos *stress limits* superiormente aprovados. O Banco realiza análises de sensibilidade à taxa de juro, com periodicidade regular, medindo-se o seu impacto, para diversos cenários, quer na margem quer nos fundos próprios, de acordo com o conjunto de recomendações das entidades de supervisão.

- Risco de liquidez

Os níveis de liquidez estrutural são geridos em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos obtidos, através da identificação de *gaps*. As políticas de obtenção de *funding*, quer junto dos Clientes, quer no mercado, têm garantido a estabilidade dos recursos, mantendo-se o *liquidity gap* e o *cumulative gap* dentro dos limites definidos para os vários períodos.

O Banif promove ainda regularmente Comitês de Activos e Passivos que avaliam os riscos estruturais de balanço e mercados.

A adequação do Banif ao Novo Acordo de Basileia

Em 2006 o Banif consolidou a maioria das iniciativas promovidas nos anos anteriores relativas à adaptação ao acordo de Basileia II. Na sequência dos trabalhos realizados, o Banif já seleccionou as metodologias a aplicar aos diversos riscos e segmentos.

No âmbito do risco de crédito

- Foram concluídos os modelos internos de notação de risco, quer de admissão quer comportamentais, para os principais segmentos de negócio e produtos de retalho;
- Foi estruturado o DataMart de Risco que deverá dar resposta ao cálculo de requisitos de fundos próprios em conformidade com as abordagens seleccionadas, bem como a informação de gestão mais ampla, fortalecendo as bases de trabalho para o cálculo do capital económico.
- Foi seleccionado *software* que permitirá de forma integrada a gestão interna das carteiras de risco bem como responder aos requisitos das entidades de supervisão.

No âmbito do risco operacional

- Foi constituída a equipa de gestão de risco operacional com o objectivo de garantir de forma integrada a recolha, tratamento e mitigação dos principais focos de risco identificados na Instituição, visando também uma abordagem qualitativa.
- Foi adquirida uma aplicação informática para gestão do risco operacional acessível a todas as entidades do Grupo, garantindo globalmente os objectivos e ponderando a especificidade de cada uma, quer em termos de negócios, quer culturais, associando assim uma partilha de conhecimento para a adopção das melhores práticas.

Continuaram a ser promovidas as acções de formação sobre Basileia II para os novos Colaboradores do Banco e está a ser implementado um plano de formação mais alargado versando os diversos riscos de forma a dar conhecimento e sensibilizar toda a estrutura.

9. **Compliance**

Em Abril de 2006 foi deliberada a criação da função *Compliance* no Banif – Grupo Financeiro e, designadamente, no Banif – Banco Internacional do Funchal.

A criação da função *compliance* no Banif é perspectivada como um contributo relevante para o aprofundamento de uma cultura de integridade e de ética nos negócios, que sustente uma atitude consistente de respeito e de observância dos normativos legais e regulamentares externos e internos.

O Banif assume, assim, a função *compliance* como parte indissociável das actividades de negócio que desenvolve, considerando-a como um elemento integrante da sua cultura de empresa.

A função *compliance* tem como objectivo assegurar que as actividades prosseguidas pelo Banco se desenvolvem em conformidade com as regras de boa deontologia e no respeito das leis e regulamentos que disciplinam a actividade financeira.

O conceito de *compliance* é transversal a todo o Banco, sendo exigidos a todos os seus Colaboradores padrões de conduta que assegurem o estrito cumprimento de todos os normativos internos e externos aplicáveis às actividades que desenvolvem.

A função *Compliance* actua como assessora dos órgãos de Administração e Direcção, na gestão efectiva dos riscos de *Compliance* com que o Banco se depara no normal desenvolvimento das suas actividades, incumbindo-lhe, especificamente.

- Identificar, documentar e avaliar os riscos de *Compliance* associados às actividades desenvolvidas pelo Banco;
- Avaliar a adequação das regras e dos procedimentos de *Compliance* instituídos, identificar deficiências e, quando necessário, formular propostas de correcção;
- Emitir, em cooperação com os Responsáveis pelas Direcções relevantes do Banco, orientações e promover o aconselhamento dos Colaboradores sobre a correcta aplicação dos normativos, regulamentos e padrões de conduta, nomeadamente através da definição de políticas e de procedimentos internos;
- Assessorar a Administração e a Direcções do Banco na formação dos Colaboradores em matérias de *compliance* e actuar como contacto privilegiado relativamente a questões de *compliance*;
- Monitorizar o risco de *compliance*, procedendo a avaliações de *performance* suficientemente representativas e realizando inquéritos e investigações sobre deficiências e incumprimentos detectados.

A Área de *Compliance* do Banif desenvolve as suas actividades no contexto do Estatuto da Função *Compliance* do Banif – Grupo Financeiro, documento que formaliza a criação da função no seio do Grupo e que, para além de enunciar os princípios e atribuições acima referidos, desenvolve ainda as linhas mestras da organização da função nas sociedades que integram o Grupo, as garantias de independência e autoridade da função e as respectivas linhas de reporte interno.

Ainda em 2006, a Área de *Compliance* do Banif foi chamada a intervir em vários processos, dos quais se salientam, no âmbito da reforma legislativa do mercado de capitais português no quadro das novas Directivas Comunitárias, os relativos à Directiva do Abuso de Mercado - Recomendações de Investimento (Elaboração e Divulgação) e à Directiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF). No âmbito das alterações ao regime legal das sociedades comerciais (DL 76-A/2006) destaca-se a intervenção nos processos respeitantes à alteração dos estatutos do Banif – Banco Internacional do Funchal e aos procedimentos de controle de requisitos de independência e regime de incompatibilidades dos titulares de órgãos sociais.

10. Auditoria

A função auditoria é assegurada no Banif, pela Direcção de Auditoria e Inspeção (DAI), assumindo papel relevante na avaliação e validação do controlo interno instituído.

Sendo parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do Banco, compete-lhe proceder à verificação independente do cumprimento da normativa em vigor e, nomeadamente:

- zelar pelo cumprimento das normas internas e das disposições legais em vigor, obrigando-se a reportar os factos e situações que se constituam como desvios às referidas normas;
- verificar a qualidade dos controlos e níveis de segurança estabelecidos ao nível dos sistemas e tecnologias de informação;
- auditar regularmente as operações que envolvam riscos de actividade.

No contexto do crescimento orgânico verificado durante o ano de 2006 e dentro do enquadramento estratégico do Banco, procedeu-se às adequações necessárias da estrutura da DAI com o objectivo de estender a sua actuação a todas as áreas de actividade do Banco, incluindo um reforço em meios humanos e tecnológicos na área de sistemas tecnológicos de informação.

Foram desenvolvidas actividades de harmonização dos processos de auditoria com o Gabinete de Inspeção e Auditoria do Banco Comercial dos Açores, potenciando-se a normalização da função de auditoria interna no Grupo, bem como concretizadas acções de auditoria com equipas formadas por elementos de ambas as instituições.

A concretização dos objectivos traçados permitiu, nomeadamente, alcançar um aumento efectivo do perímetro auditável, ultrapassando o recurso ao controlo remoto, permitindo igualmente o reforço da componente preventiva e didáctica nas acções presenciais e a concretização de acções de auditoria em outras empresas do Grupo.

Tal foi conseguido através da aposta na melhoria dos instrumentos de trabalho (automatização de tarefas) e do desenvolvimento de competências do pessoal afecto através de acções de formação interna e externa.

Do plano anual de actividades, do qual constam acções como:

- Auditorias a Unidades de Negócio (Agências/Centros de Empresa);
- Auditorias aos Serviços Centrais;
- Auditorias à Distância (controlo remoto);
- Auditorias aos Sistemas de Informação,

foram realizadas, durante o ano de 2006, as seguintes auditorias:

	Banif	BCA
Unidades de Negócio	222	48
Serviços Centrais	6	1
Auditorias à Distância	30	9
Sistemas de Informação	10	---

Todas as acções foram objecto de respectivo acompanhamento e os relatórios foram devidamente arquivados, uma vez verificadas as acções correctivas às anomalias identificadas.

As acções desenvolvidas pela DAI e pelo GIA asseguraram, assim, um adequado contributo no âmbito do sistema de controlo interno do Banif e do BCA.

No decurso do ano teve lugar um processo de formação especial em Auditoria da Qualidade, onde foram certificados cinco auditores da DAI, com vista a contribuir para a concretização do objectivo traçado pela Instituição; obter a Certificação de Qualidade nas seguintes áreas: Serviço de Banca Electrónica – Banif@st, Serviço de Banca Telefónica e Provedoria do Cliente.

11. Actividade Financeira

A Direcção Financeira manteve a sua função de gestão integrada dos activos e passivos do Banco, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Banif – Grupo Financeiro nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade do Banco com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de produtos nas suas áreas de actuação.

A Direcção Financeira manteve a sua colaboração na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.

O abrandamento do crescimento económico e o controlo da inflação nos EUA foram factores que levaram o Banco da Reserva Federal a rever a sua política monetária de subida das taxas de juro, com estas a manterem-se no final de 2006, nos 5,25%. Com a Europa a mostrar sinais de um crescimento económico acima das previsões e a inflação a situar-se acima dos parâmetros definidos, o BCE foi levado a alterar a sua política monetária, com o aumento das suas taxas directoras, que se situavam no final do ano nos 3,5%.

A manutenção do preço do petróleo a níveis elevados, a continuação da instabilidade no Iraque, os receios de ataques terroristas e a crise com o Irão, foram factores que levaram a que os investidores continuassem a procurar aplicações de menor risco e maior liquidez, refugiando-se em aplicações bancárias e em fundos de tesouraria, em detrimento de aplicações em fundos de risco elevado.

A volatilidade dos mercados levou o Banif a manter a sua política de diversificação nas suas áreas de actuação para uma melhor rentabilidade das aplicações, limitando as suas carteiras de acções e obrigações e privilegiando a liquidez.

Em 2006 e no que respeita ao mercado de crédito, num contexto de boa situação das empresas e de um enquadramento económico mais favorável, os prémios de risco permaneceram em níveis historicamente baixos. Adicionalmente, a escassez de oferta neste mercado, associado ao aumento de produtos alavancados, continuou a ser um dos factores determinantes da dinâmica do mercado de crédito.

Em termos sectoriais, é de destacar a maior volatilidade em torno dos sectores de retalho e telecomunicações - no seguimento da intensificação de acções corporativas – e do sector automóvel,

cujo problema de excesso de capacidade a nível mundial tem originado a acção negativa por parte das agências de *rating*.

A política de investimentos continuou a ser conduzida com o apoio do Banif - Banco de Investimento, seguindo um perfil conservador na selecção dos emitentes e privilegiando uma diversificação sectorial.

A volatilidade dos mercados e a subida das taxas de juro na Europa marcaram o ano de 2006, levando o Banif a limitar a sua carteira de obrigações de taxa fixa.

Na sequência da política adoptada, os resultados obtidos na carteira de títulos de investimento e negociação em 2006 ascenderam a um resultado 3,3 milhões de Euros, contra o resultado de 603 milhares de Euros, em 2005.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras registaram um acréscimo de 304,3%, cifrando-se em 6,9 milhões de Euros em 2006, contra 1,7 milhões de Euros no final de 2005. O valor apurado resulta principalmente dos ganhos obtidos com a venda de títulos de rendimento fixo e variável.

O mercado cambial continuou marcado por uma grande volatilidade no ano de 2006.

No 1º trimestre assistiu-se a uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, como consequência dos bons indicadores económicos nos EUA e da manutenção da política monetária do FED de subida das taxas de juro. A partir do 2º trimestre, este quadro inverteu-se, com a valorização do Euro devido à melhoria do crescimento económico na Europa e da alteração da política monetária do BCE, o que originou uma valorização de 11,4% do Euro face ao Dólar, situando-se no final do ano, nos 1,3170.

Estes factores originaram que a actividade cambial durante o ano, relacionada com operações comerciais se mantivesse dentro dos parâmetros do ano anterior.

A volatilidade a que se assistiu nos mercados financeiros foi também um factor conducente à não obtenção de resultados significativos nas operações de risco do Banco, originando que os resultados cambiais do Banco de 2006 se mantivessem iguais aos de 2005, nos 775 milhares de Euros.

O Banco manteve uma política equilibrada de gestão da liquidez com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando em aplicações de menor risco, fazendo a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo os *mismatches* da taxas de juro e fazendo uma avaliação periódica do risco de taxa de juro com o intuito de reduzir essa exposição.

A estabilidade da liquidez foi feita através do *funding* de Clientes, do recurso ao mercado monetário e do recurso a operações nos mercados internacionais através de empréstimos de médio/longo prazo, com um aumento na maturidade dos mesmos.

Durante o ano assistiu-se a uma aposta dos Clientes do Banco em aplicações de títulos de curto prazo, devido à perspectiva de o BCE continuar a sua política de subida das taxas de juro.

Face a este quadro, verificou-se que o valor de Certificados de Depósito de médio/longo prazo da carteira de Clientes existentes no Banif era de 84,7 milhões de Euros a 31 de Dezembro de 2006 contra 192,9 milhões de Euros em Dezembro de 2005.

No âmbito dos mercados de capitais, a Direcção Financeira participou na preparação da emissão de três tranches de *European Medium Term Notes*, a 1ª no montante de 300 milhões de Euros, com o prazo de 4 anos, concluída em Novembro, a 2ª no montante de 125 milhões de Euros (*perpetual note*), e a 3ª no montante de 50 milhões de Euros, com o prazo de 10 anos e que foram concluídas em Dezembro de 2006.

A Direcção Financeira participou também em conjunto com a Direcção Internacional na colocação no mercado de dois *Empréstimos Sindicados Médio/Longo Prazo*. O primeiro pelo prazo de 5 anos no montante de 157 milhões de Euros e, o segundo no montante de 63 milhões de Euros pelo prazo de 7 anos e que foram concluídos em Julho.

Deste modo, a liquidez do Banco mostrou alguma estabilidade durante o ano de 2006, com o respectivo rácio, conforme medido pelo Banco de Portugal, a situar-se nos 93,3% no 1º trimestre e nos 91,7% no último trimestre.

12. Actividade Internacional

12.1 Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Em conformidade com os princípios de actuação superiormente definidos, verificou-se neste exercício, uma forte divulgação e suporte às actividades do Banco e das sociedades do Grupo Banif junto das suas contrapartes nos mercados internacionais, o que muito contribuiu para a expansão e o apoio aos negócios com terceiros países. Neste sentido, foi privilegiado o estabelecimento de contactos e visitas a bancos correspondentes em conjunto com a Direcção Financeira e participação em fóruns internacionais de relevo, em países da União Europeia, e países candidatos à UE.

Bastante atenção foi igualmente concedida às relações de negócio, potenciais e futuras, com novos mercados dos países emergentes, perspectivando-se assim uma maior concretização e estreitamento das relações com os países africanos de expressão portuguesa, com os países da bacia mediterrânea com os quais a UE tem tratamento preferencial, e um cada vez maior envolvimento com os mercados latino americanos, com especial relevo para o Brasil.

A actividade crescente que o Escritório de Londres tem vindo a desempenhar no apoio aos negócios da banca comercial e da banca de investimento do Grupo, tem acrescentado uma grande visibilidade e dinâmica às actividades internacionais na maior praça financeira do mundo, que se esperam ver fortemente reforçadas a curto prazo.

As actuais notações de *rating* Baa1 e BBB+, da Moody's e Fitch, por seu lado, contribuiram bastante para a credibilidade e imagem do Banco nos mercados internacionais de capitais e para a estabilidade e equilíbrio do Banif – Grupo Financeiro. Para a notoriedade do Grupo têm igualmente contribuído as excelentes notações de *research* feitas por bancos de reputação mundial.

Neste contexto, foi possível pela primeira vez na história do Banco ter acesso a *funding* a prazo de 7 anos através de um empréstimo sindicado *dual tranche* (5 e 7 anos) de 220 milhões de Euros, colocado junto de um conjunto de bancos de elevada reputação e excelente relação com o Banif.

Na captação de operações de *trade finance* continuou a dar-se especial atenção a operações de curto prazo (até 1 ano) em Dólares, relativas a risco Brasil e Argentina, sendo esta exposição no final do ano de USD 40,4 milhões. Verificou-se uma actividade mais intensa na captação de operações de *trade related* (até 1 ano) com bancos de outros países, em especial na Rússia, Ucrânia e Cazaquistão num total de USD 38,5 milhões. Foram também concretizados com alguns bancos dos países bálticos operações de financiamento de *general purpose* a mais de 1 ano, no montante de 8 milhões de Euros.

A carteira de operações *trade finance* representava, no final do ano, um valor inferior a 1 % do total consolidado da carteira de crédito do Banif – Grupo Financeiro.

Na sequência da excelente actividade desenvolvida pela Banif Mortgage Company (BMC), na concessão de crédito hipotecário, o Banif procedeu ao *funding* da sua carteira que atingiu em 2006

um total de USD 112 milhões. No entanto, no final do ano, a exposição da BMC era de apenas USD 62 milhões de Dólares.

O Banco participou ainda nas reuniões anuais do GEB e da International Forfaiting Association, de que é membro activo.

12.2 Residentes no Exterior/Sucursal Financeira Exterior

Os recursos totais atribuídos a Clientes não residentes tiveram, em 2006, um crescimento superior a 7%, em concordância com as previsões divulgadas pelo Banco de Portugal, apesar do ambiente desfavorável resultante da valorização do Euro, nomeadamente face ao Dólar americano.

Os países de emigração portuguesa que maior contributo têm para a carteira de depósitos do Banco, com um total de depósitos superior a 730 milhões de Euros, têm sido a Venezuela e a África do Sul onde se concentram muitos madeirenses, nossos clientes tradicionais. No entanto, deve realçar-se a evolução verificada nos Estados Unidos da América (com um crescimento superior a 61% de 2005 para 2006, em resultado da abertura do escritório de Newark), e do Brasil, com quase 30% de crescimento, proveniente da expansão do banco comercial, Banif – Banco Internacional do Funchal(Brasil), SA.

As remessas provenientes de Clientes não residentes tiveram um comportamento semelhante aos depósitos, atingindo o valor de 320 milhões de Euros. Mesmo em mercados onde a Direcção de Residentes no Exterior (DRE) ainda não tem uma presença física, como o Reino Unido e a Suíça, as remessas dos emigrantes cresceram em valor 10% e 50% respectivamente.

Esta boa *performance* é reflexo de vários factores, de entre os quais se podem destacar a melhor compreensão e empenho das Agências neste segmento de negócio, fruto das acções de formação que a DRE efectuou, e dos produtos seleccionados no ano transacto para liderarem a oferta para estes clientes o Depósito XL e o Crédito Habitação.

O Depósito XL constituiu um produto alternativo para os emigrantes que pretendiam segurança no seu investimento, com taxas de rendimento superior. O Crédito Habitação continua a ser muito atractivo para as comunidades radicadas em países europeus, tendo constituído um sucesso a sua colocação no Reino Unido, Suíça e Luxemburgo, este último após o arranque da parceria com o banco ING, Luxembourg, SA no 2º semestre de 2006.

A Sucursal Financeira Exterior continua a ser reconhecida como um parceiro prioritário, fruto da sua capacidade técnica e operativa, para as sociedades de *management* actuando na Região Autónoma da Madeira, o que tem permitido aumentar continuamente o fluxo de capitais provenientes do exterior.

Durante o ano de 2006, o Banco manteve a política de apoio às iniciativas mais relevantes das comunidades portuguesas dos países onde estamos representados.

13. Provedoria do Cliente

O Gabinete de Provedoria do Cliente registou, no ano de 2006, a entrada de 443 reclamações, o que representa, relativamente a 2005, um acréscimo de cerca de 70%.

Este acréscimo de reclamações está em consonância com o que se passa no restante sector financeiro, evidenciando uma cada vez maior exigência dos Clientes quanto ao binómio qualidade-preço dos serviços prestados.

Por outro lado, as facilidades disponibilizadas pela Internet, bem como a existência em todas as Agências, do Livro de Reclamações, tornou muito mais acessível a comunicação com o Banco, não só para reclamar mas também para sugerir.

De entre as 443 reclamações que nos foram remetidas, os nossos Clientes tinham razão em 187. Em todas as situações em que os nossos Clientes têm razão e tal não se deve a um qualquer erro ocasional, são sempre desenvolvidos os mecanismos (acções preventivas/correctivas) conducentes à eliminação das causas que poderão ter estado na origem da anomalia.

Em finais de 2006 foi atribuído o Certificado NP EN ISO 9001:2000 ao Gabinete de Provedoria do Cliente do Banif. Esta certificação é o garante da continuidade da prestação de um serviço de qualidade, que se enquadra perfeitamente com os objectivos estratégicos do Banco.

III ANÁLISE ÀS CONTAS

A análise dos elementos contabilísticos e dos seus principais indicadores permite evidenciar o desempenho do Banco relativo à actividade respeitante ao exercício de 2006.

No período em análise, o Lucro Líquido totalizou 34,7 milhões de Euros, o Activo Líquido cifrou-se em 6.700 milhões de Euros e os Capitais Próprios atingiram os 296,6 milhões de Euros. A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu 12,31%, enquanto que a rendibilidade do activo (ROA) se elevou a 0,56%.

Demonstração de resultados

A Margem Financeira, incluindo o Rendimento de Instrumentos de Capital, que se elevou a 137,0 milhões de Euros em 2006, apresentou um modesto crescimento de 2,7% quando comparado com o ano anterior. De referir que a margem financeira foi afectada negativamente em 2006, devido a acertos de juros relativos a exercícios anteriores, em cerca de 3 milhões de Euros, na sequência de correcções nos processos de mensuração de juros da aplicação de contas-correntes e da implementação da nova aplicação de empréstimos, situação que, apesar de não ser materialmente relevante, afectou a evolução desta rubrica.

O Produto da Actividade, formado pela Margem Financeira, Lucros de Operações Financeiras e Comissões e Outros Resultados Líquidos, ultrapassou os 194,9 milhões de Euros, apresentando um crescimento de 6,3% quando comparado com o Produto da Actividade obtido em 2005. A maior contribuição para esta evolução provém do acréscimo de 7 milhões de Euros (+24,7%) verificado ao nível de Rendimentos de Serviços e Comissões líquidos, reflexo do aumento do leque de serviços prestados e da eficiência na cobrança de comissões.

Os Custos de Transformação (Custos com o Pessoal, Gastos Gerais Administrativos e Amortizações) registaram um crescimento de 12,9%, totalizando 124,0 milhões de Euros que comparam com 109,5 milhões de Euros contabilizados em 2005. A evolução dos custos de transformação reflecte o crescimento orgânico do Banco. Os Custos com o Pessoal aumentaram 12% devido ao reforço do quadro de pessoal em 167 empregados. Os Gastos Gerais Administrativos cresceram 13,7% (com maior incidência em gastos com publicidade, informática e fornecimentos de terceiros). As amortizações apresentaram um incremento de 21,0% como resultado dos investimentos relativos à abertura de mais 28 agências durante o ano de 2006 e à modernização dos recursos tecnológicos do Banco. Nos Gastos Gerais Administrativos há ainda a referir os custos inerentes às campanhas publicitárias desenvolvidas em 2006, no âmbito do programa de captação de novos Clientes (Programa 70/300).

Como resultado do aumento dos custos de transformação, o rácio *Cost to Income* registou um decréscimo de eficiência, passando de 59,74% em 2005 para 63,62% em 2006.

O *Cash Flow* de Exploração atingiu 78,5 milhões de Euros no final de 2006, registando um decréscimo de 2,0% quando comparado com o alcançado em 2005.

Por seu turno as Provisões e Imparidade Líquida, que totalizaram 26,7 milhões de Euros, registam um decréscimo de 34,1% relativamente a 2005, que é explicado por um lado, pelos elevados montantes de recuperações de crédito ocorridos no exercício de 2006 e, por outro, pelo provisionamento a 100%, no montante de cerca de 4,7 milhões de Euros relativo à participação do Banco no capital da Metalsines, ocorrido em 2005.

O Lucro Líquido depois de Impostos do Banco apresentou um expressivo crescimento de 33,0% quando comparado com o final de 2005, totalizando 34,7 milhões de Euros. A carga fiscal registou um ligeiro decréscimo, dos 21,8% registados no final de 2005 para os 21,6% registados no final de 2006.

Balanço

Ao nível do Balanço, destaca-se a evolução positiva do Activo Líquido que atingiu 6.700,1 milhões de Euros no final de 2006, um incremento de 12,5% relativamente ao período homólogo de 2005.

As rubricas “Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras Instituições de Crédito” totalizaram 336,5 milhões de Euros, no final de 2006, registando um decréscimo de 26,7% relativamente ao final de 2005, resultado de uma diminuição nas Disponibilidades em Bancos Centrais no valor de 93,9 milhões de Euros e de um decréscimo de disponibilidades em Instituições de Crédito no Estrangeiro no montante de 36,2 milhões de Euros ocorridas durante o ano de 2006.

Relativamente à carteira de Activos Financeiros registados ao justo valor através de resultados, verificou-se uma diminuição no montante de 179,2 milhões de Euros que se deveu à alienação da carteira de obrigações emitidas por não residentes.

O volume de Crédito Concedido a Clientes (líquido provisões e imparidade) apesar do forte ambiente competitivo ao nível do mercado, elevou-se a 5.272,8 milhões de Euros, um acréscimo de 14,1% face ao valor registado no final de 2005. O aumento verificado ao nível da carteira do Crédito à Habitação de 14,3% (1.826,1 milhões de Euros em 2006 contra 1.594,4 milhões de Euros em 2005) revelou-se importante para reduzir o perfil de risco da carteira de crédito.

A qualidade da carteira de crédito, apesar de uma conjuntura económica ainda não totalmente favorável manteve-se a níveis adequados, pelo que o rácio de “Crédito vencido/Crédito Total” melhorou de 1,82% para 1,70%, enquanto que a cobertura do Crédito Vencido por provisões totais para riscos de crédito passou de 125,1% para 128,4%.

Relativamente ao Passivo, a rubrica “Recursos de outras Instituições de Crédito” totalizou 2.469,0 milhões de Euros, um acréscimo de 12,5% quando comparado com o final de 2005, por aumentos verificados ao nível dos empréstimos de Instituições de Crédito (+57 milhões de Euros no país e +129 no estrangeiro) e um decréscimo de 70 milhões de Euros nos recursos do MMI.

Os Recursos de Clientes e Outros Empréstimos, que continuam a revelar uma performance favorável atingiram 3.059 milhões de Euros, um acréscimo de 16,6%, quando comparados com o valor alcançado no final de 2005.

Durante o ano de 2006 o Banco colocou no mercado empréstimos subordinados no valor de 125 milhões de Euros, tendo procedido ao reembolso de duas emissões que se venciam em 2006, no montante total de 49,9 milhões de Euros, pelo que a rubrica “Outros passivos Subordinados” apresentou um acréscimo de 54,2%, totalizando 212,9 milhões de Euros, no final de 2006.

Os Capitais Próprios do Banco cifraram-se em 296,6 milhões de Euros, no final de 2006, um acréscimo de 4,9% quando comparados com o final de 2005 (282,9 milhões de Euros).

O Rácio de Solvabilidade total do Banco, a nível consolidado com o Banif Finance Ltd e com o Banif (Açores) SGPS, SA, (calculados de acordo com as Instruções do Banco de Portugal), situou-se em 13,66% no final de 2006, (11,6% em 2005), com o rácio *Tier I* em 6,9% (6,89% em 2005).

A rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) atingiu 12,31% em 2006 (9,46% em 2005) e a rentabilidade do activo médio (ROA) situou-se 0,56% (0,51% em 2005).

Análise Comparativa – Banif, SA

Expresso em milhares de Euros

Balço	31-12-2006	31-12-2005	Varição absoluta	Varição %
Activo Líquido	6.700.066	5.957.779	742.287	12,5%
Crédito Concedido Bruto	5.342.949	4.685.195	657.754	14,0%
Recursos de Clientes (balço)	3.247.279	2.818.093	429.186	15,2%
Total de Recursos de Clientes Captados	4.931.637	4.660.986	270.651	5,8%
Capitais Próprios	296.612	282.868	13.744	4,9%
Demonstração de resultados	31-12-2006	31-12-2005	Varição absoluta	Varição %
Margem Financeira (inclui Rendimentos de Instrumentos de Capital)	137.035	133.474	3.561	2,7%
Lucros em Operações Financeiras (líq.)	4.240	472	3.768	798,3%
Outros Proveitos (líq.)	53.634	49.408	4.226	8,6%
Produto da Actividade	194.909	183.354	11.555	6,3%
Custos com Pessoal	63.562	56.755	6.807	12,0%
Gastos Gerais Administrativos	52.836	46.482	6.354	13,7%
Cash Flow	78.511	80.117	-1.606	-2,0%
Amortizações do Exercício	7.608	6.290	1.318	21,0%
Provisões e Imparidade (líq.)	26.660	40.457	-13.797	-34,1%
Resultado antes de Impostos	44.243	33.370	10.873	32,6%
Impostos (correntes e diferidos)	9.535	7.265	2.270	31,2%
Resultado do Exercício	34.708	26.105	8.603	33,0%
Outros indicadores	31-12-2006	31-12-2005	Varição absoluta	Varição %
Crédito Vencido / Crédito Total	1,70%	1,82%	-	-
Provisões de Crédito / Crédito Vencido	128,37%	125,11%	-	-
ROE	12,31%	9,46%	-	-
ROA	0,56%	0,51%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Activo Líquido Médio	0,71%	0,65%	-	-
Produto da Actividade / Activo Líquido Médio	3,15%	3,57%	-	-
Resultado Antes de Impostos / Capitais Próprios Médios	15,7%	12,09%	-	-
Custos de Funcionamento + Amortizações / Produto da Actividade	63,6%	59,7%	-	-
Custos Com Pessoal / Produto da Actividade	32,6%	31,0%	-	-

IV APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando que:

1. No exercício de 2006, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado de EUR 34.707.860,00.
2. Tem sido política da Sociedade proceder a uma distribuição adequada de lucros pelos seus Accionistas, em face dos resultados obtidos e da sua necessidade de autofinanciamento;
3. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artigos 32º e 33º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal	EUR 3.470.786,00
Para Distribuição de Dividendos	EUR 15.000.000,00 (*)
Para Reservas Livres	<u>EUR 16.237.074,00</u>
TOTAL	EUR 34.707.860,00

(*) Dividendo de EUR 0,3125 por acção."

V NOTA FINAL

Em Assembleia Geral Anual da Sociedade realizada em 31/03/2006, procedeu-se à eleição dos membros dos órgãos sociais e estatutários para o triénio 2006/2008.

Em reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 31/03/2006, foi deliberado designar Presidente do Conselho de Administração o Senhor Comendador Horácio da Silva Roque e Vice-Presidentes os Senhores Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos e Dr. Carlos David Duarte de Almeida.

Na mesma reunião foi, igualmente, deliberado criar uma Comissão Executiva com a seguinte constituição:

- Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
- Dr. Carlos David Duarte de Almeida
- Dr. António Manuel Rocha Moreira
- Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
- Dr. José António Machado de Andrade
- Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
- Dr. José Eduardo Nunes de Melo

Foi, ainda, deliberado designar Presidente da Comissão Executiva o Vice-Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos.

Os órgãos sociais e estatutários do Banco passaram a ter a seguinte composição :

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa

Secretários: Comendador Jorge de Sá
Dr. José Lino Tranquada Gomes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque
Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos
Dr. Carlos David Duarte de Almeida
Dr. Artur Manuel Pires Chambel
Dr. António Manuel Rocha Moreira
Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz
Dr. Artur de Jesus Marques
Dr. José Marques de Almeida
Dr. José António Machado de Andrade
Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos
Dr. José Eduardo Nunes de Melo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida

Vogais Efectivos: Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade De Revisores Oficiais De Contas, SA,
representada por
Dr. Alfredo Guilherme da Silva Gândara (Roc 49)
Dr. José Luís Pereira de Macedo

Vogais Suplentes: Dr. José Pedro Lopes Trindade
Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC 896)

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Rentipar Financeira– Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
representada por Dr. Fernando José Inverno da Piedade

Fundação Horácio Roque

representada por Dra. Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro

Renticapital – Investimentos Financeiros, SA

representada por Sr. Vitor Hugo Simons

Ao concluir o seu relatório sobre as actividades desenvolvidas em 2006, o Conselho de Administração manifesta ao Conselho Fiscal o seu agradecimento pelo apoio e colaboração assegurados ao longo do exercício.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2007

Horácio da Silva Roque – *Presidente*

Joaquim Filipe Marques dos Santos - *Vice-Presidente*

Carlos David Duarte de Almeida – *Vice-Presidente*

Dr. Artur Manuel Pires Chambel

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Dr. Artur de Jesus Marques

Dr. José Marques de Almeida

Dr. João Manuel da Silva Machado dos Santos

Dr. José António Machado de Andrade

Dr. José Eduardo Nunes de Melo

VI. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1- Balanço

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2006		31-12-2005	
		Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	283.168	-	283.168	371.301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	53.379	-	53.379	87.973
Activos financeiros detidos para negociação	7	3.829	-	3.829	9.797
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	53.357	-	53.357	232.587
Activos financeiros disponíveis para venda	9,18	31.290	(311)	30.979	28.082
Aplicações em instituições de crédito	10,18	827.929	(37)	827.892	437.707
Crédito a clientes	11	5.342.949	(70.131)	5.272.818	4.623.033
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	12,18	54.754	(4.322)	50.432	52.337
Propriedades de investimento		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	13	66.606	(37.244)	29.362	20.405
Activos intangíveis	14	29.172	(19.841)	9.331	6.833
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	15,18	29.654	(7.512)	22.142	22.142
Activos por impostos correntes	16	467	-	467	467
Activos por impostos diferidos	16	9.390	-	9.390	11.120
Outros activos	17,18	56.126	(2.606)	53.520	53.995
Total do Activo		6.842.070	(142.004)	6.700.066	5.957.779
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	19	-	-	6.565	8.020
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20	-	-	102.376	97.343
Recursos de outras instituições de crédito	21	-	-	2.468.998	2.194.923
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	-	-	3.059.011	2.623.973
Responsabilidades representadas por títulos	23	-	-	85.892	96.777
Passivos financeiros associados a activos transferidos	24	-	-	334.275	392.771
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
Provisões	25	-	-	43.548	43.704
Passivos por impostos correntes	16	-	-	4.983	2.623
Passivos por impostos diferidos	16	-	-	5.469	7.341
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-
Outros passivos subordinados	26	-	-	212.858	138.011
Outros passivos	27	-	-	79.479	69.425
Total do Passivo		-	-	6.403.454	5.674.911
Capital	28	-	-	240.000	240.000
Prémios de emissão	28	-	-	451	451
Outros instrumentos de capital		-	-	-	-
Reservas de reavaliação	28	-	-	9.750	8.848
Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	28	-	-	11.703	7.464
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	28	-	-	34.708	26.105
Total do Capital		-	-	296.612	282.868
Total do Passivo + Capital		-	-	6.700.066	5.957.779

Direcção de Contabilidade, Orçamento e Estatística

O Conselho de Administração

2- Demonstração de Resultados

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2006		31-12-2005
	Notas	NCA	NCA
Juros e rendimentos similares	29	384.291	294.080
Juros e encargos similares	29	(249.380)	(162.117)
Margem financeira		134.911	131.963
Rendimentos de instrumentos de capital	30	2.124	1.511
Rendimentos de serviços e comissões	31	41.482	31.876
Encargos com serviços e comissões	31	(6.124)	(3.531)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	972	(303)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	32	2.493	-
Resultados de reavaliação cambial	32	775	775
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	33	18.276	21.063
Produto bancário		194.909	183.354
Custos com pessoal	34	(63.562)	(56.755)
Gastos gerais administrativos	35	(52.836)	(46.482)
Amortizações do exercício	13,14	(7.608)	(6.290)
Provisões líquidas de reposições e anulações	25	(6.013)	(7.273)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	11	(20.459)	(26.653)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	855	(4.142)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	12,18	(1.043)	(2.389)
Resultado antes de impostos		44.243	33.370
Impostos		(9.535)	(7.265)
Correntes	16	(9.542)	(6.058)
Diferidos	16	7	(1.207)
Resultado após impostos		34.708	26.105
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		34.708	26.105
Número de acções em circulação		48.000.000	48.000.000
Resultados por acção (€ acção)	36	0,72	0,54

Direcção de Contabilidade, Orçamento e Estatística

O Conselho de Administração

3- Demonstração de variações em Capitais Próprios

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémios Emissão	Reservas de Reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2005	240.000	-	451	8.848	5.794	1.670	26.105	282.868
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	2.611	2.919	(5.530)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(19.200)	(19.200)
Distribuição pelos empregados	-	-	-	-	-	-	(1.375)	(1.375)
Activos financeiros disponíveis para venda								
Ganhos e perdas não realizados no período	-	-	-	1.254	-	-	-	1.254
Reservas por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforços no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões no período	-	-	-	(352)	-	-	-	(352)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	34.708	34.708
Regime transitório Aviso nº 12/2001	-	-	-	-	-	(1.291)	-	(1.291)
Saldos em 30-06-2006	<u>240.000</u>	<u>-</u>	<u>451</u>	<u>9.750</u>	<u>8.405</u>	<u>3.298</u>	<u>34.708</u>	<u>296.612</u>
Saldos em 31-12-2004 (PCSB)	240.000	-	451	-	3.743	12.091	20.512	276.797
Impacto da adopção dos IAS/IFRS em 1 de Janeiro de 2005	-	-	-	8.925	-	(15.595)	-	(6.670)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	-	2.051	6.461	(8.512)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Activos financeiros disponíveis para venda -								
Ganhos e perdas não realizados no período	-	-	-	(151)	-	-	-	(151)
Reservas por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforços no período	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões no período	-	-	-	74	-	-	-	74
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	26.105	26.105
Regime transitório Aviso nº 12/2001	-	-	-	-	-	(1.287)	-	(1.287)
Saldos em 31-12-2005	<u>240.000</u>	<u>-</u>	<u>451</u>	<u>8.848</u>	<u>5.794</u>	<u>1.670</u>	<u>26.105</u>	<u>282.868</u>

Direcção de Contabilidade, Orçamento e Estatística

O Conselho de Administração

4- Demonstração de Fluxos de Caixa

BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	31-12-2006	31-12-2005
ACTIVIDADE OPERACIONAL		
<u>Resultados de Exploração:</u>		
Resultado líquido do exercício	34.708	26.104
Correcções de valor associadas ao crédito	20.459	26.653
Perdas por imparidade	188	6.532
Provisões do exercício	6.013	7.273
Amortizações do Exercício	7.608	6.290
Dotação para impostos do exercício	9.536	7.265
Dividendos	(2.124)	(1.511)
Juros de obrigações subordinadas	6.118	3.116
	<u>82.506</u>	<u>81.721</u>
<u>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</u>		
Diminuição/(Aumento) de Activos financeiros detidos para negociação	5.968	(9.797)
Diminuição de Activos financeiros ao justo valor através de resultados	179.231	20.359
Aumento de Activos financeiros disponíveis para venda	4.260	(14.313)
(Aumento)/Diminuição de Aplicações em Outras Instituições de Crédito	(390.193)	96.053
Aumento de Empréstimos a Clientes	(657.755)	(979.746)
Diminuição/(Aumento) de Activos não correntes detidos para venda	1.789	(8.596)
(Aumento)/Diminuição de outros activos	(18.632)	24.704
(Diminuição)/Aumento de Passivos financeiros detidos para negociação	(1.455)	8.020
Aumento de Outros Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.256	97.343
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	274.075	369.380
Aumento de Recursos de Clientes	435.038	237.728
Diminuição de Responsabilidades representadas por títulos	(12.109)	(22.752)
(Diminuição)/Aumento de Passivos Financeiros associados a activos transferidos	(58.496)	392.771
Diminuição de Outros Passivos	(5.904)	(74.558)
Impostos sobre o Rendimento	(7.319)	(6.526)
	<u>(245.246)</u>	<u>130.070</u>
Fluxos das actividades operacionais	<u>(162.740)</u>	<u>211.791</u>
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Activos Tangíveis	(8.957)	(6.179)
Aquisição de Activos Intangíveis	(2.499)	(4.507)
Dividendos recebidos no exercício	1.522	1.511
Outros	-	3
Fluxos das actividades de investimento	<u>(9.934)</u>	<u>(9.172)</u>
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Dividendos distribuídos no exercício	(19.200)	(12.000)
Emissão de passivos subordinados	74.847	25.012
Juros pagos de obrigações subordinadas	(5.700)	(3.116)
Fluxos das actividades de financiamento	<u>49.947</u>	<u>9.897</u>
	<u>(122.727)</u>	<u>212.516</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		
Caixa e seus equivalentes no início do período	459.274	246.758
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>336.547</u>	<u>459.274</u>
	<u>(122.727)</u>	<u>212.516</u>
Valor de Balanço das rubricas de Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro		
Caixa	36.794	31.034
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais	246.374	340.266
Depósitos à Ordem em Outras Instituições de Crédito	15.141	52.709
Cheques a cobrar	38.238	35.265
	<u>336.547</u>	<u>459.274</u>
Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade	-	-

Direcção de Contabilidade, Orçamento e Estatística

O Conselho de Administração

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banif – Banco Internacional do Funchal (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede em Rua João de Tavira, 40, 9000-509 Funchal, que tem por objecto o exercício da actividade bancária, podendo praticar todas as operações acessórias, conexas ou similares compatíveis com essa actividade que a lei permita.

As acções da Sociedade são 100% detidas pela Banif Comercial, SGPS, S.A., sub-holding do Banif - Grupo Financeiro (Grupo), cuja empresa-mãe é a Banif - SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas para uso público e que cumprem com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS). Nestes termos, a Sociedade está dispensada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

Em 30 de Janeiro de 2007, o Conselho de Administração da Sociedade reviu o Balanço e a Demonstração de Resultados de 31 de Dezembro de 2006 e autorizou a sua emissão. Em 26 de Fevereiro de 2007 o Conselho de Administração aprovou globalmente o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 30 de Março de 2007.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As Normas Internacionais de Relato Financeiro novas ou revistas, conforme aprovadas pela União Europeia, no ano de 2006, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA do exercício ou de exercícios anteriores.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita à eliminação de certas restrições à aplicação de contabilidade de cobertura do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização”.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

Imparidade em instrumentos de capital

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera “significativo e prolongado” requer julgamentos. Neste contexto a Sociedade determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 20% por mais de 6 meses é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

Benefícios de reforma

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 40 são apresentados os pressupostos utilizados.

3.4 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de bancos centrais, depósitos à ordem junto de outros bancos no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

3.6 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica “Investimentos em filiais e associadas” corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

3.7 Instrumentos financeiros

3.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

3.7.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis. Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratar de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que a Sociedade não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao justo valor, ou mantendo o custo de aquisição caso não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial (“fair value option”). Esta rubrica inclui essencialmente crédito concedido a clientes da Sociedade.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu valor nominal, o qual corresponde normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são reconhecidos em balanço pelo valor nominal deduzido de amortizações e sujeitos à constituição de provisões regulamentares de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

No exercício findo, a Sociedade efectuou eliminações (write-off) de empréstimos concedidos e contas a receber no montante de 17 093 milhares de euros.

Os juros de activos classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e outros custos directos associados à originação da operação diferidos e amortizados durante a vida do empréstimo. Os juros vencidos e não cobrados são desreconhecidos ao fim de 3 meses, conforme disposto na Instrução nº 6/2005 do Banco de Portugal, com excepção dos juros dos créditos sobre ou com garantia das entidades indicadas no nº 15 do Aviso nº3/95.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta (“bid”) conhecida;

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (“discounted cash flow”, modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Derivados e contabilidade de cobertura

Na sua actividade corrente, a Sociedade utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nocionais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pela Sociedade na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos (“Coberturas de justo valor”). Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, nomeadamente em relação a:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco da Sociedade;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Para os derivados de cobertura, periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos na IAS 39 (80%-125%).

Os resultados da mensuração subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de mensuração ao justo valor do instrumento coberto na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

A Sociedade não efectua, por sistema, *trading short / long* sobre estes instrumentos financeiros. Os instrumentos derivados têm sido utilizados na Sociedade, principalmente, nas seguintes situações:

- 1) Cobertura de passivos com indexação a activos de referência: na prática a Sociedade emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de capital estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivativos OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor. Estes derivativos embutidos são valorizados em conjunto com o passivo financeiro (“A opção do justo valor”), classificados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.
- 2) Cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: a Sociedade contrata derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.
- 3) Cobertura de risco de activos financeiros com derivativos embutidos e cuja valorização é efectuada, de uma forma global, ao justo valor por contrapartida de resultados: a Sociedade contrata operações de back-to-back (cross currency swap, interest rate swap, etc.) com contrapartes no mercado de derivativos OTC, para cobertura do risco subjacente a estes activos.
- 4) Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pela Sociedade, encontrando-se os swaps com risco significativo (taxa fixa contra taxa variável) cobertos na íntegra com contrapartes no mercado.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivativos encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

3.7.3 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- I. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- II. os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo “pass-through”; e

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- III. Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de “pass-through” e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que pode ser exigido à Sociedade.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

Operações de titularização

A Sociedade realizou, em conjunto com outras entidades do Grupo, operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. As operações de titularização de créditos em curso à data de 31 de Dezembro de 2006, nas quais a Sociedade participou como cedente de créditos, são:

- Atlantes Finance No. 2, efectuada em Maio 2002, com *rollovers* trimestrais até Abril de 2005; e
- Atlantes Mortgages, efectuada em Fevereiro de 2003.

Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. A Sociedade detém interesses residuais nos activos titularizados através da detenção de títulos de natureza residual. Os créditos cedidos ao abrigo daquelas operações de titularização, efectuadas antes da adopção das NCA, foram removidos do balanço de acordo com as normas locais de contabilidade então aplicáveis (PCSB).

No quadro da adopção das NCA, a partir de 1/1/2005, aquelas operações de titularização em curso foram analisadas e concluiu-se que as mesmas não cumprem os critérios de desreconhecimento estabelecidos pela IAS 39. Nestes termos, os créditos cedidos ao abrigo daquelas operações de titularização voltaram a ser reconhecidos no balanço, na rubrica de “Crédito a clientes”.

3.7.4 Imparidade e correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

A Sociedade avalia se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, conforme disposto na Instrução nº 7/2005 do Banco de Portugal. Um activo

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

As correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores são determinadas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

3.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

A Sociedade regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda.

3.9 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pela Sociedade no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio da Sociedade são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

A variação no justo valor de cada activo é registada directamente numa rubrica específica de capital próprio, se acima do custo histórico amortizado, sendo as reduções abaixo desse valor reflectidas em resultados. As reservas de reavaliação podem ser transferidas para resultados transitados no momento da sua realização (por venda ou uso) não afectando no entanto os resultados do período.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Na data de transição, a sociedade utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

3.10 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

3.11 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.12 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19, e regime transitório estabelecido no Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, com a redacção do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas em 31 de Dezembro de 2006 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o Sector Bancário e as condições estabelecidas no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões (plano de benefício definido), a Sociedade assume as responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos seus funcionários ou às suas famílias, em regime de complementaridade da Segurança Social. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, o Fundo de Pensões assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS).

A responsabilidade reconhecida relativamente a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente, ajustado de acordo com o regime transitório estabelecido no n.º 13º-B do Aviso n.º 12/2001. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição, a Sociedade adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de “reset”).

De acordo com o n.º 13º-A do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacte, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade (NCA) pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 7 anos.

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões, a Sociedade tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade, nos termos do ACT.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.13 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.14 Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 28).

3.15 Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como “Activos Financeiros disponíveis para venda” os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

3.16 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando o seu recebimento pela Sociedade é virtualmente certo, na medida em que já se encontram devida e formalmente reconhecidos pelos órgãos competentes das subsidiárias, conforme parágrafo 30 da IAS 18, corroborado pelo disposto no parágrafo 33 da IAS 37, sobre activos virtualmente certos, e pelo facto de não existirem disposições que contrariem este enquadramento na IAS 10 sobre eventos subsequentes. Adicionalmente, este tratamento não tem a oposição do Banco de Portugal nos termos das disposições da Circular n.º 18/2004/DSB.

3.17 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A Sociedade cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

3.18 Garantias Financeiras

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 25). Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade, considerando factores de conversão em crédito, tal como apurados por análise a dados históricos. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões”, durante o período de vigência das mesmas.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

4. RELATO POR SEGMENTOS

No relato por segmentos da Sociedade, com referência a 31 de Dezembro de 2006, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Corporate Finance, Negociação e Vendas, Corretagem, Banca de Retalho, Banca Comercial, Pagamentos e Liquidações, Custódia, Gestão de Activos e outras actividades (rubrica residual).

O reporting secundário é feito por áreas geográficas, nas quais a Sociedade desenvolve a sua actividade.

Segmentos de negócio

	31-12-2006								TOTAL	
	CORPORATE FINANCE	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	CORRETAGEM (RETALHO)	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	GESTÃO DE ACTIVOS	PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÕES	CUSTÓDIA		OUTROS
ACTIVO										
Aplicações e Disponibilidades junto de Bancos Centrais e de I.C.	-	-	-	-	1.164.439	-	-	-	-	1.164.439
Empréstimos a Clientes (Líquido)	-	-	-	2.433.920	2.838.898	-	-	-	-	5.272.818
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	3.829	-	-	-	-	-	-	-	3.829
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	30.979	-	-	-	-	-	-	-	30.979
Investimentos Deltidos até à Maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos (dos quais):	-	53.357	-	-	-	-	-	-	174.644	228.001
Activos Tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	29.362	29.362
Activos Intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	9.331	9.331
TOTAL do ACTIVO LÍQUIDO	-	88.165	-	2.433.920	4.003.337	-	-	-	174.644	6.700.066
PASSIVO										
Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	-	-	-	-	2.468.998	-	-	-	-	2.468.998
Depósitos de clientes	-	-	-	2.893.377	165.634	-	-	-	-	3.059.011
Débitos representados por títulos	-	-	-	85.892	-	-	-	-	-	85.892
Outros Passivos	-	323.022	-	375.094	-	-	-	-	91.437	789.553
TOTAL do PASSIVO	-	323.022	-	3.354.363	2.634.632	-	-	-	91.437	6.403.454

	31-12-2006								TOTAL	
	CORPORATE FINANCE	NEGOCIAÇÃO E VENDAS	CORRETAGEM (RETALHO)	BANCA DE RETALHO	BANCA COMERCIAL	GESTÃO DE ACTIVOS	PAGAMENTOS E LIQUIDAÇÕES	CUSTÓDIA		OUTROS
Juros e Rendimentos Similares	-	114.516	-	146.497	123.278	-	-	-	-	384.291
Juros e Encargos Similares	-	(111.491)	-	(70.422)	(67.467)	-	-	-	-	(249.380)
Margem financeira	-	3.025	-	76.075	55.811	-	-	-	-	134.911
Rendimento de instrumentos de capital	-	2.124	-	-	-	-	-	-	-	2.124
Rendimento de serviços e comissões	-	761	1.706	16.136	18.820	-	4.059	-	-	41.482
Encargos com serviços e comissões	-	(9)	(156)	(5.603)	(321)	-	(35)	-	-	(6.124)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	-	972	-	-	-	-	-	-	-	972
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	-	2.493	-	-	-	-	-	-	-	2.493
Resultados de Reavaliação Cambial	-	775	-	-	-	-	-	-	-	775
Resultados de Alienação de Outros Activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados de Exploração	-	180	-	3.845	2.820	-	11.431	-	-	18.276
Produto da Actividade	-	10.321	1.550	90.453	77.130	-	15.455	-	-	194.909
Custos com Pessoal	-	(3.366)	(505)	(29.498)	(25.153)	-	(5.040)	-	-	(63.562)
Outros gastos administrativos	-	(2.798)	(420)	(24.519)	(20.910)	-	(4.189)	-	-	(52.836)
Cash Flow de Exploração	-	4.157	625	36.436	31.067	-	6.226	-	-	78.511
Depreciações e Amortizações	-	(403)	(61)	(3.531)	(3.010)	-	(603)	-	-	(7.808)
Provisões líquidas de anulações	-	-	-	(2.776)	(3.237)	-	-	-	-	(6.013)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(9.448)	(11.020)	-	-	-	-	(20.468)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	-	-	-	399	465	-	-	-	-	864
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(482)	(561)	-	-	-	-	(1.043)
Resultados antes de impostos	-	3.754	564	20.598	13.704	-	5.623	-	-	44.243
Impostos										
Correntes	-	(810)	(122)	(4.443)	(2.954)	-	(1.213)	-	-	(9.542)
Diferidos	-	1	-	3	2	-	1	-	-	7
Resultado do Exercício	-	2.945	442	16.158	10.752	-	4.411	-	-	34.708

Segmentos geográficos

A Sociedade desenvolve toda a sua actividade em Portugal.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Caixa	36.794	31.035
Em Euros	32.208	27.824
Em divisas estrangeiras	4.586	3.211
Dépositos à ordem no Banco de Portugal	246.374	340.266
	<u>283.168</u>	<u>371.301</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Cheques a cobrar	38.238	35.335
No país	38.161	35.264
No estrangeiro	77	71
Déposito à ordem	15.141	52.638
No país	4.535	5.774
No estrangeiro	10.606	46.864
	<u>53.379</u>	<u>87.973</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País em 31 de Dezembro de 2006 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2007.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta por instrumentos financeiros derivados, não enquadrados em operações de cobertura.

Descrição	31-12-2006			31-12-2005	
	Nocional	Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbios					
Forwards					
- Compras	5.636	58	16	58	-
- Vendas	2.575				
Currency Swaps					
- Compras	317.904	-	2.863	3.169	25
- Vendas	320.766				
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	686.641	2.123	3.453	5.923	7.875
Contratos sobre acções / índices					
Equity / Index Swaps	27.500	1.490	75	527	-
Contratos sobre crédito					
Credit Default Swaps	40.000	158	158	120	120
Total		3.829	6.565	9.797	8.020

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2006	31-12-2005
Dívida pública portuguesa	25.942	25.484
Dívida não subordinada emitida por residentes	101	7.662
Dívida não subordinada emitida por não residentes	1.615	176.044
Dívida subordinada emitida por não residentes	11.860	12.715
Instrumentos de capital emitidos por residentes	6.572	5.447
Instrumentos de capital emitidos por não residentes	7.267	5.235
	53.357	232.587

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

<u>Natureze e espécie</u>	<u>Cotação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de Balanço</u>
Instrumentos de dívida			
Dívida pública portuguesa			
OB. TESOURO 97-23/02/07	100,40%	49.182.800	521
OB. TESOURO 98-23/06/08	102,05%	10.000	0
OB. TESOURO AGO- 4,875% 07	100,62%	1.500.000.000	15.365
OB. TESOURO JUL 3,25% 2008	99,05%	1.000.000.000	10.056
Instrumentos de dívida			
Dívida não subordinada emitida por residentes			
METRO 95-07	100,00%	20.000	101
Instrumentos de dívida			
Dívida não subordinada emitida por não residentes			
HIPO-BANK 2007	100,00%	1.246.995	1.261
MORGAN 97-07	100,00%	700	354
Instrumentos de dívida			
Dívida subordinada			
OBRIGAÇÕES DE CAIXA SUBORDINADAS BANIF-CAYMAN 2008	100,00%	1.500	11.860
Instrumentos de capital emitidos por residentes			
BPI	5,91	10.000	59
EDP	3,84	21.175	81
IMPRESA	4,68	2.519	12
NOVABASE	5,50	7.000	39
PORTUGAL TELECOM	9,84	150.000	1.476
PT MULTIMEDIA	9,76	22.906	224
SONAECOM	5,02	23.500	118
BRISA - Nom	9,45	360	4
FUTEBOL CLUBE DO PORTO	2,53	23.000	58
INAPA - Inv. Part. Gestão	2,68	101.880	273
TERTIR - Terminais Portugal	10,97	31.850	349
BANIFUNDO EURO ACÇÕES	3,08	1.000.000	3.080
BANIFUNDO ESTRATÉGIA AGRESSIVA	3,47	15.000	52
FUNDO CAPITAL DE RISCO CAPVEN	4.982,40	150	747
Instrumentos de capital emitidos por não residentes			
RAIFFEISEN INT BK HL	115,51	1.000	116
AETNA	32,79	1.875	61
ALLIANT TECHSYSTEMS	59,37	2.000	119
AMERICAN EXPRESS	46,07	2.700	124
AMERICAN INTL GROUP	54,41	1.100	60
AMGEN	51,87	1.050	54
AT&T INC	27,15	7.000	190
AUTOMATIC DATA PROCESSING	37,40	3.200	120
AVNET	19,38	7.800	151
BANK OF HAWAI	40,96	1.575	65
BAXTER	35,22	1.650	58
BAYER - ADR	40,52	1.525	62
BB&T	33,36	1.800	60
BEA SYSTEMS	9,55	5.950	57
CHIPOTLE MEX GRILL	43,28	2.875	124
CIGNA	99,90	700	70

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

(continuação)

<u>Natureze e espécie</u>	<u>Cotação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de Balanço</u>
COLA-COLA	36,64	5.000	183
COMMERCE BANCORP	26,78	2.100	56
CONTINENTAL AIRLINES	31,32	1.850	58
COOPER INDUSTRIES	68,66	1.727	119
CROWN HOLDINGS	15,88	8.200	130
DIEBOLD INC	35,38	1.785	63
DUKE ENERGY CORP	25,22	10.050	253
EMERSON ELECTRIC	33,48	1.800	60
GENERAL ELECTRIC CO.	28,25	2.150	61
GOODRICH	34,59	7.450	258
HANOVER COMPRESSOR	14,34	4.400	63
HARTFORD FINANCIAL	70,85	2.650	188
HONDA - ADR	30,02	4.450	134
HONEYWELL INTL	34,35	9.025	310
J CREW GROUP INC	29,27	2.500	73
JUNIPER NETWORKS	14,38	3.750	54
LSI LOGIC	6,83	18.400	126
MEDIMMUNE INC	24,58	2.500	61
MERCK & CO.	33,11	1.800	60
MICROCHIP TECH	24,83	4.650	115
MICROSOFT CORP	22,67	5.500	125
NOVARTIS - ADR	43,61	5.125	224
PAYCHEX	30,02	2.050	62
PRAXAIR	45,05	3.850	173
PROCTER & GAMBLE	48,80	2.450	120
STARBUCKS	26,89	2.200	59
SUNTRUST BANKS	64,12	975	63
TEMPLE-INLAND	34,95	2.000	70
THERMO FISHER	34,39	2.050	70
THOMAS & BETTS	35,90	4.850	174
TIME WARNER INC.	16,54	3.925	65
WACHOVIA	43,24	4.200	182
WALT DISNEY	26,02	2.482	64
WILLIS GROUP HLDGS	30,15	2.000	60
WR BERKLEY	26,20	4.250	111
WYETH	38,66	1.575	61
XEROX	12,87	4.900	63
EUROPEAN EQUITY FUND	103,96	2.500	260
BRAZILIAN BOND FUND	88,06	7.500	660
CONSERVATIVE STRATEGY FUND	91,40	5.000	457
AGGRESSIVE STRATEGY FUND	91,22	2.500	228
			<u>53.357</u>

O valor do Balanço corresponde ao valor de cotação e aos juros corridos.

Do montante de 25.942 milhares de euros de Obrigações do Tesouro, 22.975 milhares de euros correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal, os títulos que se vencem no prazo de um ano são:

<u>Descrição</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Valor de Balanço</u>
OB. TESOURO 97-23/02/07	23-02-2007	521
OB. TESOURO AGO- 4,875% 07	17-08-2007	15.365
METRO 95-07	27-07-2007	101
HIPO-BANK 2007	20-02-2007	1.261
MORGAN 97-07	06-02-2007	354
		<u>17.602</u>

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Títulos		
Emitido por residentes	15.964	14.539
Instrumentos de capital	15.964	14.539
Emitido por não residentes	15.015	13.543
Instrumentos de dívida	15.005	13.533
Adquiridos no âmbito de operações de securitização	15.005	13.533
Instrumentos de capital	10	10
	<u>30.979</u>	<u>28.082</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

<u>Natureza e espécie</u>	<u>Cotação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de Balanço</u>	<u>Imparidade</u>
ATLANTES Nº2	1,00	4.197.851	4.198	-
ATLANTES MORTGAGE Nº1	1,00	10.806.854	10.807	-
CABO TV MADEIRENSE SA	156,04	89.408	13.951	-
CENTRO DE EMPRESAS E INOVAÇÃO DA MADEIRA, LDA	4,99	800	4	-
FINANGEST	1.017,55	526	535	180
SIBS- SOC INTERBANCARIA DE SERVIÇOS,SA	3,96	34.479	136	-
UNICRE- CARTÃO INTERNACIONAL DE CRÉDITO, SA	13,55	18.923	256	-
VIA LITORAL, SA	153,04	4.750	727	-
BENFICA SAD	1,00	20	0,02	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	3,00	50.000	150	2
IMOVALOR	14,12	19.890	281	-
MACEDO & COELHO	0,33	188	0,06	-
REAL SEGUROS	107,76	2.116	228	129
SC BRAGA SAD	16,14	20	0,32	-
PRETÓRIA - VIAGENS E TURISMOS LDA	1,00	5.736	6	-
SWIFT Soc Woeldwide Interbank Financial Telecommunications,SC	755,13	13	10	-
EURONEXT N V	0,99	103	0,10	-
			<u>31.290</u>	<u>311</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os títulos “Cabo TV Madeirense, SA” e “Via Litoral, SA”, estão registados ao justo valor. Os justos valores foram estimados com recurso à metodologia dos Discounted Cash Flows (DCF's), procedendo-se à análise do valor intrínseco do negócio, actualizando, à data de 31-12-06, os cash flows esperados no futuro, a uma taxa de desconto que reflecte o risco dos mesmos.

Não existem títulos a vencer no prazo de um ano.

10. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Mercado monetário interbancário	24.000	35.000
Empréstimos		
No país	337.787	133.098
No Estrangeiro	462.854	259.820
Outras Aplicações		
No país	3.046	6.441
No Estrangeiro	242	3.377
Perdas de imparidade	(37)	(29)
	<u>827.892</u>	<u>437.707</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Rubricas de Crédito</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Crédito Interno		
Empresas		
Contas Correntes	1.249.220	1.282.869
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	408.175	321.676
Empréstimos	913.664	432.294
Descobertos	66.204	70.407
Factoring	79.982	65.196
Outros	9.000	222.669
Particulares		
Habitação	1.516.490	1.007.201
Consumo	163.762	78.781
Outras finalidades		
Empréstimos	95.692	329.717
Contas Correntes	203.953	111.709
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	24.735	49.527
Descobertos	33.501	26.413
Outros	46.143	163.520
Crédito ao Exterior		
Empresas		
Contas Correntes	4.325	2.715
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	6.488	4.026
Empréstimos	9.886	6.055
Descobertos	6.796	4.184
Outros	3.398	1.980
Particulares		
Habitação	233	201
Consumo	116	70
Outras finalidades		
Empréstimos	11.653	7.091
Contas Correntes	4.428	2.747
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	3.496	2.066
Descobertos	116	23
Outros	3.263	2.047
Outros créditos e valores a receber (titulados)	35.099	1.636
Crédito a clientes - Titularizado	327.821	389.115
Crédito e juros vencidos	86.320	81.383
Rendimentos a receber	37.305	24.591
Despesas com rendimento diferido	2.593	2.188
Receitas com rendimento diferido	(10.908)	(8.902)
Correcções de valor associados ao crédito a clientes	(70.131)	(62.162)
Total	<u>5.272.818</u>	<u>4.623.033</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores apresenta a seguinte evolução a 2006:

Descrição	Saldo em	Reforços	Regularizações	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em
	31-12-2005					31-12-2006
Crédito vencido	46.034	34.393	2.422	(16.701)	(9.719)	56.429
Crédito de Cobrança Duvidosa	16.125	4.934	1.789	-	(9.201)	13.647
Risco País	3	254	-	-	(202)	55
Total	62.162	39.581	4.211	(16.701)	(19.122)	70.131

O prazo residual para o vencimento do crédito de clientes, conforme requerido na alínea c), nº 2, da Instrução nº 18/2005, do Banco de Portugal está apresentado na Nota 38.4.

12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2005	Movimento do exercício					Saldo em 31-12-2006
		Aquisições	Alienações	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas	Perdas de imparidade revertidas	
Imóveis e equipamento	52.337	7.801	(9.691)	102	(609)	492	50.432
Total	52.337	7.801	(9.691)	102	(609)	492	50.432

13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2005		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2006
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)				
Imóveis de serviço próprio	207	48	-	-	459	6	-	612
Obras em imóveis arrendados	16.285	8.388	1.841	-	1.624	1.379	-	9.983
Equipamento	27.038	20.077	4.408	-	-	2.955	2	8.412
Património artístico	595	-	19	-	-	-	-	614
Outros activos tangíveis	5.643	4.030	311	-	-	361	-	1.563
Imóveis de serviço próprio - em curso	-	-	459	-	(459)	-	-	0
Imóveis arrendados - em curso	3.180	-	6.622	-	(1.624)	-	-	8.178
Total	52.948	32.543	13.660	0	0	4.701	2	29.362

Não ocorreram reavaliações em exercícios anteriores, no exercício e não existem amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

Não existem Activos fixos tangíveis em regime de locação financeira ou em regime de locação operacional.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2005		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido 31-12-2006
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)			
Despesas de investigação e desenvolvimento	154	145	-	-	-	9	-
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	23.613	16.789	4.943	-	132	2.898	9.001
Trespases	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de estabelecimento	-	-	-	-	-	-	-
Custos plurianuais	-	-	-	-	-	-	-
Activos tangíveis - em curso	-	-	462	-	(132)	-	330
Total	23.767	16.934	5.405	-	-	2.907	9.331

15. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2006	31-12-2005
Instrumentos de capital		
No país	29.642	24.932
No estrangeiro	12	12
Imparidade	(7.512)	(2.802)
	<u>22.142</u>	<u>22.142</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureze e espécie	Valor de Balanço antes de imparidade	Imparidade
Instrumentos de capital		
BANIF AÇORES SGPS	24.932	(2.802)
METALSINES	4.710	(4.710)
BANIF BRAZIL, LDA	11	-
BANIF FINANCE Ltd	1	-
	<u>29.654</u>	<u>(7.512)</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

16.1 Impostos diferidos

DESCRIÇÃO	NO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO				FINAL DO EXERCÍCIO
	IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)	REFORÇOS		REALIZAÇÕES / ANULAÇÕES		IMPOSTO DIFERIDO (Líquido)
		CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS	RESULTADOS	
Provisões/Imparidade não aceites fiscalmente	3.130	-	1.698	-	-	4.671
Outros riscos e encargos	102	-	1	-	-	103
Imparidade de crédito concedido	3.028	-	1.697	-	(157)	4.568
Valorizações não aceites para efeitos fiscais	(3.159)	(352)	4.886	-	(4.774)	(3.399)
Derivados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	146	-	4.946	-	(4.939)	153
Activos disponíveis para venda	(3.109)	(352)	-	-	-	(3.461)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(196)	-	(60)	-	165	(91)
Outros	3.808	-	566	487	(2.212)	2.649
Benefícios dos empregados	575	-	380	487	(1.394)	48
Comissões	1.248	-	128	-	(357)	1.019
Activos Intangíveis	345	-	-	-	(187)	158
Outros	1.640	-	58	-	(274)	1.424
TOTAL	3.779	(352)	7.150	487	(7.143)	3.921

16.2 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO CORRENTE			
	IMPOSTOS CORRENTES		IMPOSTOS DIFERIDOS	
	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA	MATÉRIA COLECTÁVEL	COLECTA
Gastos com imposto à Taxa Legal				
Resultado antes de Impostos e Interesses minoritários	44.243	-	-	-
IRC	9.542	-	-	-
Resultado Líquido do exercício e Interesses minoritários	34.708	9.092	-	-
Taxa legal de imposto sobre rendimento	24,4%	-	-	-
Adicionais sobre taxa legal	7,6%	-	-	-
Carga fiscal normal	26,2%	-	-	-
Variações Patrimoniais	(2.391)	(627)	(218)	(57)
A acrescer	87	23	401	105
A retirar	(2.478)	(649)	(618)	(162)
Despesas não Dedutíveis	23.987	6.285	6.282	1.646
Multas	60	16	-	-
Imposto sobre rendimento	9.542	2.500	-	-
Provisões não dedutíveis	7.495	1.964	6.282	1.646
Amortizações não dedutíveis	67	18	-	-
Fundo de pensões	3.034	795	-	-
Imputação de custos à Sucursal Financeira do Exterior	841	220	-	-
Lucro tributável das operações realizadas no âmbito da Zona Franca da Madeira	351	92	-	-
Custos não aceites fiscalmente	145	38	-	-
Outros	2.452	643	-	-
Receitas não Tributáveis	(10.925)	(2.863)	(5.324)	(1.582)
Mais valias contabilísticas deduzidas do respectivo efeito fiscal	(15)	(4)	-	-
Dividendos não tributáveis de participadas e dedução por dupla tributação económica	(1.502)	(394)	-	-
Dotação para fundo de pensões	(8.000)	(2.096)	(5.324)	(1.395)
Activos intangíveis	(724)	(190)	(714)	(187)
Excesso estimativa	(268)	(70)	-	-
Amortizações	(22)	(6)	-	-
Outros	(394)	(103)	-	-
Efeitos Fiscais de Benefícios Fiscais	(9.395)	(2.462)	-	-
Rendimentos da Sucursal Financeira Exterior da Madeira	(7.463)	(1.956)	-	-
Outros	(1.932)	(506)	-	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	1.276	9.426	-	-
Dedução de prejuízos fiscais/ benefícios fiscais	(7)	(2)	-	-
Prejuízo fiscal ACE	(7)	(2)	-	-
Matéria Colectável	1.269	9.425	-	-
Colecta Total	-	9.425	-	-
Total de deduções à colecta	-	(55)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas liquidado	-	9.370	-	-
Retenções na fonte e pagamentos por conta	-	(4.450)	-	-
Imposto sobre pessoas colectivas a pagar	-	4.919	-	-
Tributação autónoma	-	172	-	-
Total a pagar (recuperar)	-	5.092	-	-
Carga Fiscal Total	-	9.542	-	-
Encargos / rendimentos por impostos diferidos	-	-	-	(7)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-	-	(7)
Taxa Efectiva de Tributação	-	-	-	21,55%

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

17. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Ouro	11	11
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	287	298
Outras disponibilidades sobre residentes	9	1
	<u>307</u>	<u>310</u>
 Bonificações a receber		
Do Estado	3.857	3.046
	<u>3.857</u>	<u>3.046</u>
 Suprimentos	5.119	5.906
Devedores diversos	7.554	8.682
Despesas com encargos diferidos - Fundo Pensões	6.344	6.258
Fundo Pensões (Nota 40 c))	6.829	1.864
Outros activos	26.116	30.473
	<u>51.962</u>	<u>53.183</u>
 Imparidade	(2.606)	(2.544)
	<u>53.520</u>	<u>53.995</u>

18. IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

A Imparidade de Outros Activos Financeiros apresenta o seguinte movimento no exercício:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2005</u>	<u>Reforços</u>	<u>Regularizações</u>	<u>Reposições</u> <u>e anulações</u>	<u>Saldo em</u> <u>31-12-2006</u>
Activos Financeiros disponíveis para venda	7.468	-	(7.157)	-	311
Aplicações em OIC	29	32	-	(24)	37
Activos não correntes detidos para venda	4.205	609	-	(492)	4.322
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	2.802	-	4.710	-	7.512
Outros activos	2.544	435	-	(372)	2.606
Total	<u>17.048</u>	<u>1.076</u>	<u>(2.447)</u>	<u>(888)</u>	<u>14.788</u>

19. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica é composta pela valorização (justo valor negativo) dos instrumentos financeiros derivados, descritos na Nota 7, deste anexo.

20. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Obrigações	102.376	97.343
	<u>102.376</u>	<u>97.343</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Emissões realizadas em anos anteriores:

- Em 08 de Junho de 2004, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 15 milhões de Dólares americanos por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 08 de Junho de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (08 de Junho de 2006), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução da USD Libor a doze meses, observada no final do período de juros e à verificação do reembolso antecipado.
- Em 29 de Outubro de 2004, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 18 milhões de Dólares americanos por um prazo de quatro anos. Os juros são pagos semestral e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 29 de Abril e 29 de Outubro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir do 2º aniversário da data de subscrição (29 de Outubro de 2006), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução da USD Libor a seis meses, observada no 2º dia útil anterior ao início de cada período de juros e à verificação do reembolso antecipado.
- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond index), com um valor mínimo de 1%.
- Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. – SFE emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond index), com um valor mínimo de 1%.

- Em 11 de Maio de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., emitiu Obrigações de Caixa no montante de 25 milhões de Euros por um prazo de dois anos. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 11 de Fevereiro, 11 de Maio, 11 de Agosto e 11 de Novembro de cada ano. A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução da USD Libor a três meses, sendo apurada em função do número de dias úteis no período de referência em que a USD Libor seja igual ou superior ao limite inferior ou igual ou inferior ao limite superior estabelecidos nas condições subjacentes à emissão, e aos quais será aplicada uma taxa anual de 4%.
- Em 16 de Junho de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. - SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 15 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 16 de Junho de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (16 de Junho de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos dez dias de antecedência. As taxas de juro serão de 4% no pagamento do primeiro cupão, 4,4% no pagamento do segundo cupão, 4,7% no pagamento do terceiro cupão, 5% no pagamento do quarto cupão e 6% no pagamento do quinto e último cupão.
- Em 01 de Julho de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 01 de Julho de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data a partir do 2º aniversário da data de subscrição (23 de Maio de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência. A remuneração é composta por uma percentagem fixa de 1% ao ano acrescida de uma percentagem variável associada ao Índice DJ Eurostoxx 50.
- Em 12 de Setembro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Dólares americanos por um prazo de três anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 12 Setembro de cada ano. O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), no 2º aniversário da data de subscrição (12 de Setembro de 2007), desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos dez dias úteis de antecedência. A taxa de juro será de 4,55% no primeiro ano, de 4,60% no segundo ano e de 4,65% no último ano.

Emissões realizadas no exercício findo em 31-12-2006:

- Em 30 de Março de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 7.500 mil euros por prazo de três anos. Os juros serão pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição em 30 de Março de cada ano. A taxa de juro nominal bruta é de 1% p.a.. Na data de maturidade, o investidor terá direito a receber 50% da performance da melhor de 3 estratégias de investimento (três índices).

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

21. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
De Instituições de crédito do país		
Mercado Monetário interbancário	1.550	71.550
Depósitos	181.862	199.843
Empréstimos	148.315	90.843
Outros	<u>2</u>	<u>7</u>
	<u>331.729</u>	<u>362.243</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	1.206.739	1.044.662
Empréstimos	897.004	768.048
Outros	<u>19.313</u>	<u>6.198</u>
	<u>2.123.056</u>	<u>1.818.908</u>
Encargos financeiros	<u>14.213</u>	<u>13.772</u>
	<u><u>2.468.998</u></u>	<u><u>2.194.923</u></u>

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Depósitos		
À Vista	1.043.118	1.003.560
A prazo	1.845.316	1.448.812
Poupança	123.016	129.886
Outros	<u>30.714</u>	<u>30.260</u>
	<u>3.042.164</u>	<u>2.612.518</u>
Outros débitos		
Cheques e ordens a pagar	3.964	4.526
Juros	<u>12.883</u>	<u>6.929</u>
	<u>16.847</u>	<u>11.455</u>
	<u><u>3.059.011</u></u>	<u><u>2.623.973</u></u>

23. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição (inclui juros corridos):

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Certificados de depósito	85.892	96.777
	<u>85.892</u>	<u>96.777</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

24. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Passivos por activos não desreconhecidos em operações de titularização		
Atlantes Finance nº.2	11.276	29.916
Atlantes Mortgage	322.999	362.855
	<u>334.275</u>	<u>392.771</u>

As operações de titularização de créditos em que o Banco participou em conjunto com outras entidades do Grupo Banif, como forma de financiamento da sua actividade corrente, foram as seguintes:

- Atlantes Finance No. 1: Novembro 1999 (terminada em Agosto de 2005)
- Atlantes Finance No. 2: Maio 2002;
- Atlantes Mortgage No. 1: Fevereiro 2003.

Através destas operações de titularização, o Banco cedeu contratos de crédito pessoal e de crédito à habitação às seguintes sociedades veículo:

- Atlantes Finance No. 1, para a sociedade Atlantes No. 1 Limited, sediada em Jersey
- Atlantes Finance No. 2, para a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc, sediada em Dublin
- Atlantes Mortgage No. 1, para a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc, sediada em Dublin.

Na operação Atlantes Finance No. 1, foram cedidos inicialmente créditos num valor total de 200 milhões de euros. Estiveram envolvidos, na qualidade de cedentes de créditos pessoais o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (com cerca de 57,5 milhões de Euros), o Banco Comercial dos Açores, SA (com cerca de 32,1 milhões de Euros) e a Banif Crédito - SFAC, SA (com cerca de 25,5 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Banif Leasing, SA (com cerca de 84,9 milhões de Euros). Adicionalmente, foram cedidos mais 245 milhões de Euros em rollovers até Maio 2002, data em que terminou o período de revolving da Operação. A operação de titularização Atlantes Finance No. 1, terminou em Agosto de 2005, com o exercício da respectiva clean-up call

No âmbito da operação Atlantes Finance No. 2 foram cedidos inicialmente créditos no valor de 150 milhões de Euros. Estiveram envolvidos, na qualidade de cedentes de créditos pessoais, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA (com cerca de 65,4 milhões de Euros) e o Banco Comercial dos Açores, SA (com cerca de 24,6 milhões de Euros) e, na qualidade de cedente de contratos de leasing, a Banif Leasing, SA (com cerca de 60,0 milhões de Euros). Adicionalmente foram cedidos mais 203 milhões de Euros em rollovers até Abril 2005, data em que terminou o período de revolving da Operação.

Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Finance No. 2 Fundo, actualmente administrado pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu aos cedentes os créditos pessoais e os contratos de leasing, e emitiu unidades de participação do Fundo, subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Atlantes Finance No. 2 Plc.

Para se financiar, a sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu obrigações no valor global de 150 milhões de Euros.

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Com uma duração máxima prevista de 33 anos, a operação foi estruturada de forma a incluir algumas características que lhe conferem bastante

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

flexibilidade, nomeadamente a inclusão de um step-up em Janeiro 2010 e a opção de terminar a operação a partir do momento em que a carteira de créditos atinja 10% do seu valor inicial (clean-up call).

Ao abrigo da legislação em vigor, foi igualmente constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, administrado pela Navigator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc.

Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu obrigações no valor global de 500 milhões de Euros.

As sociedades Atlantes Finance No. 2 Plc e Atlantes Mortgage No. 1 Plc têm como única actividade deter as Notas indexadas às carteiras de créditos cedidas pelo Grupo Banif e emitir Obrigações colocadas nos mercados financeiros internacionais, pelo que o pagamento do capital e juros destas Obrigações dependerá exclusivamente da performance das carteiras de créditos cedidos.

A sociedade Atlantes Finance No. 2 Plc emitiu 150 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco pelas agências Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	93%
Obrigações Class B	A	A1	A+	5%
Obrigações Class C	BBB	Baa2	BBB	2%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

A sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu 500 milhões de Euros de Obrigações às quais foram atribuídas as seguintes notações de risco:

	S&P	Moody's	Fitch	% do Total
Obrigações Class A	AAA	Aaa	AAA	92.5%
Obrigações Class B	A	A2	A	4.5%
Obrigações Class C	BBB	Baa3	BBB	2.5%
Obrigações Class D	BB	Ba2	BB	0.5%

Estas Obrigações foram emitidas a taxa de juro variável indexada à Euribor a 3 meses.

As Obrigações com notação de risco, emitidas pelas sociedades veículo Atlantes Finance No. 2 e Atlantes Mortgage No. 1 Plc foram integralmente colocadas pelo Deutsche Bank nos mercados financeiros internacionais.

Os Certificados Residuais da Atlantes 2, com um valor nominal total de 14 milhões de Euros e da Atlantes Mortgage, com um valor nominal de 13 milhões de Euros são detidos na sua totalidade por sociedades do Grupo Banif. Os Certificados Residuais detidos pelo Banif, SA em 31 de Dezembro de 2006, estão classificados como "Activos financeiros disponíveis para venda" e discriminados na Nota 9.

Para além das já referidas entidades do Grupo Banif, que intervêm nestas operações de titularização na dupla qualidade de cedentes dos créditos e de agentes administradores (servicers) dos mesmos por conta e em representação das sociedades Atlantes Finance No. 2 Plc, Atlantes Mortgage No. 1 Plc, e da Navigator – SGFTC, SA, intervêm ainda nestas operações várias entidades do Grupo Deutsche Bank e Credit Suisse First Boston, na qualidade de entidades

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

adquirentes, agentes, agentes pagadores, gestores de liquidez (cash administrators), contrapartes de swaps e trustees.

Pelo serviço administrativo de gestão e cobrança dos créditos objecto das operações de titularização, cada entidade do Grupo Banif que participou na venda dos créditos recebe, trimestralmente, uma comissão (Servicing Fee) calculada sobre o valor em dívida da carteira por si titularizada, de 1% ao ano para os créditos pessoais/ leasing e de 0,15% ao ano para os contratos de crédito à habitação.

No âmbito das operações de titularização Atlantes Finance No. 2 e Atlantes Mortgage No. 1, foram contratadas com o Deutsche Bank AG um total de quatro operações de swap de taxa de juro, uma de taxa fixa contra taxa variável e três de taxa variável contra taxa variável, duas para cada uma das operações. Estas operações de swap encontram-se registadas em “Activos financeiros detidos para negociação”, conforme Nota 7.

No decorrer do ano findo em 31 de Dezembro 2006, o valor do reembolso de capital das obrigações emitidas pelos veículos das operações em que o Banif está envolvido foi de 105.276 Euros, de acordo com a evolução evidenciada no quadro abaixo apresentado:

Operação	Valor emitido	Obrigações em circulação	
		31-12-2006	31-12-2005
Atlantes No. 1	200.000	0	0
Atlantes Finance No. 2	150.000	52.925	111.850
Atlantes Mortgage No. 1	500.000	327.912	374.263
	850.000	380.837	486.113

25. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Descrição	Saldo em				Reposições e anulações	Saldo em
	31-12-2005	Reforços	Regularizações	Utilizações		
Riscos Gerais de Crédito	35.082	6.943	-	-	(1.206)	40.819
Encargos com benefícios a empregados	6.095	-	(6.095)	-	-	-
Processos judiciais	1.056	151	-	(74)	(254)	879
Contingências fiscais	338	252	-	-	-	590
Outras provisões	1.133	127	-	-	-	1.260
Total	43.704	7.473	(6.095)	(74)	(1.460)	43.548

Os passivos contingentes apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2006	31-12-2005
Garantias prestadas e outros passivos eventuais (dos quais:)		
Garantias e avals	446.288	374.767
Créditos documentários abertos	24.366	22.750
Activos dados em Garantia	21.365	21.276
Compromissos perante terceiros (dos quais:)		
Compromissos irrevogáveis	592.017	589.657
Compromissos revogáveis	898.524	586.321
	1.982.560	1.594.770

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Os “Activos dados em garantia” correspondem a Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores e o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal.

26. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2006	31-12-2005
Obrigações	212.858	138.011
	<u>212.858</u>	<u>138.011</u>

As emissões de dívida classificadas nesta rubrica apresentam as seguintes características:

Emissões realizadas em anos anteriores:

- Em 2 de Dezembro de 1997, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 24.940 mil euros representado por 2.493.989.488 títulos de 0,01 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 2 de Junho e 2 de Dezembro de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,75% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Lisbor (actualmente Euribor) a 6 meses que resultar da média aritmética nos últimos 5 dias úteis anteriores ao penúltimo dia útil do início do período semestral, acrescida de 0,30% e arredondada para 1/16 do ponto percentual superior. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 2 de Dezembro de 2007 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.
- Em 16 de Julho de 2001, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 12.500 mil euros representado por 12.500 títulos de 1.000 euros cada. Os juros destas obrigações vencem-se semestral e postecipadamente em 16 de Janeiro e 16 de Julho de cada ano e foram calculadas para o 1º cupão com base na taxa de 5,375% e para os cupões seguintes de acordo com a taxa Euribor a 6 meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período semestral, acrescida de 0,75%. O empréstimo será amortizado ao par de uma só vez, em 16 de Julho de 2011 podendo, contudo ser reembolsado antecipadamente por opção do Banco (“call option”), mediante autorização prévia do Banco de Portugal, no vencimento do 10º, 12º, 14º 16º e 18º cupões, aos quais não acresce nenhum prémio sobre o valor reembolsado.
- Em 30 de Dezembro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , emitiu, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 50.000 mil euros. Nos períodos de pagamento de juros anterior a 30 de Dezembro de 2010 (primeira data de reembolso antecipado por opção do emitente), o emitente pagará uma taxa de juro correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 0,75% por ano. Para cada período posterior o emitente pagará uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida de 1,25% por ano.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Emissões reembolsadas no exercício findo em 31-12-2006:

- Em 31 de Julho de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, reembolsou antecipadamente, Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 25.000 mil euros representado por 25.000 títulos de 1.000 euros cada.
- Em 9 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, reembolsou Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 24.940 mil euros representado por 2.493.989.488 títulos de 0,01 euros cada.

Emissões emitidas no exercício findo em 31-12-2006:

- Em 22 de Junho de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, SA , emitiu Empréstimo Subordinado no montante de 75.000 mil euros com prazo indeterminado. Os juros são pagos trimestralmente e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2014, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 2% (incremento de 1% por ano (Step up) sobre a Euribor a 3 meses acrescida de 1% paga até à primeira data de reembolso). A partir de 22 de Dezembro de 2014 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário, total ou parcialmente, em qualquer data de pagamento de juros.
- Em 22 de Dezembro de 2006, o Banif – Banco Internacional do Funchal, AS, emitiu Empréstimo Subordinado no montante de 50.000 mil euros com data de maturidade de 22 de Dezembro de 2016. Os juros serão pagos trimestralmente e postecipadamente a partir da data de desembolso, em 22 de Dezembro, 22 de Março, 22 de Junho e 22 de Setembro de cada ano. O Banco pagará juros a uma taxa variável correspondente a Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 0,75%. Para cada período posterior a 22 de Dezembro de 2011, a taxa de juro será equivalente à Euribor a 3 meses, em vigor no segundo dia útil anterior ao início de cada período de juros, acrescida de 1,25%. A partir de 22 de Dezembro de 2011 o Empréstimo Subordinado poderá ser reembolsado por iniciativa do Mutuário na sua totalidade, em qualquer data de pagamento de juros.

27. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Credores e Outros Recursos	30.911	31.443
Outras contas de regularização	48.568	37.982
	<u>79.479</u>	<u>69.425</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

28. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Capital	240.000	240.000
Prémios de emissão	451	451
Outros instrumentos de capital	-	-
Reservas de reavaliação:		
Reservas de reavaliação de títulos	13.211	11.957
Reservas por imposto diferido	(3.461)	(3.109)
Outras reservas e resultados transitados	11.703	7.464
(Acções próprias)	-	-
Resultado do exercício	34.708	26.105
(Dividendos antecipados)	-	-
Total do Capital	<u><u>296.612</u></u>	<u><u>282.868</u></u>

No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 19.200 mil Euros relativos ao exercício de 2005, correspondentes a € 0,40 por acção.

O capital social é constituído por 48.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 30 de Janeiro de 2007 o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de 15 milhões de Euros dos resultados de 2006 (€0,3125 por acção), a apresentar na Assembleia Geral de accionistas que se realizará em 30 de Março de 2007.

29. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
<u>Juros e rendimentos Similares</u>		
Juros de disponibilidades	4.178	2.288
Juros de aplicações em IC	52.969	29.634
Juros de crédito a clientes	252.232	203.526
Juros de crédito vencido	4.515	4.420
Juros e rendimentos similares de outros activos	65.511	50.342
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	4.886	3.870
	<u><u>384.291</u></u>	<u><u>294.080</u></u>
<u>Juros e encargos Similares</u>		
Juros de recursos de outras IC	113.546	73.330
Juros de recursos de clientes	66.774	42.182
Juros Derivados de cobertura	35.023	35.338
Juros responsabilidades representadas por títulos sem caracter subordinado	4.857	5.839
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	17.383	-
Juros de passivos subordinados	6.118	3.116
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	1.166	785
Outros	4.513	1.527
	<u><u>249.380</u></u>	<u><u>162.117</u></u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005
Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Dividendos de activos financeiros disponiveis para venda	1.522	740
Dividendos de investimentos em filiais	602	771
	<u>2.124</u>	<u>1.511</u>

No exercício de 2006 os dividendos recebidos foram de 2.124 milhares de euros, sendo que o montante de 602 milhares de euros foi reconhecido nos termos da Nota 3.16.

31. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
<u>Rendimentos com comissões</u>		
Garantias prestadas	6.948	6.169
Por outros serviços prestados	16.307	13.308
Outras comissões recebidas	18.227	12.399
	<u>41.482</u>	<u>31.876</u>
<u>Encargos com comissões</u>		
Por outros serviços recebidos	4.424	2.366
Outras comissões pagas	1.700	1.165
	<u>6.124</u>	<u>3.531</u>

32. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
<u>Ganhos em operações financeiras</u>		
Ganhos em diferenças cambiais	3.670	1.658
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.985	5.593
Ganhos em activos e passivos financeiros detidos para negociação	21.158	3.731
Ganhos em activos financeiros disponiveis para venda	2.809	-
	<u>33.622</u>	<u>10.982</u>
<u>Perdas em operações financeiras</u>		
Perdas em diferenças cambiais	2.895	883
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	5.157	4.991
Perdas em activos e passivos financeiros detidos para negociação	21.014	4.636
Perdas em activos financeiros disponiveis para venda	316	-
	<u>29.382</u>	<u>10.510</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

33. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Outros proveitos de exploração		
Prestação de Serviços	3.833	3174
Recuperação de crédito e juros	8.307	7.135
Ganhos em outras operações financeiras	5.108	1.747
Reembolso de despesas	8.809	11.197
Outros	1.974	5.867
	<u>28.031</u>	<u>29.120</u>
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	763	471
Perdas em outras operações financeiras	2.424	3.681
Contribuições para FGD e FGCAM	567	499
Outros impostos	739	600
Outros	5.262	2.806
	<u>9.755</u>	<u>8.057</u>

34. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	2.297	1.747
Remuneração de empregados:		
Remuneração mensal	34.171	31.058
Subsídio de férias	2.927	2.733
Subsídio de Natal	2.700	2.485
Subsídio de almoço	2.953	2.681
Outros subsídios	2.045	215
Outras remunerações adicionais	255	548
	<u>47.348</u>	<u>41.467</u>
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	11.115	10.395
Encargos com pensões (Nota 40 d))	3.034	3.118
Outros encargos sociais	1.275	1.106
Outros encargos sociais	790	669
	<u>16.214</u>	<u>15.288</u>
	<u>63.562</u>	<u>56.755</u>

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

35. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Serviços especializados	14.978	14.066
Rendas e alugueres	11.649	10.837
Comunicações	7.017	6.068
Conservação e reparação	2.023	1.750
Publicidade e edição de publicações	6.703	4.674
Água, energia e combustíveis	2.482	2.132
Deslocações, estadas e representação	2.307	1.950
Transportes	1.158	1.115
Material de consumo corrente	925	1.120
Seguros	793	1.169
Formação de pessoal	671	366
Outros	2.130	1.235
	<u>52.836</u>	<u>46.482</u>

36. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

<u>Descrição</u>	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2005</u>
Resultado do exercício	34.708	26.105
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	48.000.000	48.000.000
Ganho por acção (€/acção)	<u>0,72</u>	<u>0,54</u>

37. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

<u>Outros activos em locação operacional</u>	<u>Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável</u>	<u>Pagamentos mínimos em locação</u>	<u>Rendas contingentes reconhecidas em resultados</u>
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	123	140	-
Entre 1 e 5 Anos	3.238	799	32
Superior a 5 Anos	2.288	502	-
Total	<u>5.649</u>	<u>1.441</u>	<u>32</u>

Os activos utilizados em regime de locação operacional correspondem a viaturas de serviço próprio da Sociedade.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

38. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

38.1 Políticas de gestão de risco

No decurso da sua actividade, a Sociedade avalia e monitoriza em permanência os principais tipos de risco financeiro a que se encontra exposta. O controlo e a gestão dos riscos inerentes ao uso de instrumentos financeiros é considerado pela Sociedade como uns dos papéis fundamentais ao desenvolvimento equilibrado e crescimento sustentado da sua actividade.

- a) Risco de mercado, ou seja, o risco de perdas decorrentes de movimentos em variáveis do mercado, nomeadamente:
- Taxa de juro: esta exposição decorre, entre outros factores, de diferenças nos prazos de “repricing” de activos e passivos, sendo política da Sociedade manter um equilíbrio adequado da estrutura de “repricing”.
 - Taxa de câmbio: a exposição a risco cambial é pouco significativa, dadas as posições reduzidas e ao “matching” entre activos e passivos em moeda estrangeira, sendo a posição global curta em 715 milhares euros (355 milhares euros), estando desagregada em 3.881 milhares euros (5.240 milhares euros em 2005) na posição à vista longa e 3.166 milhares euros (5.595 milhares euros em 2005) de posição curta a prazo.
 - Cotações de mercado: a exposição a este risco corresponde à carteira de títulos classificados em “Outros activos ao justo valor através de resultados”, acompanhada e gerida permanentemente tendo por base a evolução das cotações de mercado.

A gestão dos riscos de mercado está centralizada ao nível do Grupo.

- b) Risco de crédito é o risco decorrente de perdas resultantes do incumprimento do pagamento, por parte de clientes ou outras contrapartes das suas obrigações associadas directa ou indirectamente a operações de crédito. Considerando o valor relativo do crédito sobre clientes no activo total este é um dos riscos a que o Banco está mais exposto na sua actividade.

A definição das políticas de gestão do risco de crédito é da responsabilidade da Comissão Executiva sendo transmitida a todos os órgãos da estrutura com atribuições nesta matéria. As regras que regem a concessão, revisão e manutenção dos créditos encontra-se definida em normativo quer de aplicação geral, quer de aplicação específica em determinadas áreas de negócio ou segmentos. A tomada de decisões é colegial e respeitadora dos princípios e boas práticas neste domínio.

A gestão e análise ao risco de crédito encontram-se atribuídas à Direcção de Gestão Global de Risco (DGR) que, entre outras atribuições neste domínio, avalia as exposições ao risco de crédito das carteiras em diversos vectores, nomeadamente:

- evolução dos *scorings* e *ratings* internos e performance dos modelos;
- análise de concentrações de risco por cliente, grupo económico, por sector de actividade e geograficamente;
- pela detecção de sinais de alerta e acompanhamento da evolução dos clientes de maior risco;
- avaliação dos mitigantes;

propondo e participando na definição das políticas de gestão do risco de crédito em conformidade com a estratégia definida e o desempenho registado.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- c) Risco de liquidez, ou seja, o risco da Sociedade não ser capaz de cumprir as suas obrigações de pagamentos ou não ter capacidade de obter fundos no mercado em condições normais.

A gestão da liquidez da Sociedade é assegurada de forma permanente garantindo o nível adequado de disponibilidades necessário às suas operações financeiras de curto, médio e longo prazo. Esta situação traduz se na obtenção de uma gestão mais eficiente das necessidades de financiamento não apenas em termos individuais mas também em base consolidada.

As necessidades de liquidez são estimadas tendo em consideração a exposição global do Grupo a este tipo de risco pelo levantamento das posições de liquidez em diversos momentos, procedendo a Sociedade aos necessários ajustamentos, quando necessário, garantindo assim as coberturas adequadas.

Os níveis de risco de liquidez são medidos não apenas pelos indicadores presentes nos normativos emanados pelos Órgãos de Supervisão mas também por indicadores internos orientados para uma gestão diária eficaz.

Os valores que a seguir apresentamos reflectem a posição e exposição aos diversos riscos à data de referência das demonstrações financeiras. No entanto, importa referir que não deverão ser consideradas como base para avaliação dos riscos a outras datas, atendendo a que as posições e exposições podem variar significativamente.

38.2 Risco de taxa de juro

A desagregação dos activos e passivos financeiros por prazos de refixação da taxa de juro é a seguinte:

31-12-2006							
DATAS DE REFIXAÇÃO DAS TAXAS DE JURO							
	< 1 MÉS	>= 1 MÉS E < 3 MESES	>= 3 MESES E < 1 ANO	>= 1 ANO E < 5 ANOS	>= 5 ANOS	INDETERMINADO OU NÃO SUJEITO A RISCO DE TAXA DE JURO	TOTAL
1. Activos Financeiros Detidos para Negociação	702	1.240	1.472	415	-	-	3.829
2. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	945	1.367	25.346	11.860	-	13.839	53.357
3. Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	30.979	30.979
5. Disponibilidade e aplicações em Instituições de Crédito	547.461	177.836	155.974	-	-	-	881.271
6. Crédito e Outros Valores a Receber	655.091	2.354.032	1.457.801	114.275	206.577	485.042	5.272.818
7. Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-
8. Outros Activos	260.285	-	-	-	-	197.527	457.812
Total de Activos	1.464.484	2.534.475	1.640.593	126.550	206.577	727.387	6.700.066
9. Depósitos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	-
10. Passivos Financeiros Detidos para Negociação	1.176	2.731	2.528	130	-	-	6.565
11. Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	-	-	25.000	70.316	-	7.060	102.376
12. Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado :							
Depósitos de Instituições de Crédito	1.431.585	530.088	457.530	14.192	-	35.603	2.468.998
Depósitos do Sector Público	95.407	24.127	44.507	1.380	-	-	165.421
Depósitos de Empresas	282.761	152.823	56.905	4.090	-	288.161	784.740
Depósitos de Particulares	1.416.439	256.135	102.295	8.702	516	324.762	2.108.850
Certificados de Dívida, incluindo obrigações	3.058	5.114	26.843	43.704	7.173	-	85.892
Passivos financeiros associados a activos transferidos	25.582	48.531	254.970	-	-	5.192	334.275
Passivos Subordinados	12.500	175.000	24.940	-	-	418	212.858
Outros Passivos	-	-	-	-	-	133.479	133.479
Total de Passivos	3.268.508	1.194.549	995.519	142.514	7.689	794.675	6.403.454
14. Activos Contingentes	-	-	-	-	-	-	-
15. Passivos Contingentes	-	-	-	-	-	492.019	492.019
16. Outros compromissos	-	-	-	-	-	1.490.541	1.490.541

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

A exposição por tipo de risco de taxa de juro: Justo valor, Fluxos de Caixa e Instrumentos sem exposição a risco de taxa de juro é o seguinte:

	31-12-2006		
	VALORES EM BALANÇO		
	RISCO DE FLUXOS DE CAIXA	RISCO DE JUSTO VALOR	SEM EXPOSIÇÃO A RISCO DE TAXA DE JURO
1. Activos Financeiros Detidos para Negociação	3.829	-	-
2. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	13.576	25.942	13.839
3. Derivados de cobertura	-	-	-
4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	30.979
5. Disponibilidades e aplicações em instituições crédito	881.271	-	-
6. Crédito e Outros Valores a Receber	4.233.967	954.472	84.379
7. Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-
8. Outros Activos	200.373	-	257.439
	5.333.016	980.414	386.636
9. Depósitos de Bancos Centrais	-	-	-
10. Passivos Financeiros Detidos para Negociação	6.565	-	-
11. Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	95.316	-	7.060
12. Derivados de cobertura	-	-	-
13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado :			
Depósitos de Instituições de Crédito	2.433.395	-	35.603
Depósitos do Sector Público	165.421	-	-
Depósitos do Sector Público	571.579	-	213.161
Depósitos de Empresas	1.346.626	-	762.224
Certificados de Dívida, incluindo obrigações	85.892	-	-
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	334.275	-	-
Passivos Subordinados	212.440	-	418
Outros Passivos	-	-	133.479
	5.251.509	-	1.151.945

38.3 Risco de crédito

Concentrações de risco de crédito:

Actividade Sectorial	31-12-2006							
	ELEMENTOS EM BALANÇO					ELEMENTOS EXTRAPATRIMONIAIS		
	ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER	OUTROS ACTIVOS	GARANTIAS EMITIDAS	COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS	OUTROS COMPROMISSOS
Empresas								
Indústria	-	897	-	366.598	-	29.838	5.970	78.997
Construção	-	-	727	420.447	-	139.371	8.063	90.136
Comércio a Retalho	13	-	-	239.003	-	38.883	6.828	40.792
Comércio por Grosso	-	-	-	278.721	-	22.744	3.702	51.715
Serviços	3.758	17.162	862	600.048	881.271	135.515	4.077	80.512
Outros	58	35.298	29.390	1.080.903	-	76.449	10.014	170.741
Particulares e pequenos negócios	-	-	-	2.287.098	457.812	27.854	553.361	406.997
Sub-Total	3.829	53.357	30.979	5.272.818	1.339.083	470.655	592.016	919.889
Localização da contraparte - segmentos geográficos								
Portugal Continental	1.541	32.615	15.964	3.831.803	866.700	362.571	578.308	827.528
Regiões Autónomas	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	-	1.162.684	-	96.285	13.438	86.523
Açores	-	-	-	481	-	8.106	-	0
Resto da União Europeia	2.130	1.686	15.015	89.020	179.453	3.188	6	125
Resto da Europa	-	60	-	50.907	84.313	63	15	5
América do Norte	158	18.862	-	90.836	180.474	-	4	5.648
América Latina	-	-	-	34.932	207	393	95	-
África	-	-	-	11.400	-	68	150	60
Outros Países	-	134	-	854	27.936	-	-	-
Sub-Total	3.829	53.357	30.979	5.272.818	1.339.083	470.655	592.016	919.889
Colateral associado								
Títulos e Depósitos	-	-	-	58.647	-	15.188	1.051	27.679
Imóveis	-	-	-	1.836.319	-	1.811	129	624
Garantias prestadas por outras entidades	-	-	-	524.553	-	3.622	2.076	17.452
Outras garantias e colaterais	-	-	-	2.102.176	-	323.930	51.333	459.667
Sem colateral associado	3.829	53.357	30.979	751.124	1.339.083	126.104	537.428	414.467
Sub-Total	3.829	53.357	30.979	5.272.818	1.339.083	470.655	592.016	919.889

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

38.4 Risco de liquidez

Concentração de risco por data de maturidade:

	31-12-2006						TOTAL
	< 1 MÉS	> = 1 MÉS E < 3 MESES	> = 3 MESES E < 1 ANO	> = 1 ANO E < 5 ANOS	> = 5 ANOS	INDETER- MINADO	
1. Activos Financeiros Detidos para Negociação	272	175	497	2.885	-	-	3.829
2. Activos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	53.357	-	-	-	-	-	53.357
3. Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
4. Activos Financeiros Disponíveis para Venda	30.979	-	-	-	-	-	30.979
6. Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	546.037	178.589	156.645	-	-	-	881.271
5. Crédito e Outros Valores a Receber	2.078.127	247.192	469.042	1.117.609	1.355.654	5.194	5.272.818
7. Investimentos Detidos até à Maturidade	-	-	-	-	-	-	-
8. Outros Activos	300.623	-	-	-	-	157.189	457.812
Total de Activos	3.009.395	425.956	626.184	1.120.494	1.355.654	162.383	6.700.066
9. Depósitos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	-
10. Passivos Financeiros Detidos para Negociação	919	1.265	2.313	2.068	-	-	6.565
11. Passivos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados	-	-	25.000	77.376	-	-	102.376
12. Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado :	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos de Instituições de Crédito	849.206	149.109	135.006	1.335.677	-	-	2.468.998
Depósitos do Sector Público	98.980	-	66.441	-	-	-	165.421
Depósitos de Empresas	293.280	-	460.440	31.020	-	-	784.740
Depósitos de Particulares	633.180	716.604	691.166	67.900	-	-	2.108.850
Certificados de Dívida, incluindo obrigações	3.107	8.711	23.628	50.446	-	-	85.892
Passivos financeiros associados a activos transferidos	5.551	6.073	26.500	8.683	282.274	5.194	334.275
Passivos Subordinados	4.988	-	-	207.870	-	-	212.858
Outros Passivos	42.468	-	8.087	-	-	82.924	133.479
Total de Passivos	1.931.679	881.762	1.438.581	1.781.040	282.274	88.118	6.403.454
14. Activos Contingentes	-	-	-	-	-	-	-
15. Passivos Contingentes	446.289	-	-	-	-	45.730	492.019
16. Outros Compromissos	749.734	74.806	101.114	36.875	-	528.012	1.490.541

39. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	31-12-2006	
	Valor de Balanço	Justo Valor
Activos financeiros		
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	283.168	283.168
Disponibilidades em outras IC	53.379	53.379
Activos Financeiros detidos para negociação	3.829	3.829
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	30.979	30.979
Aplicações em outras IC	827.892	827.892
Crédito e Outros Valores a Receber	5.272.818	5.249.907
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
	6.472.065	6.449.154
Passivos		
Recursos de Bancos Centrais	-	-
Passivos Financeiros detidos para negociação	6.565	6.565
Recursos de Outras IC	2.468.998	2.468.998
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	3.059.011	3.059.011
Responsabilidades Representadas por títulos	85.892	85.892
Passivos Financeiros associados a activos transferidos	334.275	334.275
Outros passivos subordinados	212.858	212.858
	6.167.599	6.167.599

Para créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Para o crédito a taxa fixa superior a um ano, estimou-se o justo valor pela actualização dos fluxos de caixa esperados, à taxa média das operações efectuadas de Dezembro de 2006 (condições correntes de mercado).

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Para os depósitos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se inclui depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

40. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

a) Descrição geral

Conforme referido na Nota 3.12, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA assume a responsabilidade do pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados ou às suas famílias, em regime de complementaridade da Segurança Social. O Fundo de Pensões assume ainda a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS), que ascende a 6,5% das pensões pagas.

Com vista ao financiamento das suas responsabilidades neste domínio, a Sociedade constituiu, em 7 de Dezembro de 1989, ao abrigo do Decreto-Lei nº 396/86, de 25 de Novembro, um Fundo de Pensões autónomo.

A entidade gestora deste Fundo de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos do fundo.

O estudo actuarial mais recente do valor actual das responsabilidades do plano de benefícios definido, efectuado com referência a 31 de Dezembro de 2006, é da responsabilidade da actuária Dr^a Ana Marta Vasa, da Watson Wyatt Internacional Limited - Sucursal em Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Fundo abrangia uma população de 60 Pensionistas (49, em 2005) e 1.553 Activos (1.462, em 2005).

b) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

	2006	2005
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Projected	Unit Credit Projected
Tábua de Mortalidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 73/77
Tábua de Invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de Desconto	4,75%	4,50%
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	4,75%	4,50%
Taxa de Crescimento dos Salários	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

c) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	9.461	8.515
Serviços passados de activos	52.619	46.778
Encargos com SAMS	10.418	9.648
Total	72.499	64.941
Justo valor dos activos do Plano	(65.881)	(54.426)
Deficit	6.618	10.516
Ganhos (perdas) actuariais não reconhecidos	(13.447)	(12.379)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	(6.829)	(1.864)

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001.

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2006, era de 55.055 milhares de euros (55.502 milhares de euros, em 2005).

Das perdas actuarias não reconhecidas, o montante de 9.452 milhares de euros (6.494 milhares de euros, em 2005) está incluído no “corredor” e o excedente, no montante de 3.995 milhares de euros (5.885 milhares de euros, em 2005), será amortizado por 26 anos, correspondente à média remanescente da vida de trabalho dos participantes do plano.

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2006 e 2005, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com cobertura de responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência:

	2006	2005
Custo do serviço corrente	3.150	3.112
Custo dos juros	2.922	2.563
Rendimento esperado	(2.655)	(2.048)
Perdas actuarias reconhecidas no ano	226	0
Encargos suportados pelos beneficiários	(610)	(509)
Total gastos do exercício	3.034	3.118

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

	2006	2005
Valor Actual das Responsabilidades iniciais	64.941	48.821
Custo do serviço corrente	3.150	3.112
Custo dos juros	2.922	2.563
Perdas (ganhos) actuariais	2.121	11.033
Pensões Pagas	(636)	(588)
Valor Actual das Responsabilidades finais	72.499	64.941

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

f) Variação do valor do fundo de pensões

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

	2006	2005
Valor do Fundo no início do ano	54.426	38.112
Rendimento esperado	2.655	2.048
(Perdas) ganhos actuariais (financeiros)	828	817
Contribuição entregue ao fundo	8.610	14.037
Pensões pagas pelo fundo	(636)	(588)
Valor do Fundo no final do ano	65.881	54.426

As contribuições realizadas em 2006, no montante de 8.610 milhares de euros, foram realizadas em numerário.

Em 2007, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 4.571 milhares de euros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

	2006		2005	
	Montante	%	Montante	%
Acções	4.179	6,3%	1.258	2,3%
Fundos de Investimento	25.407	38,6%	13.057	24,0%
Dívida Pública	3.577	5,4%	3.078	5,7%
Obrigações diversas	12.925	19,6%	10.171	18,7%
Imóveis	9.382	14,2%	9.442	17,3%
Mercado monetário	9.014	13,7%	15.655	28,8%
Outros	1.396	2,1%	1.765	3,2%
Total	65.881	100,0%	54.426	100,0%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 6.049 milhares de euros (5.508 milhares de euros, em 2005).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2006, 3.649 milhares de euros (4.663 milhares de euros, em 2005) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 8.006 milhares de euros (15.655 milhares de euros, em 2005) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Benefícios segurados

Para além do Fundo de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

5- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

h) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício foram:

	2006	2005
Taxa de Mortalidade	0,13%	0,07%
Taxa de Invalidez	0,07%	0,07%
Taxa de Rendimento do Fundo	6,39%	7,54%
Taxa Crescimento Salários	5,49%	4,84%
Taxa Crescimento Pensões	1,18%	5,90%
Taxa de 'turnover'	1,92%	3,31%

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo nos últimos 5 anos apresenta-se da seguinte forma:

	2006	2005	2004	2003	2002
Valor Actual das Responsabilidades ^(*)	72.499	64.941	48.821	28.919	34.479
Valor do Fundo	65.881	54.426	38.112	29.427	30.766
(Déficit) Superávit	(6.618)	(10.516)	(10.709)	508	(3.713)
(Perdas) ganhos actuariais em responsabilidades	(2.121)	(11.033)	(2.446)	7.756	(1.356)
(Perdas) ganhos actuariais no fundo	828	817	283	18	(590)

^(*) Para os anos de 2002 e 2003, as responsabilidades foram calculadas nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 12/2001.

41. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo		Elementos chaves de gestão		Outras Entidades	
	31-12-2006	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2005	31-12-2006	31-12-2005
Crédito e aplicações	853.709	447.133	1.311	3.460	1.265	22.022
Depósitos	1.447.558	1.159.018	3.001	8.928	14.341	2.740
Suprimentos	5.000	5.000	-	-	-	-
Garantias prestadas	9.770	4.342	-	-	-	3.426
Juros e encargos similares	24.130	40.452	47	223	584	1.498
Juros e Redimentos	28.551	38.641	17	62	171	742

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação da Comissão Executiva.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

42. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Sociedade, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2006, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos.

VII. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

1. Informação nos termos do artº 447º do Código das Sociedades Comerciais

Informação sobre o movimento de acções e obrigações realizado durante o Exercício de 2006, em conformidade com o disposto no Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Comendador Horácio da Silva Roque

Era, no final do exercício de 2006, titular de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira, SGPS, S.A., a qual detinha mais de metade do capital social da Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A. e da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

No âmbito do aumento de capital social, subscreveu 15.582 novas acções ao preço unitário de € 14,00, tendo-lhe sido atribuídas outras tantas novas acções por incorporação de reservas. Em 31/12/2006, após a renominalização das acções representativas do capital social, detinha, directamente, 779.100 acções da Banif – SGPS, S.A.

A Rentipar Financeira – SGPS, S.A. subscreveu, no âmbito do aumento de capital, 3.016.488 novas acções ao preço unitário de € 14,00, tendo-lhe sido atribuídas, por incorporação de reservas, 2.900.201 novas acções. Em 31/12/2006, após a renominalização das acções representativas do capital social, detinha, individualmente, 145.591.520 acções da Banif – SGPS, S.A. Detinha, ainda, 100.000 obrigações 2003/2008 da Banif SGPS, SA. Entre 7 e 22/12/2006, a Rentipar Financeira SGPS, SA adquiriu 146.425 acções da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, representativas de 58,57% do seu capital social e respectivos direitos de voto, passando a deter uma posição de domínio naquela sociedade. Após esta operação, a Rentipar Financeira SGPS, SA passou a deter, directa e indirectamente, 179.195.185 acções da Banif SGPS, SA, representativas de 71,68% do seu capital social.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA subscreveu, no âmbito do aumento de capital, 503.321 novas acções ao preço unitário de € 14,00, tendo-lhe sido atribuídas, por incorporação de reservas, 498.749 novas acções. Em 31/12/2006, após a renominalização das acções representativas do capital social, detinha, individualmente, 24.960.340 acções da Banif – SGPS, S.A.

A Vestiban – Gestão e Investimentos, SA era, em 31/12/2006, titular de 8.643.325 acções da Banif SGPS, S.A.

A Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda., sociedade da qual é indirectamente detentor da maioria do capital social, recebeu, no âmbito do aumento de capital, 6.875 novas acções por incorporação de reservas. Em 31/12/2006, após a renominalização das acções representativas do capital social, detinha, individualmente, 276.875 acções da Banif – SGPS, S.A.

Era titular, em 31/12/2006, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Já no corrente ano, por comunicação de 16/02/2007, o Senhor Comendador Horácio Roque comunicou ter a Rentipar Financeira SGPS, SA alienado, em 14/02/2007, 25.000.000 acções do capital social da Banif SGPS, SA, correspondentes a 10% do seu capital social, ao preço de € 5,30 por acção.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Adquiriu, em 23/06/2006, 25.168 acções da BANIF, SGPS, SA, na operação de aumento de capital desta Sociedade, sendo 12.584 acções por reserva de preferência, ao preço de € 14,00 por acção,

e 12.584 por incorporação de reservas. Vendeu, em 13/09/2006, 30.000 acções da BANIF, SGPS, SA, ao preço de €28,00 por acção. Detinha, em 31/12/2006, 479.220 acções da Banif SGPS, SA

Era titular, em 31/12/2006, de 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA, 1 acção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA e 1 acção da Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Possuía, em 31/12/06, 100 acções da Banif, SGPS, SA., depois de ter efectuado as seguintes transacções:

Valor Mobiliário	Existência. 31/12/06	Operação	Data	Quantid	Valor
Acções BANIFSGPS	100	Venda	16-01-2006	1.500	26.410,80
		Venda	17-01-2006	1.000	17.854,50
		Venda	31-01-2006	1.000	17.643,05
		Venda	06-03-2006	1.500	27.525,00
		Venda	03-04-2006	500	12.400,00
		Venda	07-04-2006	500	12.525,00
		Venda	30-05-2006	4.000	114.000,00
		Venda	23-06-2006	1.000	23.885,00
		A.C. Res. Preferência	26-06-2006	625	8.750,00
		A.C. Incorporação	03-07-2006	625	0,00
		Venda	28-07-2006	1.250	31.875,00
		Venda	22-08-2006	500	13.400,00
		Venda	25-08-2006	500	13.865,00
		Venda	20-09-2006	500	13.550,00
		Venda	25-09-2006	500	13.406,00
		Venda	02-10-2006	500	13.205,00
		Venda	16-10-2006	500	13.285,00
		Renominal. Saida	20-10-2006	1.000	0,00
		Renominal. Entrada	20-10-2006	5.000	0,00
		Venda	02-11-2006	2.000	10.160,00
		Venda	13-11-2006	1.500	6.975,00
		Venda	17-11-2006	1.400	6.440,00
Direitos BANIF SGPS / SUBSCR	0	Direitos-Entrada	07-06-2006	5.000	0,00
		Direitos-Saída	26-06-2006	5.000	0,00
Direitos BANIF SGPS / INCORP	0	Direitos-Entrada	07-06-2006	5.000	0,00
		Direitos-Saída	03-07-2006	5.000	0,00

Detinha, ainda, 1 acção do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil) SA, 1 acção do Banif Banco de Investimento (Brasil) SA e 1 acção da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (acções preferenciais sem direito a voto).

Dr. Artur Manuel Pires Chambel

Alienou em 5/04/2006, 15.000 acções da Banif – SGPS, SA, pelo valor total de € 373.658,23, não detendo, em 31/12/2006 quaisquer acções daquela sociedade.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Adquiriu, em 2006, no âmbito da operação de aumento de capital da Banif SGPS, SA, 1.675 acções, sendo 834 acções por reserva de preferência e 7 acções no rateio de preferência, ao preço de € 14,00 por acção, e 834 acções atribuídas gratuitamente por incorporação de reservas, tendo ficado titular de 8.341 acções. Na sequência da renominalização das acções da Banif, SGPS, SA, as 8.341 acções foram substituídas por 41.705 acções, quantidade de que era titular em 31/12/2006.

Dr. Manuel Isidoro Martins Vaz

Adquiriu, no âmbito da operação de aumento de capital da Banif SGPS, SA, 834 novas acções por incorporação de reservas e 841 novas acções subscritas ao preço de € 14,00 por acção (834 por incorporação de reservas e 7 por rateio de preferência), detendo em 31/12/2007, após a operação de renominalização das acções representativas do capital social da sociedade, 41.705 acções.

Detinha, ainda, € 25.000,00 obrigações Banif SGPS, SA 2003/2008, subscritas em 2003.

Dr. Artur de Jesus Marques

Efectuou, em 2006, as seguintes transacções de acções da Banif SGPS, SA:

Data	Transacção	Quantidade	Preço
6/01/2006	Venda	1.666	€ 17,35
23/03/2006	Venda	1.000	€ 22,05
27/03/2006	Venda	1.000	€ 24.15

Adquiriu, em 23/06/2006, por subscrição no âmbito do aumento de capital, 378 novas acções, ao preço unitário de € 14,00, tendo ainda adquirido gratuitamente, por incorporação de reservas, no âmbito do mesmo aumento de capital, 375 acções. Na sequência da renominalização das acções representativas do capital social, possuía, em 31/12/2006, 18.765 acções da Banif SGPS SA.

Dr. José Marques de Almeida

Efectuou, durante o ano de 2006, os seguintes movimentos de acções da Banif, SGPS, SA, no âmbito do aumento de capital: aquisição de 11.460 acções, ao preço de € 14,00 por acção (11.367 acções por reserva de preferência e 93 acções no rateio de preferência); atribuição gratuita por incorporação de reservas, de 11.367 acções, tendo ficado titular de 113.769 acções.

Na sequência da renominalização das acções da Banif, SGPS, SA, as 113.769 acções foram substituídas por 568.845 acções.

Em 31/12/2006, detinha, ainda, 50.000 obrigações Banif, SGPS, SA 2003/2008.

CONSELHO FISCAL**Prof. Doutor Fernando Mário Teixeira de Almeida**

Não era, em 31/12/2005, titular de quaisquer acções da Banif SGPS, SA, nem transaccionou em 2006 quaisquer acções ou outros valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA. Em 31/12/2005 existiam 25.715 acções da Banif SGPS, SA em nome da sociedade familiar Quinta do Sourinho – Agricultura e Turismo, Lda, detida pelo membro do órgão social em causa, seu cônjuge e filhos. Durante o ano de 2006 a referida sociedade adquiriu, ao preço de € 14,00 por acção, 3.214 acções da Banif SGPS, SA na operação de aumento de capital reservada a accionistas e outras tantas, gratuitamente, por incorporação de reservas. Na sequência da renominalização das acções representativas do capital social da Banif SGPS, SA, as 32.143 acções de valor nominal unitário de € 5,00, deram lugar 160.715 acções de valor nominal unitário de € 1,00.

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Não detinha, no final de 2006, quaisquer acções ou outros valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA, tendo vendido, em 2//02/2006, pelo preço total de € 87.896,50 as 5.000 acções da Banif SGPS, SA que possuía, conforme a seguir detalhado:

Quantidade	Preço
1.075	€ 17,64
75	€17,62
100	€17,60
100	€17,58
3.650	€17,56

Os cargos desempenhados noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração e pelos membros do Conselho Fiscal acima mencionados, são os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador HORÁCIO DA SILVA ROQUE

A) Sociedades que consolidam contas com a Rentipar Financeira, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração

- Rentipar Financeira SGPS, SA
- Banif Comercial SGPS, SA
- Banif SGPS, SA
- Banco Comercial dos Açores, S.A
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif - (Açores) - SGPS, SA
- Banif Investimentos, SGPS, SA
- Banif - Banco de Investimento, SA
- Banif International Holdings, Ltd.
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Renticapital - Investimentos Financeiros, S.A
- Rentipar Investimentos SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Leasing, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- Banif Crédito – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- Banif Rent, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, SA)
- Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- Banif Imobiliária, S.A (em representação da Rentipar Financeira, SGPS, S.A)
- SIP – Sociedade Imobiliária Piedade, SA (em representação da Rentipar Financeira - SGPS, S.A)

- Investaçor SGPS, SA
- Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, SA

B) Outras sociedades

Membro do Conselho de Administração ou Gerência

- Rentipar Industria SGPS, SA- (Presidente)
- Rentiglobo SGPS, SA (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A - (Presidente)
- Soil, SGPS, SA- (Presidente)
- Rentimundi - Investimentos Imobiliários, S.A - (Presidente)
- Investaçor Hotéis, SA (ex-Tivil - Sociedade Imobiliária, Lda) - (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A – (Vice-Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A – (Vice-Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A – (Vice-Presidente)
- AVIATLÂNTICO – Avicultura, SA – (Vice-Presidente)
- Fomentinvest – SGPS, SA – (Vogal)
- Ronardo - Gestão de Empresas, Lda. – (Gerente)

Membro da Mesa da Assembleia Geral

- Genius – Mediação de Seguros, SA – (Presidente)
- Rentimedis - Mediação de Seguros, S.A – (Presidente)
- Mundiglobo – Habitação e Investimentos, SA – (Presidente)
- Habiprede – Sociedade de Construções, SA – (Presidente)
- Ms Mundi – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, SA – (Presidente)
- EMT - Empresa Madeirense de Tabacos, S.A – (Presidente)
- VITECAF - Fábrica de Rações da Madeira, S.A – (Presidente)
- RAMA - Rações para Animais, S.A – (Presidente)
- SIET - Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A – (Vice-Presidente)
- Rentipar Seguros SGPS, SA (Presidente)

DR. JOAQUIM FILIPE MARQUES DOS SANTOS

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Leasing – Sociedade de Locação Financeira, SA
- Banif Crédito, SFAC, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- BanifServ - Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE.
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank, Ltd

Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Comercial dos Açores, SA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif - Corretora de Valores e Câmbio, SA
- Banif International Holdings, Ltd

Vogal do Conselho de Administração

- Banif - Investimentos - SGPS, SA

- Banif (Açores) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif Comercial, SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- **Banif – Banco de Investimento, SA**
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Membro da Comissão de Remunerações

- Metalsines, SA

Cargos exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira SGPS, SA

Vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos, em representação do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- UNICRE – Cartão Internacional de Crédito, SA
- SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA

DR. CARLOS DAVID DUARTE DE ALMEIDA

Presidente do Conselho de Administração

- Banif Financial Services Inc.
- Banif Mortgage Company
- Econofinance, SA
- Banif Forfaiting Company, Ltd
- Banif Forfaiting (USA) Inc. Ltd
- Banif Trading, Inc.

Vice- Presidente do Conselho de Administração

- Banif SGPS, SA
- Banif – Banco de Investimento, SA
- Banif Securities, Inc.

Vogal do Conselho de Administração

- Banif Comercial – SGPS, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd
- Banif – Investimentos – SGPS, SA
- Banif (Açores) – SGPS, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA
- Banco Comercial dos Açores, SA
- Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA
- Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA
- Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA
- BanifServ – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE
- Banif International Holdings, Ltd
- Banif Finance, Ltd
- Banif International Bank, Ltd

DR. ARTUR MANUEL PIRES CHAMBEL

Presidente do Conselho de Administração

- Banif – Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária Piedade, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif Comercial – SGPS, SA

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif – Investimentos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

Gerente

- Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda.

Representante do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA na Assembleia Geral

- Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

DR. ANTÓNIO MANUEL ROCHA MOREIRA

Vice-Presidente do Conselho de Administração

- Banco Comercial dos Açores, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

Vogal do Conselho de Administração

- Banif – Banco Internacional do Funchal, SA
- Banif Leasing – Sociedade de Locação Financeira, SA
- Banif Crédito, SFAC, SA
- Banif (Açores)- Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
- Banif - Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Banif Comercial, SGPS, SA
- Banif Finance, Ltd.
- Banif International Bank

Outras funções exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira, SGPS

Presidente do Conselho Fiscal

- Cabo TV Madeirense, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Cabo TV Açoreana

DR. MANUEL ISIDORO MARTINS VAZ

Vogal do Conselho de Administração:

- Banco Comercial dos Açores
- Banif Leasing – Sociedade de Locação Financeira, SA
- Banif Crédito, SFAC, SA
- Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA
- Banif-Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd.
- Banif International Bank, Ltd

DR. ARTUR DE JESUS MARQUES

Presidente da Comissão Executiva

- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Administrador

- Banif SGPS, SA
- Rentipar Seguros – SGPS, SA
- Banco Comercial dos Açores, SA

Outras funções exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira, SGPS

Presidente do Conselho Consultivo

- APS – Associação Portuguesa de Seguradores

DR. JOSÉ MARQUES DE ALMEIDA

Presidente do Conselho de Administração

- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA

Administrador

- Banif SGPS, SA
- Rentipar Financeira SGPS, SA

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Metalsines – Companhia de Vagões de Sines, SA
- Rentipar Investimentos SGPS, SA

Membro da Comissão de Remunerações

- Metalsines – Companhia de Vagões de Sines, Sa
-

Dr. JOSÉ ANTÓNIO MACHADO DE ANDRADE

Administrador

- Banco Comercial dos Açores, SA
- Vialitoral Concessões Rodoviárias da Madeira, SA
- Cabo TV Madeirense, SA

Dr. JOSÉ MANUEL DA SILVA MACHADO DOS SANTOS

Administrador

- Banco Comercial dos Açores, SA

Presidente da Comissão Executiva

- Banifserv – Empresa de Serviços e Tecnologias de Informação, ACE

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

- Banif (Açores) – SGPS, SA

Dr. JOSÉ EDUARDO NUNES DE MELO

Administrador

- Banco Comercial dos Açores, SA
- Banif Imobiliária, SA
- Sociedade Imobiliária da Piedade, SA

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA

Presidente do Conselho Fiscal

- Banif – Banco SGPS, SA
- Banco Comercial dos Açores, SA
- Banif – Banco de investimento, SA
- Companhia de Seguros Açoreana, SA

Outras funções exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira, SGPS

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da TV TEL Grande Porto, Comunicações, SA

DR. JOSÉ LUÍS PEREIRA DE MACEDO

Vogal do Conselho Fiscal

- Banif SGPS, SA

Outras funções exteriores ao âmbito do Grupo Rentipar Financeira, SGPS

Administrador

- SIET – Soc. Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, SA
- EMT – Empresa Madeirense de Tabacos, SA
- Dismade – Distribuição da Madeira, SA

A seguir se informa sobre as acções e obrigações de sociedades do Banif - Grupo Financeiro transaccionadas e/ou detidas durante o exercício em apreço, por sociedades do mesmo Grupo.

(Valores em Euros, excepto quando indicada outra moeda)

Banif - SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif - Investimentos, SGPS, SA					1.750.000	
Acções Banif Comercial, SGPS, SA					47.488.000	
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA					2.437.500	
Acções Banif - Imobiliária, SA					150.000	

Banif Comercial, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Leasing, SA					2.000.000	
Acções Banif Crédito SFAC, SA					600.000	
Acções BCA - Banco Comercial dos Açores					10.378.473	
Acções Banif - Banco Internacional do Funchal					48.000.000	
Acções Banif Rent					42.000	
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					91.074.175	
Acções Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA					16.288.152	
Acções Banif International Bank, Ltd					25.000	
Acções Banif Rent	Aqui. 15% Capital Social	07/07/06	9.000	120.000,00	9.000	

**Banif – Banco Internacional do Funchal,
SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Finance, Ltd					1.000	
Acções Banif (Brasil), Ltda.					30.000	
Acções Banif Açores SGPS					4.016.983	
Acções Metalsines	Compra	18/11/05	929.905		929.905	
Obrigações Banif Cayman 1998/2008					1.500	11.389.521,64

BCA – Banco Comercial dos Açores, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Fundo Fechado Banif Imogest	Subscr.	03/01/06	73.321	2.329.987,41	435.104	
Banifundo Estratégia Agressiva					9.975	
Banifundo Euro Acções					299.278	
Fundo Banif Cayman-Portugal Equity Fund	Resgate	08/06/06	1.000	164.731,00	0	
Fundo Banif Cayman-European Bond Fund					3.000	
Fundo Banif Cayman-European Equity Fund					1.000	
Fundo Banif Cayman-European Money Market Fund					3.000	
Fundo Banif Cayman-Brasilian Money Market Fund	Resgate	08/06/06	3.000	326.608,50	0	
Fundo Banif Cayman-Aggressive Strategy Fund					1.000	
Fundo Banif Cayman-Balanced Strategy Fund					1.500	
Fundo Banif Cayman-Brasilian Bond Fund					3.000	
Fundo Banif Cayman-Brasilian EquityFund					1.000	
Fundo Banif Cayman-Conservative Strategy Fund					2.000	
Acções Investaçor, SA	Redução de Capital				100.500	
	Compra de Direitos	13/11/06	480.000	4.800,00		
	Subsc Aumento de Capital	16/11/06	387.400	1.935.000,00		
	Rateio Aumento de Capital	21/11/06	216.400	1.082.000,00		
	Aquisição	29/12/	480.000	4.838.400,00	1.183.900	

		06				
Obrigações Banif Range Accrual	Aquisição	29-05-06	190	188.100,00		
	Aquisição	11-07-06	173	171.270,00		
	Aquisição	26-07-06	64	63.360,00		
	Aquisição	04-10-06	21	20.790,00		
	Aquisição	04-10-06	10	9.900,00		
	Aquisição	04-10-06	8	7.920,00		
	Aquisição	30-10-06	7	6.930,00	473	
Acções Banif Açor Pensões, SA					40.000	
Acções Companhia de Seguros Açoreana, SA					1.020.000	
Acções Comercial Açores Inc. - São José Califórnia					100	
Acções Comercial Açores Inc. - Fall River					100.000	

Banif (Açores), SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Investador	40% do Capital Social	01/01/06			800.000	
Direitos de Subscrição da Investador SGPS, SA	Venda	13-11-06	480.000			
Acções Investador SGPS, SA		29-12-06	480.000	4.838.400,00		
Obrigações Euro Invest Limited 7 – Brasil Linked Notes 2006/2009	Compra	06-12-06	20.000.000	19.370.000,00		
Obrigações Euro Invest Limited 7 – Brasil Linked Notes 2006/2009	Venda		19.925.000			
Obrigações Euro Invest Limited 7 – Brasil Linked Notes 2006/2009		31-12-06			75.000	75.000,00

CSA - Companhia de Seguros Açoreana, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Acções Banif Açor Pensões					108.000,00	

Unid. Part. Imogest	Aquisição	03/01/06	25.961,00	824.986,06	257.879,00	8.192.997,73
Unid. Part. Euro Obrigações	Aquisição	13/01/06	3.118,00	19.993,86	64.064,00	410.328,61
Unid. Part Euro Acções	Aquisição	04/01/06	12.038,00	32.498,99		
Unid. Part Euro Acções	Aquisição	18/04/06	4.482,00	12.498,06		
Unid. Part Euro Acções					45.031,00	122.167,78
Banif Property	Aquisição	19/12/06	10.000,00	10.000.000,00		
Banif Property	Venda	29/12/06	2.638,00	2.639.541,69		
Banif Property					7.362,00	7.362.000,00
Obrig. BCA 06/16 TV 23/10/2016 CALL 2011	Aquisição	27/11/06	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00
Obrig. BCA 98/08 27/11/2008	Venda	26/11/06	1.818.118,34	1.818.118,34		
Obrig. Banif Leasing (Mundileasing) OCX S 97/07 06/06/2007					374.098,42	374.098,42
Obrig. Banif SGPS SUB 97/07 02/12/2007					559.135,58	559.135,58

**Banif Investimentos, SGPS,
SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Quota Espaço Dez					1	1.358,39
Acções Banif – Banco de Investimento, SA					6.000.000	
Acções Banif Comercial SGPS					8.512.000	
Acções Banif(Cayman), Ltd					26.000.000	
Banif Brasil, Ltda					120.000	
Acções Banif Securities Holdings					2.108	
Acções Banif International Bank, Ltd					24.975.000	
Acções Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA	Aquisição	30/06/06	129.272.627	10.031.913,00	129.272.627	

**Banif Açor Pensões,
SA**

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2006
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Obrigações Subordinadas Mundileasing 2007					EUR 156.521

Banif International Asset Management

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2006
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif Multifund, Ltd					100

Number One, SGPS, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				Quantidade / Valor Nominal em 31/12/2006
	Operação	Data	Quantidade	Valor	
Acções Banif International Asset Management, Ltd	Compra	29-12-06	50.000,00	USD 50.000	50.000

Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman),Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif Cayman Float 21 Nov 2006	Compra	05-01-06	790.000,00	791.422,00	0,00	
	Compra	12-01-06	33.000,00	33.059,40		
	Compra	01-02-06	150.000,00	150.270,00		
	Compra	23-03-06	96.000,00	96.115,20		
	Compra	27-03-06	320.000,00	320.384,00		
	Venda	09-06-06	7.419.000,00	7.427.531,85		
	Compra	28-06-06	500.000,00	500.400,00		
	Compra	28-07-06	20.000,00	20.010,00		
	Reembolso	23-11-06	5.200.000,00	5.200.000,00		
Obrigações Banif Fin FLT Ago 09	Compra	07-02-06	2.000.000,00	2.005.600,00		
	Compra	23-02-06	500.000,00	501.250,00		
	Compra	27-03-06	2.500.000,00	2.506.250,00		
	Venda	27-04-06	5.000.000,00	5.005.000,00		
	Venda	13-06-06	5.000.000,00	5.003.500,00		
	Compra	04-07-06	2.480.000,00	2.486.200,00		
	Compra	05-07-06	150.000,00	150.375,00		
	Venda	17-07-06	5.000.000,00	5.006.500,00		
	Venda	16-08-06	50.000,00	50.140,00		
	Compra	23-08-06	1.340.000,00	1.343.350,00		

	Compra	15-09-06	10.000.000,00	10.038.000,00		
	Compra	22-09-06	400.000,00	401.560,00		
	Compra	25-10-06	10.000.000,00	10.039.000,00		
	Compra	29-11-06	250.000,00	250.925,00	30.769.000,00	
Obrigações Banif FIN FLT Dez.14	Compra	02-01-06	1.050.000,00	1.057.350,00		
	Venda	19-01-06	1.050.000,00	1.050.000,00		
	Compra	21-06-06	1.000.000,00	1.000.000,00		
	Venda	09-11-06	500.000,00	500.000,00	500.000,00	
Obrigações Banif Step UP 05/2010					74.000,00 USD	
Obrigações Banif Range ACC USD LIB 3M 05/07	Compra	04-08-06	388.000,00	384.120,00		
	Compra	27-09-06	100.000,00	100.000,00	488.000,00	
Obrigações Banif FIN FLT Out.08	Venda	26-01-06	55.000,00	54.939,50		
	Venda	24-03-06	5.000.000,00	4.994.000,00		
	Venda	12-06-06	10.956.000,00	10.943.181,48		
	Compra	20-06-06	5.000.000,00	4.993.000,00		
	Venda	04-08-06	500.000,00	499.500,00		
	Venda	29-08-06	5.000.000,00	4.992.500,00		
	Compra	06-09-06	500.000,00	499.500,00		
	Compra	09-09-06	5.000.000,00	4.997.500,00		
	Compra	23-11-06	10.956.000,00	10.956.000,00		
	Compra	05-12-06	1.000.000,00	1.000.000,00	26.095.000,00	
Obrigações Banif Fin FLT Dez.49	Compra	02-01-06	1.373.000,00	1.414.190,00		
	Venda	19-01-06	1.373.000,00	1.400.460,00		
	Compra	15-02-06	1.423.000,00	1.451.460,00		
	Venda	14-03-06	250.000,00	255.000,00		
	Venda	22-03-06	350.000,00	357.000,00		
	Venda	13-03-06	73.000,00	74.460,00		
	Venda	15-05-06	750.000,00	765.000,00		
	Compra	12-06-06	50.000,00	51.500,00		
	Compra	07-08-06	170.000,00	175.100,00		
	Compra	07-08-06	290.000,00	298.700,00		
	Venda	07-08-06	32.000,00	32.960,00		
	Venda	15-08-06	95.000,00	98.800,00		
	Venda	04-09-06	136.000,00	138.720,00		
	Venda	28-11-06	160.000,00	164.800,00	87.000,00	
Obrigações Banif Fin FLT Dez.2015	Compra	27-03-06	230.000,00	230.000,00		
	Venda	31-03-06	230.000,00	230.000,00		
	Compra	21-06-06	11.110.000,00	11.110.000,00		
	Compra	26-07-06	155.000,00	155.000,00		
	Venda	06-12-06	11.265.000,00	11.088.227,37		

Obrigações Banif FIN FLT Nov.10	Compra	06-12-06	11.265.000,00	11.081.909,96	11.265.000,00	
	Compra	26-10-06	5.000.000,00	4.996.250,00		
	Compra	14-11-06	400.000,00	399.700,00	5.400.000,00	
Obrigações Banif FIN FLT Dez.2016	Compra	18-12-06	200.000,00	200.000,00		
	Venda	22-12-06	50.000,00	50.000,00	150.000,00	
Obrigações Banif FIN FLT PERP	Compra	19-12-06	12.800,00	12.800,00,00		
	Venda	19-12-06	250.000,00	250.000,00		
	Venda	27-12-06	2.250.000,00	2.250.000,00		0

Banif International Bank, Ltd (Bahamas)

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quant.	Valor
Obrigações Banif Range AC 05/07	Compra	05-01-06	170.000,00	168.300,00		
	Compra	31-03-06	40.000,00	39.600,00		
	Compra	15-05-06	27.000,00	26.730,00		
	Compra	15-05-06	40.000,00	39.600,00	277.000,00	
Obrigações Banif SFE 29OUT08	Compra	06-04-06	41.000,00	40.590,00		
	Compra	06-04-06	250.000,00	247.500,00		
	Compra	06-04-06	472.000,00	467.280,00		
	Venda	24-08-06	763.000,00	763.000,00		0
Obrigações Banif SFE 2006/2009	Subscrição	30-03-06	5.826.000,00	5.826.000,00	5.826.000,00	

Banif International International Holdings, Ltd

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS				POSIÇÃO 31/12/06	
	Operação	Data	Quantidade	Valor	Quantidade/ Valor	
Banif Financial Services					USD 371.000,00	
Banif Mortgage Company					USD 3.750.000,00	
Banif Forfaiting (USA) Inc.					USD 250.000,00	
Banif Trading					USD 250.000,00	
Banco Banif Brasil					R\$ 5.371.973,37	

Banif - Banco de Investimento, SA

VALORES MOBILIÁRIOS	MOVIMENTOS	Quantidade
---------------------	------------	------------

	Operação	Data	Quantidade	Valor	/ Valor Nominal em 31/12/2006
Acções Banif Gestão de Activos, SA					400.000
Acções Banif Açor Pensões, SA					176.000
Acções Banif Capital, SA					82.500
Acções Centro Venture	Subscrição Inicial	29-Mar-2006	382.500	EUR 382.500	382.500
Acções Gamma STC, SA	Subscrição Inicial	20-Jun-2006	50.000	EUR 250.000	50.000
Acções Number One, SGPS, Lda.	Compra	28-Dez-2006	2	EUR 5.000	2
Acções Banif International Asset Management, Ltd.	Venda	29-Dez-2006	50.000	USD 50,000	0
Acções Banif SGPS, SA	As transacções efectuadas estão discriminadas no ponto 3 do Cap. VIII - Informação sobre Acções Próprias				251.778
Banif Finance Cayman Acções Pref. 2004	Compra	2-Jan-2006	1.373.000	EUR 1.414.190	
	Venda	2-Jan-2006	1.373.000	EUR 1.414.190	
	Compra	19-Jan-2006	1.373.000	EUR 1.400.460	
	Venda	19-Jan-2006	1.373.000	EUR 1.400.460	
	Compra	2-Fev-2006	500.000	EUR 510.000	
	Venda	2-Fev-2006	500.000	EUR 515.000	
	Compra	10-Fev-2006	50.000	EUR 51.000	
	Compra	10-Fev-2006	50.000	EUR 51.075	
	Venda	10-Fev-2006	50.000	EUR 51.075	
	Compra	15-Fev-2006	1.373.000	EUR 1.400.460	
	Venda	15-Fev-2006	1.423.000	EUR 1.451.460	
	Compra	9-Mar-2006	50.000	EUR 51.000	
	Venda	9-Mar-2006	50.000	EUR 51.500	
	Compra	13-Mar-2006	750.000	EUR 770.625	
	Compra	13-Mar-2006	750.000	EUR 765.000	
	Venda	13-Mar-2006	750.000	EUR 774.375	
	Venda	13-Mar-2006	750.000	EUR 770.625	
	Compra	14-Mar-2006	250.000	EUR 256.875	
	Compra	14-Mar-2006	250.000	EUR 255.000	
	Venda	14-Mar-2006	250.000	EUR 258.125	
	Venda	14-Mar-2006	250.000	EUR 256.875	
	Compra	16-Mar-2006	350.000	EUR 359.625	
	Compra	16-Mar-2006	350.000	EUR 357.000	
	Venda	16-Mar-2006	50.000	EUR 51.625	
	Venda	16-Mar-2006	300.000	EUR 309.750	
	Venda	16-Mar-2006	350.000	EUR 359.625	
	Compra	21-Mar-2006	73.000	EUR 75.008	
	Venda	21-Mar-2006	73.000	EUR 75.373	
	Venda	21-Mar-2006	73.000	EUR 75.008	
	Compra	22-Mar-2006	73.000	EUR 74.460	
	Compra	15-Mai-2006	50.000	EUR 51.500	
	Venda	15-Mai-2006	50.000	EUR 51.500	

	Compra	12-Jun-2006	170.000	EUR 175.100	
	Venda	12-Jun-2006	170.000	EUR 175.100	
	Compra	29-Jun-2006	125.000	EUR 130.000	
	Venda	29-Jun-2006	125.000	EUR 130.013	
	Compra	7-Ago-2006	32.000	EUR 32.960	
	Compra	7-Ago-2006	290.000	EUR 298.700	
	Venda	7-Ago-2006	32.000	EUR 33.280	
	Venda	7-Ago-2006	290.000	EUR 298.700	
	Compra	15-Ago-2006	95.000	EUR 98.800	
	Venda	15-Ago-2006	95.000	EUR 98.800	
	Compra	23-Ago-2006	1.890.000	EUR 1.946.700	
	Venda	23-Ago-2006	390.000	EUR 401.700	
	Venda	23-Ago-2006	1.500.000	EUR 1.545.000	
	Compra	4-Set-2006	136.000	EUR 140.080	
	Compra	4-Set-2006	136.000	EUR 138.720	
	Venda	4-Set-2006	136.000	EUR 141.440	
	Venda	4-Set-2006	136.000	EUR 140.080	
	Compra	28-Nov-2006	160.000	EUR 164.800	
	Venda	28-Nov-2006	160.000	EUR 166.400	
	Compra	14-Dez-2006	2.900.000	EUR 2.900.000	
	Venda	14-Dez-2006	650.000	EUR 650.000	
	Venda	15-Dez-2006	2.250.000	EUR 2.250.000	
	Compra	18-Dez-2006	2.200.000	EUR 2.200.000	
	Venda	18-Dez-2006	2.200.000	EUR 2.201.760	
				EUR	
	Compra	19-Dez-2006	12.800.000	12.800.000	
	Venda	19-Dez-2006	5.000.000	EUR 5.000.000	
	Venda	19-Dez-2006	7.800.000	EUR 7.800.000	
	Compra	27-Dez-2006	2.250.000	EUR 2.250.000	
	Venda	27-Dez-2006	2.250.000	EUR 2.251.800	
	Compra	28-Dez-2006	300.000	EUR 300.000	
				EUR	
	Compra	28-Dez-2006	10.000.000	10.000.000	
	Venda	28-Dez-2006	300.000	EUR 300.240	
				EUR	
	Venda	28-Dez-2006	10.000.000	10.000.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2006/2016	Compra	15-Dez-2006	300.000	EUR 300.000	
	Venda	15-Dez-2006	100.000	EUR 100.000	
	Venda	15-Dez-2006	200.000	EUR 200.000	
	Compra	18-Dez-2006	200.000	EUR 200.000	
	Venda	18-Dez-2006	200.000	EUR 200.000	
	Compra	22-Dez-2006	50.000	EUR 50.000	
	Venda	22-Dez-2006	50.000	EUR 50.015	EUR 0
Obrigações Banif Subordinadas 1996-2006	Compra	25-Set-2006	50.000	EUR 49.974	
	Reembolso	11-Dez-2006	50.000	EUR 50.000	EUR 0
Obrigações Banif Subordinadas 2005-2015				EUR	
	Compra	2-Jan-2006	11.750.000	11.744.125	

	Compra	19-Jan-2006	11.750.000	11.750.000	EUR
	Venda	19-Jan-2006	11.750.000	11.750.000	EUR
	Venda	19-Jan-2006	11.750.000	11.750.000	EUR
	Compra	24-Mar-2006	230.000	EUR 230.000	EUR
	Venda	27-Mar-2006	230.000	EUR 230.000	EUR
	Compra	31-Mar-2006	200.000	EUR 200.000	EUR
	Compra	31-Mar-2006	230.000	EUR 230.000	EUR
	Venda	31-Mar-2006	430.000	EUR 430.086	EUR
	Compra	12-Abr-2006	440.000	EUR 440.000	EUR
	Venda	12-Abr-2006	440.000	EUR 440.220	EUR
	Compra	16-Mai-2006	600.000	EUR 599.700	EUR
	Venda	16-Mai-2006	100.000	EUR 99.950	EUR
	Venda	16-Mai-2006	100.000	EUR 99.950	EUR
	Venda	16-Mai-2006	400.000	EUR 399.800	EUR
	Compra	19-Mai-2006	15.000	EUR 14.993	EUR
	Venda	19-Mai-2006	15.000	EUR 14.994	EUR
	Compra	9-Jun-2006	490.000	EUR 490.000	EUR
	Venda	9-Jun-2006	130.000	EUR 130.013	EUR
	Venda	9-Jun-2006	360.000	EUR 360.036	EUR
	Compra	21-Jun-2006	11.110.000	11.110.000	EUR
	Venda	21-Jun-2006	11.110.000	11.110.000	EUR
	Compra	26-Jul-2006	155.000	EUR 155.000	EUR
	Venda	26-Jul-2006	155.000	EUR 155.000	EUR
	Compra	6-Dez-2006	11.265.000	11.081.773	EUR
	Compra	6-Dez-2006	11.265.000	11.088.227	EUR
	Venda	6-Dez-2006	11.265.000	11.081.773	EUR
	Venda	6-Dez-2006	11.265.000	11.088.227	EUR
					EUR 0
Obrigações Subordinadas					EUR
Mundileasing 2007					299.278
Banif SGPS 2003/2006	Compra	5-Jan-2006	37.000	EUR 36.908	
	Venda	11-Jan-2006	37.000	EUR 37.000	
	Compra	6-Fev-2006	21.000	EUR 21.105	
	Compra	14-Fev-2006	11.000	EUR 11.055	
	Compra	22-Fev-2006	6.000	EUR 6.000	
	Compra	2-Mar-2006	50.000	EUR 50.000	
	Compra	7-Mar-2006	3.000	EUR 3.000	
	Compra	17-Mar-2006	2.000	EUR 2.000	
	Compra	3-Abr-2006	1.000	EUR 1.000	

	Compra	3-Abr-2006	3.000	EUR 3.000	
	Compra	3-Abr-2006	4.000	EUR 4.000	
	Compra	3-Abr-2006	15.000	EUR 15.000	
	Compra	3-Abr-2006	20.000	EUR 20.000	
	Compra	4-Abr-2006	25.000	EUR 25.000	
	Compra	31-Mai-2006	9.000	EUR 8.964	
	Compra	5-Jun-2006	2.000	EUR 1.992	
	Compra	5-Jun-2006	60.000	EUR 60.000	
	Compra	21-Jun-2006	3.000	EUR 2.988	
	Venda	28-Jun-2006	22.000	EUR 22.000	
	Compra	10-Jul-2006	10.000	EUR 9.960	
	Venda	21-Jul-2006	223.000	EUR 223.000	
	Compra	26-Jul-2006	3.000	EUR 2.988	
	Compra	28-Jul-2006	25.000	EUR 24.900	
	Compra	1-Ago-2006	60.000	EUR 59.760	
	Compra	8-Ago-2006	10.000	EUR 9.960	
	Venda	25-Ago-2006	88.000	EUR 88.000	
	Venda	5-Set-2006	10.000	EUR 10.000	EUR 0
Banif SGPS 2003/2008	Compra	4-Jan-2006	5.000	EUR 4.988	
	Compra	4-Jan-2006	20.000	EUR 19.950	
	Compra	6-Jan-2006	20.000	EUR 19.950	
	Compra	6-Jan-2006	59.000	EUR 58.853	
	Venda	13-Jan-2006	45.000	EUR 45.000	
	Compra	18-Jan-2006	5.000	EUR 4.988	
	Venda	18-Jan-2006	25.000	EUR 25.000	
	Compra	20-Jan-2006	1.100	EUR 1.097	
	Venda	20-Jan-2006	13.000	EUR 13.000	
	Venda	20-Jan-2006	15.000	EUR 15.000	
	Compra	23-Jan-2006	16.000	EUR 15.960	
	Compra	23-Jan-2006	18.000	EUR 17.955	
	Compra	1-Fev-2006	20.000	EUR 20.100	
	Compra	1-Fev-2006	20.000	EUR 20.100	
	Compra	6-Fev-2006	125.000	EUR 125.625	
	Compra	6-Fev-2006	125.000	EUR 125.625	
	Compra	9-Fev-2006	70.000	EUR 70.070	
	Compra	21-Fev-2006	10.000	EUR 9.950	
	Venda	7-Mar-2006	3.000	EUR 3.015	
	Compra	9-Mar-2006	1.000	EUR 995	
	Venda	9-Mar-2006	10.000	EUR 10.050	
	Venda	30-Mar-2006	400.000	EUR 402.000	
	Venda	6-Abr-2006	12.000	EUR 12.060	
	Compra	17-Abr-2006	8.000	EUR 8.000	
	Compra	18-Abr-2006	2.000	EUR 1.990	

Compra	18-Abr-2006	5.500	EUR 5.473
Venda	4-Mai-2006	7.600	EUR 7.638
Compra	8-Mai-2006	16.000	EUR 15.920
Compra	26-Mai-2006	10.500	EUR 10.448
Compra	2-Jun-2006	35.000	EUR 34.825
Compra	5-Jun-2006	60.000	EUR 59.700
Compra	6-Jun-2006	11.000	EUR 10.945
Compra	8-Jun-2006	1.000	EUR 995
Compra	14-Jun-2006	63.000	EUR 62.685
Compra	21-Jun-2006	5.100	EUR 5.075
Compra	28-Jun-2006	30.000	EUR 29.850
Compra	4-Jul-2006	15.000	EUR 14.925
Compra	6-Jul-2006	1.000	EUR 995
Compra	10-Jul-2006	20.000	EUR 19.900
Compra	27-Jul-2006	1.100	EUR 1.099
Compra	16-Ago-2006	75.000	EUR 74.925
Compra	17-Ago-2006	4.000	EUR 3.994
Compra	24-Ago-2006	8.000	EUR 7.976
Compra	29-Ago-2006	5.000	EUR 4.993
Compra	6-Set-2006	15.000	EUR 14.955
Compra	19-Set-2006	3.500	EUR 3.488
Compra	19-Set-2006	22.000	EUR 21.923
Venda	22-Set-2006	17.000	EUR 17.000
Venda	28-Set-2006	9.000	EUR 9.000
Venda	28-Set-2006	20.000	EUR 20.000
Venda	4-Out-2006	45.000	EUR 45.000
Compra	13-Out-2006	5.000	EUR 4.975
Venda	13-Out-2006	32.000	EUR 32.000
Venda	13-Out-2006	48.000	EUR 48.000
Venda	13-Out-2006	59.500	EUR 59.500
Venda	16-Out-2006	15.000	EUR 15.000
Compra	24-Out-2006	6.000	EUR 5.970
Compra	27-Out-2006	10.000	EUR 9.950
Venda	27-Out-2006	29.100	EUR 29.100
Compra	3-Nov-2006	15.000	EUR 14.925
Compra	15-Nov-2006	2.000	EUR 1.992
Venda	15-Nov-2006	72.000	EUR 72.000
Compra	5-Dez-2006	60.000	EUR 59.760
Compra	13-Dez-2006	20.000	EUR 19.920
Compra	15-Dez-2006	6.000	EUR 5.976
Compra	15-Dez-2006	500.000	EUR 498.000
Venda	15-Dez-2006	3.000	EUR 3.000
Compra	18-Dez-2006	5.100	EUR 5.080

EUR

680.700

Banif Obrigações de Caixa
2005/2007

Compra	3-Jan-2006	5.000	EUR 4.825
Compra	16-Jan-2006	23.000	EUR 22.195
Compra	20-Jan-2006	2.000	EUR 1.930
Compra	8-Fev-2006	200.000	EUR 192.000
Compra	9-Fev-2006	5.000	EUR 4.800
Compra	14-Fev-2006	1.000	EUR 963
Compra	17-Fev-2006	150.000	EUR 144.225
Venda	17-Fev-2006	150.000	EUR 144.450
Compra	27-Fev-2006	7.000	EUR 6.741
Compra	2-Mar-2006	1.000	EUR 966
Compra	2-Mar-2006	70.000	EUR 67.585
Compra	22-Mar-2006	50.000	EUR 48.400
Compra	27-Mar-2006	30.000	EUR 29.040
Compra	6-Abr-2006	10.000	EUR 9.680
Compra	20-Abr-2006	8.000	EUR 7.680
Compra	26-Abr-2006	15.000	EUR 14.400
Compra	26-Abr-2006	20.000	EUR 19.200
Compra	11-Mai-2006	16.000	EUR 15.360
Compra	16-Mai-2006	10.000	EUR 9.600
Compra	30-Mai-2006	3.000	EUR 2.880
Compra	30-Mai-2006	5.000	EUR 4.800
Compra	30-Mai-2006	25.000	EUR 24.000
Compra	30-Mai-2006	25.000	EUR 24.000
Compra	5-Jun-2006	38.000	EUR 36.670
Compra	5-Jun-2006	50.000	EUR 48.000
Compra	14-Jun-2006	50.000	EUR 47.900
Venda	16-Jun-2006	83.000	EUR 80.261
Venda	7-Jul-2006	52.000	EUR 50.440
Compra	21-Jul-2006	8.000	EUR 7.700
Venda	26-Jul-2006	183.000	EUR 177.236
Venda	4-Ago-2006	50.000	EUR 48.550
Venda	7-Ago-2006	5.000	EUR 4.855
Venda	10-Ago-2006	50.000	EUR 48.550
Venda	23-Ago-2006	124.000	EUR 120.569
Venda	25-Ago-2006	50.000	EUR 48.625
Venda	25-Ago-2006	52.000	EUR 50.570
Venda	1-Set-2006	24.000	EUR 23.340
Venda	1-Set-2006	50.000	EUR 48.625
Venda	7-Set-2006	18.000	EUR 17.532
Compra	20-Set-2006	5.000	EUR 4.888
Compra	20-Set-2006	10.000	EUR 9.775

	Compra	25-Set-2006	5.000	EUR 4.845	
	Compra	27-Set-2006	10.000	EUR 9.750	
	Venda	28-Set-2006	30.000	EUR 29.280	
	Compra	15-Nov-2006	33.000	EUR 32.175	
	Venda	17-Nov-2006	6.000	EUR 5.886	
	Compra	20-Nov-2006	9.000	EUR 8.766	
	Compra	20-Nov-2006	50.000	EUR 48.700	EUR 86.000
Banif SFE 2004 / 2009 (USD)	Compra	20-Jun-2006	59.000	USD 58.292	
	Compra	6-Jul-2006	130.000	USD 128.245	
	Compra	14-Jul-2006	250.000	USD 243.375	
	Compra	17-Jul-2006	230.000	USD 224.480	
	Compra	21-Jul-2006	242.000	USD 234.861	
	Compra	26-Jul-2006	200.000	USD 194.100	
	Compra	3-Ago-2006	100.000	USD 97.050	
	Compra	3-Ago-2006	250.000	USD 242.625	
	Compra	3-Ago-2006	250.000	USD 242.625	
	Compra	4-Ago-2006	110.000	USD 106.755	
	Compra	10-Ago-2006	300.000	USD 291.150	
	Compra	5-Set-2006	200.000	USD 199.300	
	Venda	28-Dez-2006	2.321.000	USD 2.359.297	USD 0
Banif SFE 2005 / 2008 (USD)	Venda	23-Jan-2006	6.000	USD 6.000	
	Compra	27-Mar-2006	200.000	USD 195.000	
	Compra	6-Abr-2006	30.000	USD 29.250	
	Venda	8-Mai-2006	26.000	USD 25.610	
	Venda	20-Jul-2006	212.000	USD 206.382	
	Compra	6-Dez-2006	125.000	USD 122.250	
	Venda	28-Dez-2006	125.000	USD 121.875	USD 0
Banif 2005 / 2010 EUR MultiActivos	Compra	2-Jan-2006	955.000	EUR 969.325	
	Compra	23-Jan-2006	3.000	EUR 2.993	
	Compra	14-Fev-2006	10.000	EUR 10.202	
	Compra	15-Mar-2006	2.000	EUR 2.000	
	Compra	28-Jun-2006	1.000	EUR 1.000	
	Compra	28-Jun-2006	3.000	EUR 3.000	
	Compra	30-Jun-2006	955.000	EUR 955.000	
	Venda	30-Jun-2006	955.000	EUR 955.000	
	Compra	27-Jul-2006	1.000	EUR 1.027	
	Compra	1-Ago-2006	30.000	EUR 30.810	
	Compra	4-Ago-2006	2.000	EUR 2.054	
	Compra	14-Nov-2006	5.000	EUR 5.355	
	Venda	11-Dez-2006	455.000	EUR 490.392	
	Venda	11-Dez-2006	557.000	EUR 596.448	
	Compra	22-Dez-2006	10.000	EUR 10.950	EUR 10.000
Banif SFE 2005 / 2010 USD MultiActivos	Compra	10-Mar-2006	9.000	USD 8.955	
	Compra	2-Out-2006	6.000	USD 6.021	

	Compra	15-Dez-2006	42.000	USD 43.323	
	Venda	28-Dez-2006	57.000	USD 59.936	USD 0
Banif SFE 2005 / 2010 (USD Step Up)	Compra	9-Jun-2006	37.000	USD 35.520	
	Compra	1-Ago-2006	29.000	USD 28.130	
	Venda	17-Out-2006	39.000	USD 38.240	
	Venda	28-Dez-2006	27.000	USD 26.474	USD 0
Banif Finance Cayman 2003/2006	Compra	5-Jan-2006	790.000	EUR 791.422	
	Venda	5-Jan-2006	790.000	EUR 791.422	
	Compra	12-Jan-2006	33.000	EUR 33.059	
	Venda	12-Jan-2006	33.000	EUR 33.059	
	Compra	1-Fev-2006	150.000	EUR 150.270	
	Venda	1-Fev-2006	150.000	EUR 150.270	
	Compra	23-Mar-2006	46.000	EUR 46.055	
	Compra	23-Mar-2006	50.000	EUR 50.060	
	Venda	23-Mar-2006	96.000	EUR 96.115	
	Compra	27-Mar-2006	320.000	EUR 320.384	
	Venda	27-Mar-2006	320.000	EUR 320.384	
	Compra	9-Jun-2006	7.419.000	EUR 7.427.532	
	Venda	9-Jun-2006	7.419.000	EUR 7.427.532	
	Compra	28-Jun-2006	500.000	EUR 500.400	
	Venda	28-Jun-2006	500.000	EUR 500.400	
	Compra	28-Jul-2006	20.000	EUR 20.010	
	Venda	28-Jul-2006	20.000	EUR 20.010	EUR 0
	Banif Finance Cayman 2004/2009	Compra	7-Fev-2006	2.000.000	EUR 2.005.600
Venda		7-Fev-2006	2.000.000	EUR 2.005.600	
Compra		23-Fev-2006	500.000	EUR 500.500	
Venda		23-Fev-2006	500.000	EUR 501.250	
Compra		24-Mar-2006	2.500.000	EUR 2.506.000	
Venda		27-Mar-2006	2.500.000	EUR 2.506.250	
Compra		27-Abr-2006	5.000.000	EUR 5.005.000	
Venda		27-Abr-2006	5.000.000	EUR 5.012.500	
Compra		13-Jun-2006	5.000.000	EUR 5.003.500	
Venda		13-Jun-2006	5.000.000	EUR 5.015.000	
Compra		4-Jul-2006	2.480.000	EUR 2.486.200	
Venda		4-Jul-2006	2.480.000	EUR 2.486.200	
Compra		5-Jul-2006	150.000	EUR 150.375	
Venda		5-Jul-2006	150.000	EUR 150.375	
Compra		17-Jul-2006	5.000.000	EUR 5.006.500	
Venda		17-Jul-2006	5.000.000	EUR 5.012.500	
Compra		16-Ago-2006	50.000	EUR 50.140	
Venda		16-Ago-2006	50.000	EUR 50.140	

	Compra	23-Ago-2006	1.340.000	EUR 1.343.350	
	Venda	23-Ago-2006	1.340.000	EUR 1.343.350	
				EUR	
	Compra	15-Set-2006	10.000.000	10.038.000	
				EUR	
	Venda	15-Set-2006	10.000.000	10.038.000	
	Compra	22-Set-2006	400.000	EUR 401.560	
	Venda	22-Set-2006	400.000	EUR 401.560	
				EUR	
	Compra	25-Out-2006	10.000.000	10.039.000	
				EUR	
	Venda	25-Out-2006	10.000.000	10.039.000	
	Compra	24-Nov-2006	250.000	EUR 250.925	
	Venda	29-Nov-2006	250.000	EUR 250.925	
	Compra	19-Dez-2006	1.000	EUR 1.004	
	Venda	19-Dez-2006	1.000	EUR 1.004	EUR 0
Banif Finance Cayman 2004/2014	Compra	2-Jan-2006	1.050.000	EUR 1.057.350	
	Venda	2-Jan-2006	1.050.000	EUR 1.057.350	
	Compra	19-Jan-2006	1.050.000	EUR 1.050.000	
	Venda	19-Jan-2006	1.050.000	EUR 1.050.000	
	Compra	5-Abr-2006	50.000	EUR 50.185	
	Venda	5-Abr-2006	50.000	EUR 50.200	
	Venda	5-Abr-2006	50.000	EUR 50.185	
	Compra	6-Abr-2006	50.000	EUR 50.000	
	Compra	21-Jun-2006	1.000.000	EUR 1.000.000	
	Venda	21-Jun-2006	1.000.000	EUR 1.000.000	
	Compra	9-Nov-2006	500.000	EUR 500.500	
	Compra	9-Nov-2006	500.000	EUR 500.000	
	Venda	9-Nov-2006	500.000	EUR 501.500	
	Venda	9-Nov-2006	500.000	EUR 500.500	EUR 0
Banif Finance Cayman 2005/2008	Compra	26-Jan-2006	55.000	EUR 54.940	
	Venda	26-Jan-2006	55.000	EUR 54.940	
	Compra	24-Mar-2006	5.000.000	EUR 4.994.000	
	Venda	24-Mar-2006	5.000.000	EUR 4.994.000	
				EUR	
	Compra	12-Jun-2006	10.956.000	10.943.181	
				EUR	
	Venda	12-Jun-2006	10.956.000	10.956.000	
	Compra	20-Jun-2006	5.000.000	EUR 4.993.000	
	Venda	20-Jun-2006	5.000.000	EUR 4.993.000	
	Compra	4-Ago-2006	500.000	EUR 499.500	
	Venda	4-Ago-2006	500.000	EUR 499.500	
	Compra	29-Ago-2006	5.000.000	EUR 4.992.500	
	Venda	29-Ago-2006	5.000.000	EUR 4.993.250	

	Compra	6-Set-2006	500.000	EUR 499.500	
	Venda	6-Set-2006	500.000	EUR 499.500	
	Compra	7-Set-2006	5.000.000	EUR 4.997.500	
	Venda	7-Set-2006	5.000.000	EUR 4.997.500	
	Compra	23-Nov-2006	10.956.000	EUR 10.950.522	
	Venda	23-Nov-2006	10.956.000	EUR 10.956.000	
	Compra	5-Dez-2006	1.000.000	EUR 999.900	
	Venda	5-Dez-2006	1.000.000	EUR 1.000.000	EUR 0
Banif Finance Cayman 2006/2010	Compra	26-Out-2006	5.000.000	EUR 4.992.750	
	Venda	26-Out-2006	5.000.000	EUR 4.996.250	
	Compra	14-Nov-2006	400.000	EUR 399.680	
	Venda	14-Nov-2006	400.000	EUR 399.680	EUR 0
Banco Banif Primus, 4,25% 2007	Compra	3-Jan-2006	150.000	EUR 148.980	
	Compra	5-Jan-2006	105.000	EUR 105.000	
	Venda	20-Jan-2006	50.000	EUR 50.000	
	Venda	25-Jan-2006	50.000	EUR 50.000	
	Venda	26-Jan-2006	105.000	EUR 105.000	
	Venda	22-Fev-2006	13.000	EUR 13.130	
	Compra	27-Fev-2006	10.000	EUR 10.000	
	Compra	13-Mar-2006	3.000	EUR 3.000	
	Compra	16-Mar-2006	47.000	EUR 47.000	
	Compra	8-Mai-2006	50.000	EUR 50.000	
	Venda	30-Jun-2006	147.000	EUR 146.633	
	Compra	3-Jul-2006	147.000	EUR 146.633	
	Venda	11-Ago-2006	147.000	EUR 146.633	EUR 0
Banco Banif Primus, 7% 2014	Compra	2-Jan-2006	200.000	USD 220.000	
	Compra	2-Jan-2006	300.000	USD 330.000	
	Compra	25-Jan-2006	50.000	USD 55.000	
	Venda	25-Jan-2006	50.000	USD 55.005	
	Compra	22-Mar-2006	50.000	USD 55.000	
	Venda	27-Jun-2006	550.000	USD 595.650	USD 0
Gamma - Via Norte - Classe A	Compra	17-Out-2006	10.000.000	EUR 10.000.000	
	Venda	17-Out-2006	10.000.000	EUR 10.000.000	
	Compra	14-Dez-2006	10.000.000	EUR 10.000.000	EUR 10.000.000
Gamma - Via Norte - Classe B	Compra	17-Out-2006	5.720.000	EUR 5.720.000	
	Venda	17-Out-2006	5.720.000	EUR 5.720.000	
	Compra	14-Dez-2006	5.720.000	EUR 5.720.000	EUR 5.720.000
Gamma - Via Norte - Classe C	Compra	17-Out-2006	350.000	EUR 350.000	
	Venda	17-Out-2006	350.000	EUR 350.000	EUR 0

3. Informação nos termos do Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao disposto no Art.º 448º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais e segundo os registos da Sociedade e informações prestadas, informa-se que, na data do encerramento do exercício a que se reporta o presente relatório anual, a Banif Comercial - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA era titular da totalidade do Capital Social da Sociedade.

4. Acções Próprias e Participações Sociais Qualificadas

A totalidade dos 48 milhões de acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, representativas de 100% do respectivo Capital Social, é detida pela sociedade Banif Comercial SGPS, SA., pelo que não se verifica a existência de acções próprias ou de outras participações qualificadas.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. Dando cumprimento ao disposto na alínea g) do Artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, elaborou o Conselho Fiscal o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora durante o exercício de 2006, emitindo o seu parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração de BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA.
2. Tem o Conselho Fiscal continuado a privilegiar, no exercício das suas funções, como em anos anteriores, o acompanhamento directo e permanente das actividades do Banco, através de contactos frequentes com a Administração e com os Serviços.
3. O Relatório do Conselho de Administração descreve pormenorizadamente o que foi a actividade do Banco durante o exercício de 2006.
4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Certificação Legal das mesmas, com a qual declara concordar, para os efeitos do disposto no nº 2 do Art.º 452º do Código das Sociedades Comerciais.
5. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006;
 - b) Aprove as Contas relativas a esse exercício;

- c) Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados feita no Relatório do Conselho de Administração, a qual se encontra de acordo com a norma legal aplicável (Artº 97º, nº 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras);
- d) Nos termos do Artº 455º do Código das Sociedades Comerciais, proceda à apreciação da administração e fiscalização do Banco; e
- e) Manifeste o seu apreço aos empregados do Banco, pela colaboração dada aos Órgãos Sociais no exercício das respectivas funções.

Lisboa, 12 de Março de 2007

Dr. FERNANDO MÁRIO TEIXEIRA DE ALMEIDA – Presidente _____

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS, S.A., representada por

Dr. ALFREDO GUILHERME DA SILVA GÂNDARA (ROC)

Dr. JOSÉ LUÍS PEREIRA DE MACEDO _____

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 6.700.066 milhares de euros e um total de capital próprio de 296.612 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 34.708 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa,

verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005 e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 12 de Março de 2007

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)
Registada na CMVM com o n.º 9011
Representada por:

Alfredo Guilherme da Silva Gândara (ROC nº 49)

**EXTRACTO DE ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
DE 30 DE MARÇO DE 2007, DO BANIF – BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, SA
RELATIVO À APROVAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

(.....)

2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Contas do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA respeitantes ao Exercício de 2006

O Senhor Presidente da Mesa submeteu à apreciação o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006 do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA. Como nenhum dos presentes pretendesse usar da palavra, passou-se de seguida à votação, tendo aqueles documentos sido aprovados por unanimidade.

3. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício

O Senhor Presidente da Mesa submeteu à apreciação da Assembleia uma proposta que foi apresentada pelo Conselho de Administração e é do teor seguinte:

“Considerando que:

1. No exercício de 2006, o Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. obteve, no âmbito da sua actividade, um resultado de EUR 34.707.860,00.
2. Tem sido política da Sociedade proceder a uma distribuição adequada de lucros pelos seus Accionistas, em face dos resultados obtidos e da sua necessidade de autofinanciamento;
3. São salvaguardadas todas as disposições estatutárias e legais, nomeadamente, os artigos 32º e 33º do Código das Sociedades Comerciais;

O Conselho de Administração propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a seguinte aplicação de Resultados:

Para Reserva Legal	EUR 3.470.786,00
Para Distribuição de Dividendos	EUR 15.000.000,00 (*)
Para Reservas Livres	<u>EUR 16.237.074,00</u>
TOTAL	EUR 34.707.860,00

(*) Dividendo de EUR 0,3125 por acção.”

Feita a apreciação, o Presidente da Mesa submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

(.....)